AMERICANAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024

AMERICANAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações dos resultados individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas – método indireto

Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas – informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Tel.: + 55 21 2210 5166
Fax: + 55 21 2224 5285
www.bdo.com.br

Rua Barão de Tefé, 27
9° andar, Saúde, Rio de
Janeiro, RJ Brasil 20220-460

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Americanas S.A. – Em recuperação judicial
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Americanas S.A. – Em recuperação judicial ("Companhia")**, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Americanas S.A. – Em recuperação judicial** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Ênfase

Plano de Recuperação Judicial

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Plano de Recuperação Judicial ("Plano") da Companhia e de algumas controladas foi aprovado em Assembleia Geral de Credores em 19 de dezembro de 2023, sendo que a homologação do Plano de Recuperação Judicial ("Plano") pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Juízo") ocorreu em 27 de fevereiro de 2024 com a publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, bem como no chapter 15, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (*U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*) para o reconhecimento e aplicação, no território dos Estados Unidos, das decisões emitidas no âmbito da Recuperação Judicial, foi reconhecida a homologação do Plano. Até a conclusão dessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, as condições previstas no Plano, foram atendidas: (i) Aumento de capital por meio de subscrição privada de novas ações ordinárias pelos Acionistas de Referência e capitalização de créditos relacionados aos financiamentos de caráter extraconcursal na modalidade *Debtor-In-Possession* ("DIP") e de créditos detidos por credores; (ii) Pagamento integral dos credores listados na Classe I, IV, os credores fornecedores colaboradores, os credores fornecedores de tecnologia e os titulares de créditos quirografários até R$ 12 mil ou que tenham escolhido receber R$ 12 mil e outorgou quitação em relação ao excedente do crédito. Em 26 de julho de 2024, a Companhia, concluiu o pagamento aos credores financeiros que escolheram a Opção de Reestruturação II com a recompra de créditos quirografários, além da entrega de novas ações ordinárias, bônus de subscrição e debêntures. Em setembro de 2024, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, destinada, exclusivamente, aos credores da Companhia, nos termos do Plano. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Continuidade operacional e os impactos da homologação do plano de recuperação judicial

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 01, 23 e 28, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía prejuízo acumulado no montante de R$ 34.854 milhões (Controladora e Consolidado). O Plano de Recuperação Judicial ("Plano") da Companhia e suas controladas foi aprovado em Assembleia Geral de Credores em 19 de dezembro de 2023, sendo que a homologação do Plano de Recuperação Judicial ("Plano") pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Juízo"), ocorreu em 27 de fevereiro de 2024 com a publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, bem como o *chapter* 15, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (*U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*) teve reconhecimento, portanto, tendo os efeitos legais atendidos e obrigando a Companhia, tanto quanto todos os credores a ele sujeitos, ao seu cumprimento a partir da sua publicação nos termos da Lei nº 11.101/2005. O Plano muda substancialmente os termos dos passivos da Companhia e suas controladas a partir da publicação da sua homologação, em especial dos passivos financeiros com instituições financeiras e "*bondholders*". Como resultado da homologação do Plano, os efeitos de novação da dívida financeira e dos demais passivos ("*hair cut*") assim como de reconhecimento dos ajustes a valor presente da dívida de longo prazo, conforme previsto no Plano, foram reconhecidos em 2024, com o impacto de R$ 12.689 milhões (consolidado) no resultado do exercício.

Considerando a complexidade relacionada à aplicação da Lei nº 11.101/2005 e das especificidades do Plano em relação a mensuração e divulgação dos seus efeitos nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia, bem como os aspectos de cumprimento do Plano nos eventos subsequentes, como fator primordial de avaliação de sua continuidade operacional, concluímos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da Auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Leitura e análise da documentação relacionada ao processo de recuperação judicial, incluindo a aprovação dos credores em Assembleia Geral, a decisão do Juízo concedendo a homologação do Plano, seus efeitos legais e subsequente publicação;
- Análise da mensuração e reconhecimento dos impactos do Plano;
- Avaliação e obtenção de evidência da existência de eventos subsequentes até a aprovação dessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, que demonstrem a capacidade de continuidade operacional da Companhia, considerando os aspectos de: cumprimento do Plano, desempenho realizado versus o orçado, cumprimento de obrigações de curto prazo, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*;
- Avaliação da adequação das divulgações relacionadas a esses assuntos preparadas pela Companhia.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas para avaliarem a mensuração e reconhecimento dos impactos do Plano e as bases utilizadas para demonstração da capacidade de continuidade operacional em um futuro previsível conforme requerido pelas práticas contábeis, bem como as devidas divulgações, estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Investigação independente e de autoridades públicas e aspectos de governança

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01, às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em decorrência de diversos fatos relacionados a inconsistências em lançamentos contábeis divulgados pela Companhia, desde 11 de janeiro de 2023, o Conselho de Administração decidiu criar um Comitê Independente para apurar as circunstâncias que ocasionaram as referidas inconsistências ("Comitê Independente"). O Comitê Independente tinha, dentre outras, a função de aprovar os prestadores de serviços que conduzem a investigação independente na Companhia, bem como ajustar os respectivos planos de trabalho para a investigação. Em janeiro de 2023, foi iniciada a investigação por profissionais especializados, externos e independentes em relação à Companhia. Esses profissionais executaram extrações e processamento de dados e informações, realizaram entrevistas com a governança, ex-executivos e profissionais da Companhia. O relatório final da investigação foi emitido em 16 de julho de 2024, confirmando a existência de fraude contábil perpetrada pela Administração anterior até janeiro de 2023, caracterizada, principalmente, por lançamentos indevidos na Rubrica "Fornecedores", por meio de contratos fictícios de Verbas de Propaganda Cooperada (VPC) e por operações financeiras conhecidas como "Risco Sacado", dentre outras operações, nos quais as distorções levantadas foram corrigidas em suas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Diante de: (i) Deficiências significativas nos controles internos da Companhia à época; (ii) Do fato de a sanção imposta pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. ("B3") no sentido de suspensão da Companhia do Novo Mercado ainda estar sujeita a recurso com efeito suspensivo; (iii) Encontrar em andamento diversos processos administrativos instaurados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal, pela Polícia Federal, dentre outros procedimentos, envolvendo, inclusive, acordos de colaboração de ex-executivos; e (iv) Em 27 de junho de 2024, ter sido deflagrada a Operação *Disclosure* pela Polícia Federal, que envolve a investigação e a busca e apreensão de dados e informações de ex-executivos, cujas investigações das autoridades públicas se encontram em curso e sigilo; esse assunto foi considerado na auditoria como um assunto de risco e significativo, devido às incertezas inerentes quanto aos resultados da investigação independente, da investigação das autoridades públicas, que, poderiam impactar as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia.

Resposta da Auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Envolvimento de nossos especialistas forenses no acompanhamento e na avaliação das principais ações investigatórias presentes no plano de trabalho determinado pelo Comitê Independente quanto à avaliação do escopo e abrangência da investigação, a avaliação crítica dos procedimentos e metodologias utilizados pela investigação independente, inclusive quanto aos procedimentos de coleta e análise de documentos e/ou informações críticas, e a avaliação das informações prestadas pelos signatários da carta de representação entregue aos auditores independentes e na avaliação quanto à necessidade de execução de procedimentos adicionais e acompanhamento de informações relevantes pelos meios de comunicação, bem como, entendimento das políticas de compliance da Companhia, com objetivo de averiguar, entre outros aspectos relacionados à governança, em relação a atuação sobre as deficiências significativas nos controles internos, e se os mesmos estavam em operação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
- Realização de reuniões com a Administração e assessores jurídicos, interno e externo, com foco no entendimento de diretrizes adotadas frente aos aspectos do resultado da investigação independente e relacionados a deflagração da Operação *Disclosure* pela Polícia Federal, que envolveu a busca e apreensão de dados e informações de ex-executivos;
- Obtenção de representações da Administração da Companhia e indagações a Governança a respeito da inexistência de novos fatos sobre a investigação independente;
- Avaliação da adequação das divulgações relacionadas a esses assuntos preparadas pela Companhia.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos e evidências obtidas, consideramos que a metodologia e diretrizes utilizadas na investigação independente foram adequadas, bem como, as divulgações sobre esses assuntos nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Aspectos de ambiente de tecnologia	Resposta da Auditoria sobre o assunto
Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 2.3, 2.21 e 2.22, às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas tem suas transações mercantis, altamente dependentes do funcionamento efetivo da estrutura de tecnologia e seus sistemas, conjugado com a dispersão geográfica, bem como, pelo fato de terem ocorrido deficiências significativas no ambiente de tecnologia, consideramos como um principal assunto de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: ▪ Envolvimento de nossos especialistas de tecnologia na avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia da informação ("CGTI") implementados pela Companhia, para os sistemas que foram considerados relevantes para a geração de informações que impactam diretamente as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, bem como, entendimento das políticas internas da Companhia, com objetivo de averiguar, entre outros aspectos relacionados à governança, a atuação sobre as deficiências significativas no ambiente de tecnologia, e se os mesmos estavam em operação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024; ▪ Realização de procedimentos de auditoria para avaliar a eficácia dos controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças, gestão de operações de tecnologia da informação, processamentos de relatórios e outros aspectos de tecnologia, considerando dentre outros: atualização, entendimento e execução de testes de aderência; ▪ Avaliação de procedimentos de extração dos relatórios que suportam as informações contábeis, que são utilizados na preparação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos e evidências obtidas, verificamos que existe a necessidade de aprimoramentos no ambiente de tecnologia que foram comunicados a Administração e a Governança. Considerando esses aspectos, estendemos os procedimentos de auditoria sobre as informações utilizadas para a preparação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, para que pudéssemos obter evidência de auditoria apropriada e suficiente.

Tributos a recuperar

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nº 10 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem os montantes de impostos a recuperar de R$ 4.075 milhões (Controladora) e de R$ 4.181 milhões (Consolidado), em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia possui, dentre outros, créditos tributários oriundos de registos extemporâneos relativos ao Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), oriundos de causas judiciais já transitadas em julgado e causas que aguardam o trânsito em julgado em tribunais regionais, mas cuja probabilidade de desfecho favorável à Companhia é considerada pelos assessores jurídicos como sendo praticamente certa, uma vez que os principais temas já foram decididos pelos tribunais superiores. A Companhia avaliou a recuperabilidade destes saldos com base em projeções prospectivas.

Consideramos como um principal assunto de auditoria, uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento profissional por parte da Administração na determinação de premissas e critérios utilizados nestas projeções prospectivas, que são afetadas pela expectativa futura de mercado e condições econômicas, bem como os aspectos de relevância e complexidade existente no âmbito tributário, para a determinação de reconhecimento de créditos fiscais.

Resposta da Auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação dos tributos a recuperar;
- Entendimento e avaliação das premissas e da metodologia utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções futuras, devidamente elaboradas com base no plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado pelos órgãos de Administração;
- Análise das bases e registros de créditos fiscais com envolvimento dos nossos especialistas tributários, bem como análise dos procedimentos existentes de formação de bases de apuração de tributos a recuperar;
- Avaliação se as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apropriadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis a metodologia e as premissas utilizadas para demonstrar a recuperabilidade dos saldos de créditos tributários, bem como, os julgamentos utilizados pela Companhia. Possuem procedimentos de apuração de tributos a recuperar adequados. As divulgações, estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Avaliação do valor recuperável de ativos não monetários, incluindo ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 14 e 15 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem ativo imobilizado e intangível, nos montantes de R$ 2.016 milhões e R$ 531 milhões (Controladora) e de R$ 2.045 milhões e R$ 743 milhões (consolidado), respectivamente, em 31 de dezembro de 2024.

Os bens integrantes do intangível de vida útil definida são compostos significativamente por gastos com desenvolvimento de websites e sistemas, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável, bem como, bens integrantes do ativo imobilizado, principalmente relacionados a investimentos e benfeitorias em lojas, outros intangíveis de vida útil definida e ágio pago por expectativa de rentabilidade futura em aquisição de investimentos, que é testado anualmente para avaliar a necessidade ou não de redução ao seu valor recuperável, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1)/IAS36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) à qual os saldos se relacionam e foram preparadas com base no plano de negócios aprovado pela Administração e consideram premissas relacionadas ao resultado das atividades de cada UGC, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções, no qual envolve alto grau de julgamento de estimativas por parte da Administração, tais como: taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico, entre outros. Sendo assim, esse assunto foi considerado pela auditoria, como uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos na elaboração dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, tais como projeções de demanda de mercado, margens operacionais e taxas de desconto que podem alterar significativamente a expectativa de realização dos referidos ativos.

Resposta da Auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento e avaliação do ambiente de controles internos dos processos de avaliação do valor recuperável dos ativos da Companhia e de suas controladas, bem como a governança em torno desse processo, incluindo a aprovação dos orçamentos;
- Avaliação quanto à indícios internos ou externos que pudessem trazer evidências da ocorrência de desvalorização dos ativos;
- Revisão do teste de recuperabilidade dos ativos, avaliando as premissas e metodologia usadas pela Administração da Companhia;
- Desafio das premissas utilizadas pela Administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que devessem ser revisadas, tais como: crescimento de receitas, margem e diversos outros indicadores de inflação e de preços;
- Avaliação se as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apropriadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para avaliarem o valor recuperável dos referidos ativos, bem como as devidas divulgações, estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Contingências fiscais, trabalhistas, imobiliários e cíveis	Resposta da Auditoria sobre o assunto
Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 22 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem o montante de provisão de R$ 1.233 milhões (Controladora) e de R$ 1.299 milhões (Consolidado), em 31 de dezembro de 2024. A Companhia e suas controladas são partes passivas em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista, imobiliário e cível, originados no curso normal dos negócios. A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa de perdas prováveis esperadas, envolve julgamentos críticos por parte da Administração da Companhia e suas controladas, pois dependem de eventos futuros que não estão sob o controle da Administração e análise técnica jurídica e legal por especialistas. Nesse contexto, o andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela Administração e seus assessores jurídicos. Além disso, mudanças nas jurisprudências, também podem trazer alterações nas estimativas da Administração. Por essa razão, consideramos como um assunto de atenção em relação aos trabalhos de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: ▪ Entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes; ▪ Obtenção da confirmação de assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da Companhia e suas controladas, contemplando os prognósticos de perda, bem como, as informações relacionadas a mensuração dos montantes estimados como perda possível e provável; ▪ Para determinadas causas de natureza tributária, avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronos das respectivas causas, bem como a argumentação e a existência de jurisprudências, com o apoio dos nossos especialistas tributários; ▪ Avaliação se as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apropriadas. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e julgamentos utilizadas pela Companhia e suas controladas para determinação das provisões, bem como as devidas divulgações, estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações do Valor Adicionado individuais e consolidadas - informação suplementar

As demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra maneira, aparenta estar distorcido de modo relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

Robinson Meira
Contador CRC 1 SP 244496/O-5 -S- RJ

americanas sa

Relatório de Administração 2024

Mensagem da administração

O ano de 2024 representou um importante marco para a história de reconstrução da Americanas. Seguimos apoiados pelos nossos 50 milhões de clientes, assim como pelos nossos fornecedores, parceiros e acionistas, e absolutamente focados no propósito de ser um varejo de variedades resiliente e com alta recorrência para as famílias brasileiras. Assim, demos mais um passo na recondução da Companhia à sua posição de relevância e referência no varejo brasileiro.

Conseguimos cumprir o compromisso de gerar resultados melhores trimestre a trimestre. Essa evolução pode ser constatada nos números de 2024, que aqui apresentamos, e que são oriundos de ações que tiveram como objetivo central a busca pela eficiência comercial, operacional e financeira, sem perder de vista a nossa razão de ser.

O primeiro semestre registrou como destaque, mais uma vez, um evento de Páscoa histórico, com crescimento expressivo de vendas e volume, construído a partir de uma consistente parceria com a indústria e que reforçou nosso protagonismo no segmento de bomboniere. Ao longo desse período, ao mesmo tempo em que reorganizamos o sortimento, redesenhamos a logística e aprimoramos o atendimento em nossas lojas físicas. Também redimensionamos a presença no digital para que pudesse funcionar como um complemento à jornada de compra dos nossos clientes. Como produto dessas iniciativas, conquistamos reduções importantes de custo operacional, redescobrimos segmentos relevantes em nosso sortimento e possibilidades de maior regionalização que estão diretamente conectados com nossa vocação de atender às necessidades diárias dos brasileiros.

A partir de julho, com a execução do Plano de Recuperação Judicial e o reperfilamento de nossas dívidas, aceleramos nossa estratégia de negócio. A chegada de novas lideranças para as áreas de Gente e Gestão, Operações, Serviços Financeiros e Digital, com sólidas experiências de atuação no varejo, permitiu o fortalecimento da estratégia do físico, a transformação do digital com foco renovado no O2O e novo desenho para o *marketplace*, além da remodelagem do nosso ecossistema de fidelização e oferta de serviços financeiros. Realizamos uma *Black Friday* e um Natal que atingiram as expectativas e comprovaram a potência de nossa capilaridade de norte a sul em mais de 800 municípios do País.

Temos consciência e reconhecemos, mais uma vez, que há mais passos a serem dados no caminho para alcançarmos a totalidade de nossa reconstrução e transformação. O ambiente macroeconômico no Brasil e no mundo é um desafio a mais de complexidade, mas o potencial da Americanas e sua proposta de valor, o comprometimento de nossos times e os resultados já obtidos nos dão a confiança de que estamos na direção correta.

Resumo Financeiro

O ano de 2024 foi marcado pela retomada do crescimento e melhora da rentabilidade do varejo físico e pelo redimensionamento dos esforços do digital. Adicionalmente, no período, iniciamos à estruturação da Plataforma de Clientes e Parceiros (PCP) com foco na jornada do cliente. Além disso, tivemos importantes reforços no time com a chegada de novos executivos e finalizamos etapas importantes do Plano de Recuperação Judicial, que levaram à reestruturação da dívida, uma estrutura de capital adequada e um patrimônio líquido positivo a partir do terceiro trimestre.

No quarto trimestre de 2024, destacamos a performance positiva nos dois principais eventos, *Black Friday* e Natal, com crescimento de receita, número de transações e de itens vendidos, tíquete médio e, ainda mais importante, expansão da margem comercial. Assim como no acumulado do ano, a Companhia apresentou no trimestre uma trajetória positiva das vendas no conceito “mesmas lojas” e da venda por metro quadrado, ambos com crescimento de duplo dígito.

O SG&A manteve a tendência de queda, tanto nominalmente quanto como percentual da receita líquida, devido ao maior controle de despesas. Adicionalmente, a Companhia otimizou seus investimentos no ano, reduzindo o Capex em mais da metade na comparação com o ano de 2023. Além disso, o EBITDA ajustado evoluiu significativamente, demonstrando uma Companhia mais saudável operacionalmente.

Conforme reportado no trimestre anterior, em setembro iniciamos o processo de tentativa de venda da Ame Digital (ainda em andamento), previsto no PRJ, e como parte do planejamento estratégico do grupo. Por esse motivo, as informações desse segmento passaram a ser apresentadas como operações descontinuadas.

Nas tabelas abaixo, apresentamos o resumo financeiro do 4T24 e 2024 com os respectivos comparativos com o ano anterior.

Resumo Financeiro (R$MM)	Consolidado					
	4T24	4T23	2024	2023	Var(%) 4T24 x 4T23	Var(%) 2024 x 2023
GMV	**6.521**	**6.678**	**21.380**	**22.517**	**-2,3%**	**-5,1%**
GMV Físico	*5.128*	*4.787*	*15.742*	*14.068*	7,1%	11,9%
GMV Digital	*652*	*1.231*	*3.078*	*6.026*	-47,0%	-48,9%
GMV Outros	*741*	*660*	*2.559*	*2.423*	12,2%	5,6%
Receita Líquida	***4.369***	***4.573***	***14.349***	***14.759***	**-4,5%**	**-2,8%**
Lucro Bruto	**1.299**	**1.460**	**4.635**	**4.197**	**-11,0%**	**10,4%**
Margem Bruta %	*29,7%*	*31,9%*	*32,3%*	*28,4%*	*-2,2 p.p.*	*+3,9 p.p.*
SG&A[1]	(1.479)	(1.745)	(4.710)	(5.645)	-15,3%	-16,6%
SG&A (%RL)	*-33,8%*	*-38,2%*	*-32,8%*	*-38,2%*	*-4,3 p.p.*	*-5,4 p.p.*
Outras Receitas/Despesas Operacionais Líq.	(52)	(1.017)	1.735	(1.287)	-94,9%	-
EBITDA	**(232)**	**(1.302)**	**1.660**	**(2.735)**	**-82,2%**	**-**
Depreciação e amortização	(237)	(577)	(1.010)	(1.355)	-58,9%	-25,5%
Resultado Financeiro	(200)	(449)	12.319	(2.916)	-55,5%	-
Impostos	110	4.765	(4.717)	4.763	-97,7%	-
Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas	(27)	124	29	(29)	-	-
Lucro (prejuízo) do período/exercício	**(586)**	**2.561**	**8.281**	**(2.272)**	**-**	**-**
Despesas da RJ e investigação	78	275	260	545	-71,6%	-52,3%
Haircut dos Fornecedores	(27)	-	(938)	-	-	-
Impacto com o programa de autoregularização	-	-	(286)	-	-	-
Impairment / baixa de ativo	361	102	361	102	253,9%	253,9%
Revisão de estimativas de Contingências	-	(254)	-	(254)	-	-
Haircut stock option	-	-	(110)	-	-	-
EBITDA Ajustado	**180**	**(1.179)**	**947**	**(2.342)**	**-**	**-**
Pagamento de arrendamento	(238)	(263)	(988)	(1.078)	-9,5%	-8,3%
EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16)	**(58)**	**(1.442)**	**(41)**	**(3.420)**	**-96,0%**	**-98,8%**

1 Sem efeito de depreciação e amortização

GMV

No 4T24, o GMV Total da Americanas foi de R$ 6,5 bilhões, uma redução de 2,3% na comparação com o mesmo período do ano anterior, ainda impactado pela queda de 47,0% no GMV digital. A queda ainda relevante no GMV do digital é explicada por uma forte venda de estoque crítico do 1P no 4T23, segmento praticamente descontinuado em 2024. Em contrapartida, o GMV do físico cresceu +7,1% no 4T24, e se tornou ainda mais relevante para o negócio, representando 79% do GMV Total (contra 72% no 4T23). Esse resultado se deve principalmente ao bom desempenho dos dois principais eventos do trimestre: a *Black Friday* e o Natal. O expressivo resultado do varejo físico foi alcançado apesar de ter uma base de comparação mais difícil com 4T23, período no qual a Companhia já começava sua recuperação operacional.

No acumulado do ano, o GMV Total foi de R$ 21,4 bilhões (-5,1% contra 2023). No período, o varejo físico também registrou crescimento de 11,9% e o digital caiu 48,9% em relação a 2023. A maturação de projetos já detalhados em trimestres anteriores, que visam o desenvolvimento das principais frentes comerciais, contribuíram para esse desempenho.

Vendas Mesmas Lojas (SSS)[1]

No quarto trimestre de 2024 as vendas brutas no conceito “mesmas lojas” cresceram 15,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo do bom desempenho na *Black Friday* e Natal. Expurgando o efeito da decisão de não mais oferecer determinados itens de tíquete mais alto, resultante da revisão de categorias prioritárias da Companhia, as vendas “mesmas lojas” teriam crescido no 4T24 aproximadamente 20,4%.

Na *Black Friday*, crescemos duplo dígito em vendas no conceito “mesmas lojas”, em número de transações e em quantidade de itens vendidos. Evoluímos o tíquete médio em quase 10%, mesmo diante da redução da oferta de produtos de valor mais alto. Alcançamos essa forte performance de vendas sem perder o foco na rentabilidade. As categorias com margens mais elevadas cresceram entre 20% e 30%, enquanto eletro caiu aproximadamente 20% comparado com a *Black Friday* de 2023, em linha com a estratégia de reduzir exposição a essa categoria.

Para o Natal, ampliamos o sortimento com a chegada de itens importados. As lojas de maior metragem tiveram vitrines com decoração de Natal, que funcionaram como impulsionadores de fluxo. As lojas também ofertaram, desde itens exclusivos para o evento, a brinquedos e outros artigos presenteáveis, a preços atrativos para os nossos clientes. O resultado foi um crescimento de duplo dígito em vendas no conceito “mesmas lojas”, em número de transações e itens vendidos. O tíquete médio se manteve estável nesse evento, porém tivemos expansão da margem comercial.

As vendas no conceito “mesmas lojas” cresceram 14,8% em 2024 comparadas com 2023. Expurgando o efeito da decisão de não mais vender determinados itens de tíquete mais alto, as vendas “mesmas lojas” teriam crescido aproximadamente 19,8% no ano. O SSS dos 6M24 de 14,5% foi impulsionado por um evento de Páscoa bem executado. Na segunda metade de 2024, também performamos bem nos principais eventos, porém encontramos bases mais fortes de comparação com segunda metade de 2023, quando a Companhia já começava a se recuperar.

O desempenho do ano foi marcado pelo mesmo movimento de crescimento do 4T: 20% em média nas categorias de maiores margens, e uma queda em vendas de quase 10% na categoria de eletro, seguindo uma decisão estratégica da Companhia de

[1] Neste trimestre, alteramos o critério usado para vendas “mesmas lojas”, excluindo do cálculo a receita bruta relacionada a cancelamentos, devoluções e descontos

reduzir exposição a itens que contribuem menos para nossa rentabilidade. Em algumas dessas categorias de maior margem chegamos a crescer cerca de 35% e, em outras, dobramos o sortimento de itens oferecidos e o número de transações, refletindo o trabalho em parceria com os fornecedores no desenho de um planograma de loja.

Portfólio de lojas

Quadro de lojas				
Formatos	2023		2024	
	# lojas	Área de vendas (mil m2)	# lojas	Área de vendas (mil m2)
Convencional	991	923	960	893
Express	687	258	627	238
Total	**1.678**	**1.181**	**1.587**	**1.131**

Em 2024, avançamos na otimização do nosso portfólio de lojas, com foco na busca por maior eficiência operacional, maior venda por metro quadrado e eficiência no custo de ocupação. Avaliando nosso quadro, ao longo do ano, encerramos as operações de 92 unidades que não atendiam aos critérios de viabilidade da Companhia, resultando em uma redução de 4,3% na área total de vendas. Esses encerramentos se deram em lojas que, mesmo após a implementação de diversas estratégias, não teriam perspectiva de reversão de resultados.

Além disso, realizamos diversos testes com o objetivo de otimizar a metragem quadrada das nossas lojas e uma das conclusões é que um sortimento mais amplo em uma área menor em geral resultou em aumento de conversão. Com base nesses testes, iniciamos um programa de readequação de tamanhos em algumas unidades. Esses ajustes fazem parte de uma estratégia contínua de otimização inerente ao negócio.

Paralelamente, já iniciamos a busca por novos pontos com maior potencial, reforçando nosso compromisso em manter a escala e fortalecer nossa presença no mercado. Como parte desse movimento estratégico, inauguramos uma nova unidade na cidade de Eusébio, na região metropolitana de Fortaleza. Essa abertura reforça a relevância da região Nordeste, alinhada à proposta de otimização, melhor organização e um fluxo mais eficiente nas lojas físicas.

Receita Líquida

Receita Líquida por segmento (R$ MM)						
Segmentos	**4T24**	**4T23**	**2024**	**2023**	**Var(%) 4T24 x 4T23**	**Var(%) 2024 x 2023**
Varejo (físico + digital)[1]	3.821	3.989	12.317	12.671	*-4,2%*	*-2,8%*
HNT	*437*	*490*	1.796	1.849	*-10,8%*	*-2,9%*
Uni.co	*111*	*94*	236	239	*18,1%*	*-1,3%*
Total	**4.369**	**4.573**	**14.349**	**14.759**	**-4,5%**	**-2,8%**

[1]Inclui eliminações.

No 4T24, a receita líquida consolidada foi de R$ 4,3 bilhões, uma queda de 4,5% em relação ao 4T23. O desempenho no trimestre se deve, principalmente, a maiores receitas oriundas do digital e das lojas de conveniências no 4T23 que, dentro da estratégia de reestruturação operacional da Americanas, perderam relevância em 2024. No acumulado do ano, a receita líquida consolidada foi de R$ 14,3 bilhões, uma queda de 2,8% em relação a 2023.

Para efeito de comparabilidade, excluindo a receita oriunda das lojas de conveniência do 4T23, que não mais existiam no 4T24, a receita do trimestre teria crescido 0,6% e no ano teria caido 2,5%.

Lucro Bruto

No 4T24, o lucro bruto consolidado foi de R$ 1,3 bilhão, queda de 11,0% em relação ao 4T23, com margem bruta de 29,7% (-2,2 p.p. em comparação ao 4T23). No trimestre, o lucro bruto também teve sua comparabilidade impactada por resultados das lojas de conveniência, conforme explicado acima. Expurgando esses efeitos, o lucro bruto do trimestre cresceu 1,0% e a margem bruta expandiu 0,1 p.p..

Em 2024, o lucro bruto foi de R$ 4,6 bilhões crescendo 10,4% em relação a 2023, com margem de 32,3% (+3,9 p.p. em comparação a 2023). Excluindo os efeitos já mencionados, o lucro bruto cresceria 10,8% sem impacto relevante na margem bruta.

Vale ressaltar que o lucro bruto do ano foi impactado positivamente por eventos operacionais extraordinários, como: eventos tributários de aproximadamente R$ 190 milhões e a recuperação extemporânea de Verba de Propaganda Cooperada (VPC) de aproximadamente R$ 350 milhões.

Analisando o desempenho apenas do varejo físico, a margem bruta cresce 4,0 p.p. no 4T24 e 6,0 p.p. em 2024, quando comparadas aos mesmos períodos do ano anterior, resultado da melhora no mix de categorias, aumento no sortimento e redução de ruptura, dentre outras estratégias operacionais implementadas e que seguem em desenvolvimento.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas ("SG&A")

As despesas com SG&A no 4T24, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R$ 1,5 bilhão, representando uma redução de 15,0% em relação ao mesmo período de 2023. Essas despesas corresponderam a 33,9% da receita líquida, o que representa uma redução de 4,1 p.p. em comparação com o 4T23. Esse desempenho é resultado da queda de 7,6% e 27,0% nas despesas com vendas e gerais e administrativas (excluindo depreciação e amortização), respectivamente.

Em 2024, as despesas com SG&A somaram R$ 4,7 bilhões, representando 32,8% da receita líquida, uma significativa redução de 5,4 p.p. em relação ao percentual registrado em 2023, refletindo as quedas de 10,5% e 30,3% nas despesas com vendas e gerais administrativas (excluindo depreciação e amortização), respectivamente.

Ao longo do ano, reduzimos sequencialmente o SG&A como percentual da receita líquida de forma consistente. Esse resultado reflete os importantes avanços da Companhia na reestruturação de sua operação, com foco na redução de custos e no aumento da eficiência operacional. O processo de reestruturação da Americanas ainda está em curso e novas etapas com novos desafios de redução de despesas são constantemente avaliados e implementados.

Outras Receitas/Despesas Operacionais

Em 2024, o valor de outras receitas/despesas operacionais foi de R$ 1,7 bilhão positivo, com os eventos ocorrendo da seguinte forma ao longo do ano:

No primeiro semestre, tivemos receitas contabilizadas na linha de outras receitas/despesas operacionais, sendo as principais: R$ 805 milhões referentes à adesão dos credores fornecedores às opções de pagamento oferecidas no Plano de Recuperação Judicial, R$ 110 milhões de *haircut* referentes ao programa de *stock option* e R$ 286 milhões referentes à participação da Companhia no programa de autoregularização. Houve também uma despesa de R$ 126 milhões referentes à Recuperação Judicial (RJ) e Investigações.

No terceiro trimestre, as principais receitas contabilizadas foram: R$ 502 milhões referentes à reversão de uma baixa contábil de créditos a compensar de ICMS e R$ 106 milhões referentes ao *haircut* aplicado no pagamento de fornecedores. Além disso, contabilizamos uma despesa de R$ 56 milhões relacionada aos custos dos processos de RJ e Investigações.

No quarto trimestre, a linha de outras receitas/despesas operacionais totalizou R$ 52 milhões negativos. O impacto negativo mais relevante foi o *impairment* da recuperabilidade do ágio na aquisição de algumas operações, em sua maior parte dos investimentos no Hortifruti Natural da Terra, no montante de R$ 361 milhões, além de R$ 78 milhões relacionados aos custos dos processos de Recuperação Judicial e investigações.

Os impactos positivos foram: i) R$ 254 milhões referentes à redução no passivo contingencial decorrente, majoritariamente, de decisão judicial favorável atrelada ao tema DIFAL 87/2015, no Estado de São Paulo; ii) R$ 87 milhões pela redução de despesas correspondentes às lojas fechadas no trimestre; iii) R$ 28 milhões resultantes de um *haircut* adicional de fornecedores; e iv) R$ 18 milhões de outras receitas.

Reconciliação - EBITDA

O EBITDA Ajustado do 4T24, apresentado a seguir, exclui as despesas relacionadas à RJ e Investigações e as receitas do *impairment* da recuperabilidade do ágio de algumas operações e do *haircut* complementar aplicado no pagamento a fornecedores. Esses ajustes resultaram em um impacto positivo de R$ 412 milhões no trimestre, levando a um EBITDA Ajustado positivo de R$ 180 milhões, melhora significativa em relação ao resultado negativo de R$ 1,2 bilhão registrado no 4T23. No acumulado de 2024, o EBITDA Ajustado foi positivo em R$ 947 milhões, contra um resultado negativo de R$ 2,3 bilhões em 2023. O detalhamento de cada ajuste do EBITDA pode ser verificado na seção de outras receitas/despesas operacionais.

O resultado do EBITDA no 4T24 foi positivamente impactado pela redução no passivo contingencial atrelada ao tema DIFAL no valor de R$ 254 milhões. O EBITDA do ano também foi positivamente impactado pela reversão de uma baixa contábil de créditos a compensar de ICMS no valor de R$ 502 milhões, além dos impactos na margem bruta comentados anteriormente.

O EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16), que exclui os efeitos do IFRS 16 relacionados à aluguéis, totalizou R$ 58 milhões negativos no 4T24, melhorando o resultado em relação aos R$ 1,4 bihão negativo do 4T23. Em 2024, o EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16) foi negativo em R$ 41 milhões contra R$ 3,4 bilhões negativos em 2023.

Conciliação EBITDA R$ MM	Consolidado					
	4T24	4T23	2024	2023	Var(%) 4T24 x 4T23	Var(%) 2024 x 2023
Lucro (prejuízo) do período/exercício	(586)	2.561	8.281	(2.272)	-	-
Lucro (prejuizo) do período/exercício das operações descontinuadas	(27)	124	29	(29)	-	-
Lucro (prejuizo) do período/exercício das operações continuadas	**(559)**	**2.437**	**8.252**	**(2.243)**	**-**	**-**
Impostos	110	4.765	(4.717)	4.763	-97,7%	-
Depreciação e amortização	(237)	(577)	(1.010)	(1.355)	-58,9%	-25,5%
Resultado Financeiro	(200)	(449)	12.319	(2.916)	-55,5%	-
EBITDA	**(232)**	**(1.302)**	**1.660**	**(2.735)**	**-**	**-**
Despesas da RJ e investigação	78	275	260	545	-71,6%	-52,3%
Haircut dos Fornecedores	(27)	-	(938)	-	-	-
Impacto com Programa de Autoregularização	-	-	(286)	-	-	-
Revisão de estimativas de Contingências	-	(254)	-	(254)	-	-
Impairment / baixa de ativo	361	102	361	102	253,9%	253,9%
Haircut stock options	-	-	(110)	-	-	-
EBITDA Ajustado	**180**	**(1.179)**	**947**	**(2.342)**	**-**	**-**
Pagamento de arrendamento	(238)	(263)	(988)	(1.078)	-9,5%	-8,3%
EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16)	**(58)**	**(1.442)**	**(41)**	**(3.420)**	**-96,0%**	**-98,8%**

Resultado Financeiro

No quarto trimestre de 2024, o resultado financeiro consolidado foi negativo em R$ 200 milhões, impactado principalmente pelas despesas com juros e atualização monetária relacionadas à 22ª Emissão de Debêntures da Companhia. As séries 1 e 2 estão atreladas a 128% do CDI, enquanto a série 3 está atrelada ao dólar + 8,35%. O resultado também foi impactado pelas despesas financeiras associadas aos encargos de arrendamento.

Em 2024, o resultado financeiro consolidado foi positivo em R$ 12,3 bilhões, impulsionado principalmente pelo *haircut* na novação da dívida, realizado no âmbito da execução do Plano de Recuperação Judicial no terceiro trimestre de 2024.

Abertura Resultado Financeiro Consolidado - R$ MM	Consolidado					
	4T24	4T23	2024	2023	Var (R$) 4T24 x 4T23	Var(R$) 2024 x 2023
Juros e variação monetária sobre títulos e valores mobiliários	112	(599)	3.724	1.178	711	2.546
Descontos financeiros obtidos e atualização monetária	213	11	230	23	202	207
AVP Fornecedores	(14)	-	486	-	(14)	486
Haircut de credores financeiros	-	-	12.208	-	-	12.208
Outras receitas financeiras	16	78	49	97	(62)	(48)
Total receita financeira	**327**	**(510)**	**16.697**	**1.298**	**837**	**15.399**
Juros e variação monetária dos financiamentos	(342)	283	(2.927)	(3.341)	(625)	414
Outras despesas financeiras	(53)	(72)	(864)	(239)	19	(625)
Despesa financeira s/arrendamento	**(395)**	**211**	**(3.791)**	**(3.580)**	**(606)**	**(211)**
Encargo de arrendamento	(132)	(150)	(587)	(634)	18	47
Resultado financeiro	**(200)**	**(449)**	**12.319**	**(2.916)**	**249**	**15.235**

Lucro/Prejuízo do período

No 4T24, a Companhia registrou um prejuízo de R$ 586 milhões. Apesar do resultado negativo, houve uma melhora significativa em relação ao 4T23, quando o prejuízo líquido, desconsiderando o efeito de R$ 4,8 bilhões de imposto diferido, teria sido de aproximadamente R$ 2,2 bilhões.

Ao longo de 2024, o lucro líquido totalizou R$ 8,3 bilhões positivos, influenciado principalmente por ganhos financeiros decorrentes da quitação das dívidas concursais. Esses ganhos incluíram o reconhecimento de *haircuts* e a reversão de encargos

financeiros. Em contrapartida, houve um impacto negativo de R$ 4,7 bilhões, atribuído à baixa do ativo diferido de Imposto de Renda, em função da utilização de créditos fiscais.

Balanço Patrimonial – Principais Indicadores

Risco Sacado

No 4T24, retomamos o acesso a crédito junto a instituições financeiras além dos termos previstos no Plano de Recuperação Judicial. Em particular, estabelecemos acordo com instituição financeira com o objetivo de viabilizar a liquidação antecipada com fornecedores, em operações conhecidas como risco sacado ou "*forfait*", frequentemente utilizadas por empresas varejistas. Esse acordo permite que os fornecedores antecipem, por meio de instituições financeiras, o recebimento de valores faturados com até 90 dias de antecedência em relação ao vencimento das faturas, mediante um desconto financeiro. Importante destacar que o acordo não possui cláusulas restritivas (*covenants*), sejam financeiras ou não, e que os encargos associados à antecipação são de responsabilidade dos fornecedores.

A contabilização desses acordos está em conformidade com a IAS 7 (CPC 03) e IFRS 7 (CPC 40 (R1)) e, para aumentar a transparência, divulgamos informações sobre os termos e condições, valor contábil dos passivos, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos, informações sobre o risco de liquidez e os efeitos desses acordos nos fluxos de caixa.

Ao final de 2024, o valor total de risco sacado somava R$ 49 milhões, em conformidade com os termos e condições estabelecidos. Importante destacar que a Americanas não está exposta a risco significativo de liquidez, uma vez que os acordos de financiamento com fornecedores envolvem um número restrito de passivos e não existem alterações nos prazos e valores originais de pagamentos, não impactando a gestão de capital de giro da Companhia.

Endividamento

A Companhia encerrou o ano de 2024 com uma dívida bruta de R$ 1,8 bilhão, composta por R$ 1,7 bilhão em debêntures públicas[2] e R$ 66 milhões em empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo de empresas não recuperandas pertencentes ao Grupo Americanas.

Além disso, há o compromisso de quitação de dívidas com fornecedores no âmbito da Recuperação Judicial em até 60 parcelas a partir de abril de 2024, que trazidas a valor presente somaram R$ 496 milhões, que estão devidamente registrados na rubrica "Fornecedores". Também há obrigações com credores que optaram pela Opção de Reestruturação I ou pela Modalidade Geral de Pagamentos, que a valor presente, encerraram o exercício com o saldo de R$ 13 milhões, contabilizados em outros passivos de longo prazo.

As disponibilidades totais da Companhia somaram R$ 2,7 bilhões ao final de 2024, sendo R$ 1,1 bilhão em caixa e R$ 1,6 bilhão em recebíveis de cartão de crédito. Dessa forma, a Companhia apresentava uma posição de caixa e equivalentes mais recebíveis que excedia a dívida financeira em R$ 962 milhões. Considerando os passivos remanescentes do Plano de Recuperação Judicial mencionados acima, o saldo de caixa líquido era de aproximadamente R$ 450 milhões ao final de 2024.

Se incluirmos as obrigações relacionadas à operação de risco sacado realizada no trimestre, o caixa líquido da Companhia, considerando apenas dívidas financeiras, seria de R$ 913 milhões.

[2] As debêntures da 22ª emissão estão divididas em três séries, com juros pagos trimestralmente, carência de 24 meses (até 26/07/2026) e sem covenants. As séries são: (i) **AMERE2 (Prioritária)**: Atualizada em 128% do CDI, com vencimento em 4 anos, pagamento bullet, (ii) **AMERF2 (Simples)**: Atualizada em 128% do CDI, com vencimento em 5 anos, pagamento bullet e (iii) **AMERG2 (Simples)**: Atualizada em USD + 8,35%, com vencimento em 5 anos, pagamento bullet.

Endividamento Consolidado - R$ MM	Consolidado		
	2024	2023	Var(%) 2024 x 2023
Risco Sacado PRJ	-	15.908	-
Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	49	15.889	-99,7%
Debêntures de Curto Prazo	-	7.634	-
Endividamento de Curto Prazo	**49**	**39.431**	-99,9%
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	17	-	-
Debêntures de Longo Prazo	1.716	-	-
Endividamento de Longo Prazo	**1.733**	**-**	-
Endividamento Bruto (1)	**1.782**	**39.431**	**-95,5%**
Disponibilidades	1.150	4.003	-71,3%
Contas a Receber de Cartão de Crédito	1.594	1.972	-19,2%
Disponibilidades Totais (2)	**2.744**	**5.975**	**-54,1%**
Caixa (Dívida) Líquida (2) - (1)	**962**	**(33.456)**	**-**
Risco Sacado	49	-	-
Caixa (Dívida) Líquida - Risco Sacado	**913**	**(33.456)**	**-**

Patrimônio Líquido

A Companhia encerrou o ano de 2024 com um patrimônio líquido positivo de R$ 5,0 bilhões, revertendo o patrimônio líquido de 2023, que foi negativo em R$ 28,9 bilhões. Como já mencionando no trimestre anterior, essa reversão se deve ao impacto direto do aumento de capital de R$ 24,5 bilhões, como também pelo impacto de outros efeitos que transitaram pelo resultado, como *haircut* das dívidas, reversão de juros e atualização monetária de dívidas concursais, líquidos da reversão do IR diferido resultado da utilização de prejuízos fiscais para compensação.

O resultado de 2024 representou uma redução de 13,1% em relação ao saldo registrado no fim do período encerrado em 30 de setembro de 2024. Essa redução é atribuída ao resultado negativo do período, impactado pela operação da Companhia que ainda se encontra em fase de reestruturação.

Investimentos da Companhia em Sociedades Coligadas e Controladas

Durante o exercício de 2024, a companhia não realizou investimentos significativos em sociedades coligadas e controladas. No entanto, concluiu a aquisição dos 30% restantes da controlada direta, Único S.A., no valor de R$ 107 milhões. Adicionalmente, a companhia está no processo de venda da controlada indireta Parati Crédito Financiamento e Investimento S.A. (“Parati”) e iniciou o processo de venda da controlada indireta AME Digital Brasil Instituição de Pagamento Ltda. Mais detalhes sobre os investimentos estão descritos na nota explicativa 13.

ادا

Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023
(Em milhões de reais)

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	**Nota**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.021	1.681	1.129	1.758
Títulos e valores mobiliários	7	21	1.608	21	2.245
Contas a receber de clientes	8	1.674	2.371	1.796	2.380
Contas a receber - partes relacionadas	12	267	277	-	-
Estoques	9	1.860	1.969	1.899	2.028
Impostos a recuperar	10	1.019	900	1.125	1.149
Imposto de renda e contribuição social	11	95	435	124	467
Despesas antecipadas		111	71	130	78
Outros ativos circulantes		327	568	352	622
Ativos mantidos para venda	30	581	-	502	-
Total do ativo circulante		**6.976**	**9.880**	**7.078**	**10.727**
NÃO CIRCULANTE					
Impostos a recuperar	10	3.056	3.048	3.056	3.048
Imposto de renda e contribuição social	11	298	208	298	208
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	131	4.809	134	4.821
Depósitos judiciais	22	754	623	762	630
Contas a receber - partes relacionadas	12	53	-	-	-
Outros ativos não circulantes		9	6	10	7
Investimentos	13	623	2.371	30	29
Imobilizado	14	2.016	2.314	2.045	2.381
Intangível	15	531	890	743	1.179
Ativo de direito de uso	16	3.293	4.037	3.309	4.085
Total do ativo não circulante		**10.764**	**18.306**	**10.387**	**16.388**
TOTAL DO ATIVO		**17.740**	**28.186**	**17.465**	**27.115**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023
(Em milhões de reais)

		Controladora		Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**Nota**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
CIRCULANTE					
Fornecedores	17	2.113	5.756	2.190	5.866
Risco sacado	18	49	15.908	49	15.908
Empréstimos e financiamentos	19	-	8.816	49	15.889
Debêntures	20	-	15.005	-	7.634
Contas a pagar - partes relacionadas	12	219	1.153	-	-
Salários, provisões e contribuições sociais		303	246	333	307
Contas a pagar - combinação de negócios		-	137	-	147
Tributos a recolher	21	631	1.328	647	1.355
Imposto de renda e contribuição social	11	-	-	15	16
Provisão para processos judiciais e contingências	22	-	57	-	57
Adiantamento recebido de clientes		104	34	112	303
Passivo de arrendamento	16	446	445	451	452
Outros passivos circulantes		354	1.219	400	1.341
Passivos associados a ativos mantidos para venda	30	-	-	136	-
Total do passivo circulante		**4.219**	**50.104**	**4.382**	**49.275**
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	17	338	-	341	-
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	17	-
Debêntures	20	1.716	-	1.716	-
Tributos a recolher	21	155	3	163	3
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	-	52	52
Provisão para processos judiciais e contingências	22	1.233	1.519	1.299	1.614
Contas a pagar – Partes relacionadas	12	57	-	-	-
Passivo de arrendamento	16	3.722	4.470	3.735	4.514
Provisão para perdas em investimentos	13	541	435	-	-
Plano de assistência médica	32	243	120	243	120
Outros passivos não circulantes		546	385	547	387
Total do passivo não circulante		**8.551**	**6.932**	**8.113**	**6.690**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	23	39.891	15.430	39.891	15.430
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	1	-	1
Reservas de capital		-	115	-	115
Outros resultados abrangentes		(67)	(1.260)	(67)	(1.260)
Prejuízos acumulados		(34.854)	(43.136)	(34.854)	(43.136)
Total do patrimônio líquido		**4.970**	**(28.850)**	**4.970**	**(28.850)**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**17.740**	**28.186**	**17.465**	**27.115**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhões de reais, exceto o resultado por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	25	**13.939**	**14.160**	**14.349**	**14.759**
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	26	(9.494)	(10.154)	(9.722)	(10.570)
Lucro bruto		**4.445**	**4.006**	**4.627**	**4.189**
Receitas (Despesas) operacionais					
Vendas	27	(3.502)	(3.849)	(3.577)	(3.995)
Gerais e administrativas	27	(2.030)	(2.807)	(2.137)	(2.995)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(1.101)	743	2	(2)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	1.632	(1.197)	1.735	(1.287)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**(556)**	**(3.104)**	**650**	**(4.090)**
Receitas financeiras	28	24.229	504	16.697	1.298
Despesas financeiras	28	(10.743)	(4.458)	(4.378)	(4.214)
Resultado financeiro		**13.486**	**(3.954)**	**12.319**	**(2.916)**
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de renda e da contribuição social		**12.930**	**(7.058)**	**12.969**	**(7.006)**
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	11	-	-	(38)	(31)
Diferidos	11	(4.678)	4.815	(4.679)	4.794
Lucro (Prejuízo) do exercício das operações continuadas		**8.252**	**(2.243)**	**8.252**	**(2.243)**
Operações descontinuadas					
Lucro (prejuízo) do exercício das operações descontinuadas	30	29	(29)	29	(29)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		**8.281**	**(2.272)**	**8.281**	**(2.272)**
Lucro líquido (Prejuízo) por ação - Operações continuadas					
Básico – em R$	29	89,71	(248,57)		
Diluído – em R$	29	69,71	(248,57)		
Lucro líquido (Prejuízo) por ação do exercício					
Básico – em R$	29	90,03	(251,76)		
Diluído – em R$	29	69,95	(251,76)		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhões de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	**8.281**	**(2.272)**	**8.281**	**(2.272)**
Outros resultados abrangentes				
Hedge de fluxo de caixa	1.302	188	1.302	188
Efeitos tributários decorrentes do *hedge*	-	(64)	-	(64)
Ganhos/Perdas atuariais - assistência médica	(120)	2	(120)	2
Variação cambial de investidas no exterior	11	(2)	11	(2)
Total de outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício subsequentemente	1.193	124	1.193	124
Total do resultado abrangente do exercício	**9.474**	**(2.148)**	**9.474**	**(2.148)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhões de reais)

	Controladora e Consolidado					
			Reservas de Capital			
	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Plano de subscrição de ações	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2023	**15.430**	**1**	**147**	**(1.384)**	**(40.864)**	**(26.670)**
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	124	-	124
Reversão da reserva do plano de opção de ações (nota 23)	-	-	(32)	-	-	(32)
Variação cambial de investidas no exterior	-	-	-	(2)	-	(2)
Ganhos/Perdas atuariais – assistência médica	-	-	-	2	-	2
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(2.272)	(2.272)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**15.430**	**1**	**115**	**(1.260)**	**(43.136)**	**(28.850)**
Aumento de capital (nota 23)	24.461	-	-	-	-	24.461
Reversão da reserva do plano de opções de ações (nota 23)	-	-	(114)	-	-	(114)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(1)	-	-	-	(1)
Ganhos/Perdas atuariais - assistência médica	-		-	(120)	-	(120)
Outros resultados abrangentes - *Hedge* de fluxo de caixa de controladas	-		-	1.302	-	1.302
Variação cambial de investidas no exterior	-	-	-	11	-	11
Lucro do exercício	-	-	-	-	8.281	8.281
Absorção de prejuízos (nota 23)	-	-	(1)	-	1	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**39.891**	-	**-**	**(67)**	**(34.854)**	**4.970**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhões de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais das operações continuadas					
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		**8.252**	**(2.243)**	**8.252**	**(2.243)**
Ajuste ao resultado do exercício operações descontinuadas	30	**29**	**(29)**	**29**	**(29)**
Ajustes ao Lucro líquido (Prejuízo) do exercício					
Depreciação e amortização		982	1.291	1.010	1.355
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	11	4.678	(4.815)	4.717	(4.762)
Juros, variações monetárias, cambiais e custo de transação		(2.535)	4.353	(2.135)	3.354
Equivalência patrimonial	13	1.101	(743)	(2)	2
Constituição de provisão para processos judiciais e contingências	22	569	276	582	419
Reversão de provisão para processos judiciais e contingências	22	(655)	(369)	(688)	(603)
Ajuste a valor presente de obrigações		(261)	-	(486)	-
Provisão (reversão) para *impairment*		310	(629)	356	(518)
Haircut		(13.119)	-	(13.119)	-
Outros		(438)	814	538	619
		(1.087)	**(2.094)**	**(946)**	**(2.406)**
Redução (aumento) nos ativos operacionais					
Contas a receber		691	2.646	221	1.735
Estoques		399	2.005	419	2.035
Impostos a recuperar		625	722	611	593
Despesas antecipadas		(40)	(30)	(52)	(14)
Depósitos judiciais		(131)	(98)	(132)	(80)
Outras contas a receber (circulante e não circulante)		238	(550)	765	462
		1.782	**4.695**	**1.832**	**4.731**
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores		(1.901)	(782)	(1.911)	(902)
Salários, encargos e contribuições sociais		57	23	36	(1)
Tributos a recolher (circulante e não circulante)		(545)	184	(546)	172
Pagamento de contingências	22	(257)	(113)	(266)	(118)
Contas a receber/pagar com partes relacionadas		(43)	(583)	-	(2)
Outras obrigações (circulante e não circulante)		(644)	(358)	(889)	(1.199)
		(3.333)	**(1.629)**	**(3.576)**	**(2.050)**
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		(2)	(134)	(10)	(146)
Juros pagos sobre arrendamentos	16	(554)	(630)	(555)	(634)
Atividades operacionais – operações descontinuadas	30	-	-	(292)	272
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**(3.194)**	**208**	**(3.547)**	**(233)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Títulos e valores mobiliários	7	1.587	652	1.711	1.655
Aquisição de imobilizado	14	(80)	(314)	(82)	(329)
Aquisição de intangível	15	(34)	(10)	(36)	(85)
Aumento de capital em controladas	13	(5)	(514)	-	-
Atividades de investimentos – operações descontinuadas	30	-	-	317	(260)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		**1.468**	**(186)**	**1.910**	**981**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures		3.502	1.503	3.502	1.803
Liquidações de empréstimos e financiamentos e debêntures		(2.179)	(1.823)	(2.207)	(2.814)
Risco Sacado		(1.310)	(2)	(1.310)	(2)
Pagamentos de passivo de arrendamento	16	(428)	(432)	(433)	(444)
Aumento de capital em dinheiro		1.481	-	1.481	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		**1.066**	**(754)**	**1.033**	**(1.457)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**(660)**	**(732)**	**(604)**	**(709)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas	6	1.681	2.413	1.758	2.479
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas	6	1.021	1.681	1.129	1.758
Aumento de caixa e equivalentes de caixa – operações descontinuadas	30	-	-	25	12
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**(660)**	**(732)**	**(604)**	**(709)**
Transações que não envolvem caixa:					
Aumento de capital - Dívidas com credores e acionistas controladores	23(a)	22.980	-	22.980	-
Compensação de ativos bloqueados com credores financeiros	1.1(b)	1.510	-	1.510	-
Dívidas convertidas na 22ª emissão de debêntures	1.1(b)	(1.841)	-	(1.841)	-
Captação da 22ª emissão de debêntures	1.1(b)	1.867	-	1.867	-
Reestruturação da dívida - Partes Relacionadas		1.542	-	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhões de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Receitas				
Vendas de mercadorias e serviços	16.231	16.349	16.824	17.073
Outras receitas	2.211	(1.639)	2.321	(1.571)
Perdas (reversão) estimadas em créditos de liquidação duvidosa	365	(467)	363	(481)
	18.807	**14.243**	**19.508**	**15.021**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(11.875)	(11.444)	(12.264)	(11.980)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.381)	(2.837)	(2.329)	(2.739)
	(14.256)	**(14.281)**	**(14.593)**	**(14.719)**
Valor adicionado bruto	**4.551**	**(38)**	**4.915**	**302**
Perda e recuperação de valores ativos	(361)	629	(361)	519
Depreciação e amortização	(982)	(1.291)	(1.010)	(1.355)
Valor adicionado líquido produzido	**3.208**	**(700)**	**3.544**	**(534)**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(1.101)	743	2	(2)
Receitas financeiras	24.229	504	16.697	1.298
Valor adicionado total a distribuir	**26.336**	**547**	**20.243**	**762**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	1.521	1.526	1.663	1.770
Benefícios	178	224	195	252
FGTS	123	117	138	140
	1.822	**1.867**	**1.996**	**2.162**
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	4.060	(4.870)	4.120	(4.770)
Estaduais	1.165	1.069	1.185	1.091
Municipais	91	104	97	118
	5.316	**(3.697)**	**5.402**	**(3.561)**
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	10.743	4.458	4.378	4.214
Aluguéis	133	152	144	180
Outras	41	39	42	39
	10.917	**4.649**	**4.564**	**4.433**
Remuneração de capitais próprios				
Lucro (Prejuízo) do exercício das operações continuadas	8.252	(2.243)	8.252	(2.243)
Lucro (Prejuízo) do exercício das operações descontinuadas	29	(29)	29	(29)
	8.281	**(2.272)**	**8.281**	**(2.272)**
Valor total adicionado distribuído	**26.336**	**547**	**20.243**	**762**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Do exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Americanas S.A. – Em recuperação judicial ("Americanas" ou a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações ordinárias negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código AMER3, com sede localizada na Rua Sacadura Cabral, 102, Parte, Saúde, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.081-902.

A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo" ou "Grupo Americanas") combinam plataformas digital, física (com as Lojas Americanas, *Express*, Hortifruti e Natural da Terra), franquias (Imaginarium e *Puket*) e publicidade (ads).

A Americanas possui atividade há mais de 95 anos, com presença em aproximadamente 850 cidades dos 27 estados do território brasileiro. A Companhia conta com mais de 1.600 lojas e *e-commerce*, com mais de 45 milhões de clientes ativos. Para sua operação, a Companhia conta com uma plataforma logística com nove centros de distribuição que permitem a realização de uma estratégia de vendas multicanal e eficiente, contando com mais de 30 mil colaboradores por trás de toda a operação.

A Companhia possui um plano estratégico focado na rentabilidade, nova estratégia de crescimento sustentável, amplitude no sortimento de produtos com aumento de GMV e margem, foco na potencialização das sinergias entre físico e digital, eficiência na operação e otimização de custos, tendo executado no exercício passos relevantes para a equalização da sua situação financeira, nos termos do Plano de Recuperação Judicial descrito a seguir.

Em agosto de 2024, o Grupo iniciou o processo de venda da Ame Digital Brasil Instituição de Pagamento Ltda. ("Ame Digital"). Adicionalmente, um contrato de compra e venda da Parati com a Tudo Serviços S.A. foi assinado, pelo montante de R$ 34 cujo recebimento está condicionado a aprovação pelo Banco Central do Brasil (BACEN), ainda sem prazo estipulado para tal aprovação. Em razão desta nova estratégia, os serviços de conta de pagamento, credenciadora e participante indireta de PIX, não serão mais oferecidos pela Ame Digital e Parati, que também deixa de ser uma plataforma autônoma de produtos e serviços financeiros. Essas controladas estão sendo apresentadas como ativo mantido para venda e operação descontinuada. Maiores detalhes na nota 30.

1.1 Plano de Recuperação Judicial

Em razão do cenário enfrentado pela Companhia ocasionado pelos fatos narrados no Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, a Americanas e algumas de suas subsidiárias, nomeadamente JSM Global S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial, e B2W Digital Lux S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial e ST Importações Ltda. – Em Recuperação Judicial ("Recuperandas" ou "Grupo Americanas"), ajuizaram, em 12 de janeiro de 2023, tutela de urgência cautelar em caráter antecedente ao pedido de recuperação judicial, com fundamento nos art. 189 e 6º, § 12, da Lei nº 11.101/2005, a qual foi distribuída perante a 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, Brasil (o "Juízo da Recuperação Judicial").

A tutela de urgência requerida foi deferida em 13 de janeiro de 2023 a fim de antecipar os principais efeitos do processamento da recuperação judicial e, dentre outras medidas, suspender os efeitos das cláusulas de vencimento antecipado dos contratos celebrados com diversas instituições financeiras e determinar a restituição de valores que, eventualmente, já tivessem sido objeto de compensação.

Em 19 de janeiro de 2023, o Grupo Americanas apresentou o pedido principal de recuperação judicial ("Recuperação Judicial"), que teve o processamento deferido na mesma data pelo Juízo da Recuperação Judicial, confirmando integralmente a liminar concedida cautelarmente.

A Companhia almejou, com o processo de Recuperação Judicial, preservar a prestação de serviço amplo à população, bem como seu compromisso como geradora de milhares de empregos diretos e indiretos, como fonte produtora e de estímulo à atividade econômica, além de ser uma relevante pagadora de tributos.

Em continuidade, na busca de entendimentos com seus credores e com vistas a um acordo que pudesse equacionar suas dívidas e impulsionar suas atividades, o Conselho de Administração ("Conselho") aprovou a apresentação da primeira versão do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ" ou "Plano"), que foi apresentado nos autos da Recuperação Judicial em 20 de março de 2023, dentro do prazo previsto no art. 53 da Lei nº 11.101/2005.

Em 27 de novembro de 2023, a Americanas protocolou nos autos da Recuperação Judicial uma nova versão do PRJ e, na mesma data, firmou um acordo vinculante de suporte ao PRJ ("PSA") com credores titulares de mais de 35% da dívida da Companhia, excluído os créditos *intercompany*. Além destes, outros credores que participaram das negociações também subscreveram, posteriormente, o PSA e passaram a apoiar o PRJ, aumentando para mais de 50% o percentual de credores com compromisso formal e vinculante de aprovação do PRJ em sede de Assembleia Geral de Credores.

Após extensas negociações entre a Companhia, seus então acionistas de referência (e atuais controladores) e seus principais *stakeholders,* inclusive titulares de dívidas no exterior, os credores do Grupo Americanas, reunidos em Assembleia Geral de Credores realizada em 19 de dezembro de 2023 ("AGC"), aprovaram o PRJ, com ajustes adicionais negociados, conforme versão do Plano apresentada aos autos na mesma data, na forma do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005.

Conforme fato relevante divulgado em 19 de dezembro de 2023, a Companhia acredita que o PRJ aprovado atendeu aos interesses de todas as partes interessadas, de forma equilibrada, e representou um importante passo no processo de reestruturação do Grupo Americanas.

Após a aprovação em AGC, o PRJ foi submetido à apreciação do Juízo da Recuperação Judicial para homologação e concessão da Recuperação Judicial.

Em 26 de fevereiro de 2024, após a manifestação favorável da Administração Judicial e do Ministério Público, o Juízo da Recuperação Judicial homologou, sem ressalvas, o PRJ e concedeu a Recuperação Judicial do Grupo Americanas.

Como consequência da publicação no diário oficial da decisão de homologação do PRJ e concessão da recuperação judicial, ocorrida em 27 de fevereiro de 2024, todos os créditos sujeitos ao procedimento foram novados, ficando os credores concursais vinculados ao PRJ homologado. Adicionalmente, a Companhia foi bloqueada para qualquer tipo de novas ações de capitalização de novos créditos.

O PRJ aprovado, homologado e em andamento prevê:

(i) a prospecção e adoção de medidas durante a Recuperação Judicial visando à obtenção de novos recursos através de aumentos de capital ("Aumento de Capital Reestruturação"), com objetivo de assegurar os recursos mínimos necessários para a implementação dos termos e condições de reestruturação dos créditos contemplados no Plano, conforme a seguir:

   a. Valor de R$ 12 bilhões por meio de subscrição privada de novas ações ordinárias pelos Acionistas de Referência (atuais acionistas controladores) e capitalização de créditos relacionados aos financiamentos de caráter extraconcursal na modalidade *debtor-in-possession* ("DIP") existentes na data da realização do aumento de capital, dos quais foram integralizados em 25 de julho de 2024; e
   b. Valor de até R$12 bilhões por meio da capitalização de créditos detidos contra a Companhia por parte dos credores, dos quais foram integralizados em 25 de julho de 2024.

Destaca-se que foi assegurado aos atuais acionistas direito de preferência para a subscrição do Aumento de Capital Reestruturação.

(ii) a reestruturação e equalização do passivo do Grupo Americanas, conforme descrito a seguir:

   a. Credores Trabalhistas (Classe I) e ME e EPP (Classe IV): na forma do art. 45, §3º, da Lei nº 11.101/2005, o Plano não altera o valor ou as condições originais de pagamento dos créditos dos Credores Trabalhistas e dos Credores ME e EPP que foram quitados em março de 2024 de acordo com os termos e condições originais de pagamento ou em condições diversas aceitas pelo respectivo Credor;

   b. Credores Quirografários (Classe III):

      (i) Credores com Créditos Quirografários até R$ 12 mil: Os Credores Quirografários titulares de Créditos Quirografários em Real no valor de até R$ 12 mil, desde que adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano, optaram por ter seus respectivos Créditos Quirografários integralmente pagos pela Americanas, em parcela única, sem deságio e sem correção. Os saldos desses credores foram liquidados em março de 2024;

(ii) Credores com Créditos Quirografários acima de R$ 12 mil: A Americanas está disponibilizando o montante total de aproximadamente R$ 40 milhões para o pagamento de Credores Quirografários em Real titulares de Créditos Quirografários em montantes acima de R$ 12 mil que aceitaram receber R$ 12 mil para a quitação do seu Crédito Quirografário, desde que adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano, os saldos desses credores foram liquidados em março de 2024;

(iii) Credores Fornecedores: Credores Fornecedores com créditos quirografários superiores a R$ 12 mil e que não optaram por aderir à opção acima, desde que adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano, estão sendo pagos em 48 parcelas mensais iguais, após aplicação de deságio de 50% ao valor total dos Créditos Quirografários, onde esses pagamentos foram iniciados em março de 2024, com previsão de conclusão dos pagamentos em 2028;

(iv) Credores Fornecedores Colaboradores: A Americanas disponibilizou o montante aproximado de R$ 3,7 bilhões para o pagamento de Credores Fornecedores não financeiros que retornaram, até a data de Aprovação do Plano, o fornecimento regular para o Grupo Americanas de produtos para revenda, conforme aplicável, nos volumes, qualidade, sortimento, prazo de entrega e condições previamente acordados com a Companhia, que preencheram estritamente os requisitos e as condições estabelecidas na Cláusula 6.2.9 do PRJ, observada a ordem de prioridade prevista na Cláusula 6.2.9.3 do Plano. O montante de R$ 3,7 bilhões está sendo disponibilizado para pagamentos dos Credores Fornecedores Colaboradores efetuados ao longo de março de 2024, além do montante adicional de aproximadamente R$ 300 milhões, para o pagamento escalonado do saldo em 60 parcelas adicionais. Para os Créditos Quirografários de Credores Fornecedores Colaboradores, referidos valores estão sendo pagos conforme as condições gerais previstas para os Credores Fornecedores com créditos quirografários superiores a R$ 12 mil.

(v) Credores Fornecedores de Tecnologia: A Americanas disponibilizou o montante de R$ 100 milhões para o pagamento de Credores Fornecedores de Tecnologia que preencham os requisitos previstos na Cláusula 6.2.10 do PRJ. Os Créditos Quirografários de Credores Fornecedores de Tecnologia, referidos valores foram pagos em abril de 2024 conforme as condições gerais previstas para os Credores Fornecedores com créditos quirografários superiores a R$ 12 mil.

(vi) Leilão Reverso: As Recuperandas realizaram uma rodada de pagamento antecipado àqueles Credores Quirografários que optarem por receber a quitação integral ou de parte de seus Créditos Quirografários com um desconto não inferior a 70% do respectivo montante do Crédito Quirografário, desde que observem os requisitos previstos na Cláusula 6.2.2 do Plano. As Recuperandas utilizaram o valor entorno de R$ 2 bilhões para o pagamento dos Créditos Quirografários ofertados no contexto do Leilão Reverso.

No dia 13 de março de 2024, o Grupo Americanas apresentou nos autos da Recuperação Judicial o Edital do Leilão Reverso a fim de dar amplo conhecimento aos Credores Quirografários acerca do procedimento. A habilitação para participação no Leilão Reverso ocorreu entre os dias 1 e 26 de abril. O resultado do Leilão Reverso foi divulgado nos autos da Recuperação Judicial pela Administração Judicial no dia 27 de maio de 2024.

(vii) Opção de Reestruturação I: Os Credores Quirografários que optaram pelo pagamento do saldo remanescente dos seus respectivos Créditos Quirografários, após eventual pagamento de parte dos créditos no contexto do Leilão Reverso, com redução no percentual de 70% e amortização em parcela única em janeiro de 2039, independentemente de estarem adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto no Plano.

(viii) Opção de Reestruturação II: Os Credores Financeiros assumiram e que estão adimplentes com seu Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano optaram pelo pagamento do saldo remanescente dos seus respectivos Créditos Quirografários, após o pagamento de parte dos créditos no contexto do Leilão Reverso, mediante a entrega de pacote composto por:

(i) Novas Ações Capitalização de Créditos que estão no processo de emissão no contexto do Aumento de Capital Reestruturação previsto nas Cláusulas 4.1.2 e 5.1 do PRJ;

(ii) Debêntures Americanas, nos termos previstos na Cláusula 6.2.6.3 do Plano, sendo (II.1) Debêntures Americanas – Série Simples, nos termos previstos nas Cláusulas 6.2.6.3.1 e 6.2.6.3.3 do Plano, conforme aplicável e (II.2) Debêntures Americanas – Série Prioritária, nos termos previstos nas Cláusulas 6.2.6.3.2 e 6.2.6.3.4 do PRJ, conforme aplicável; que foram emitidas em 16 de setembro de 2024 e

(iii) Pagamento em dinheiro correspondente à parcela de Recompra Créditos Quirografários, nos termos e condições previstos nas Cláusulas 6.2.6.4 e 6.2.6.6 do Plano que ocorreu em julho de 2024.

(ix) Modalidade de Pagamento Geral: Os credores que não optaram por nenhuma das opções de pagamento anteriores ou que se enquadrarem nas hipóteses previstas na Cláusula 6.2.11 do PRJ, tiveram seus Créditos Quirografários reduzidos no percentual de 80% e serão pagos em parcela única, no mês de janeiro de 2044, nos termos do Plano.

(x) Créditos *Intercompany* e Créditos Acionistas de Referência. Os Créditos *Intercompany* e Créditos Acionistas de Referência não poderão participar do Leilão Reverso e serão quitados, em apenas uma parcela em 2059, com a possibilidade de, a exclusivo critério do Grupo Americanas, tais créditos serem pagos mediante a transferência de recursos, com a incidência de deságio de 95%, desde que todos os Créditos Concursais já tenham sido quitados; e

(xi) Credores *Stock Options*. Os Credores *Stock Options*, mesmo que sejam titulares de Créditos Ilíquidos ou de Créditos Retardatários, terão seus Créditos Quirografários reduzidos no percentual de 93% e serão quitados, após aplicação do deságio, em apenas uma parcela, 30 dias após o envio pelo respectivo Credor *Stock Options* para a Companhia das informações de pagamento.

Como forma de levantamento dos recursos necessários para o cumprimento das obrigações do Plano, o Grupo Americanas: (i) poderá promover processos organizados de alienação da unidade de negócio Hortifruti Natural da Terra ("HNT") e da participação da Companhia no Grupo Uni.Co; (ii) poderá promover processos organizados de alienação dos ativos listados no Anexo 4.1.4 do PRJ sob a forma de UPIs ou não, observado o disposto no Plano; (iii) poderá onerar bens que integram o ativo permanente (não circulante) das Recuperandas listados no referido Anexo 4.1.4 do PRJ; e (iv) poderá promover a alienação ou oneração de outros bens, móveis ou imóveis, integrantes do ativo não circulante das Recuperandas ("Ativos Relevantes" inclusive para fins de garantia em processos judiciais, observadas as limitações estabelecidas na Escritura de Debêntures Americanas, e de quaisquer outros bens integrantes do seu ativo circulante (não permanente). São UPIs definidas no PRJ: HNT, Uni.co e Ame Digital. A Companhia utilizará parte dos recursos provenientes das eventuais alienações das UPIs definidas, para maximizar a redução de sua dívida remanescente com os credores aderentes à Opção de Reestruturação II.

A relação de credores do Grupo Americanas foi apresentada pela Administração Judicial Conjunta nos autos da Recuperação Judicial, em sua versão mais recente, no dia 2 de junho de 2023, iniciando o prazo para apresentação de habilitações ou impugnações de créditos, que se encerrou em 29 de junho de 2023. Eventuais créditos não listados na relação de credores poderão ser incluídos como retardatários.

Oportunamente, a Administração Judicial Conjunta apresentará a consolidação definitiva do quadro geral de credores.

Os credores detentores de títulos de dívida emitidos pelo Grupo Americanas (debêntures ou *senior notes*), tiveram a oportunidade de exercer, individualmente, os direitos de petição na Recuperação Judicial e de participação, voz e voto na Assembleia Geral de Credores. Referidos credores detentores de títulos de dívida emitidos pelo Grupo Americanas efetuaram suas escolhas da sua opção de pagamento nos termos do PRJ.

Em 25 de janeiro de 2023, foi ajuizado o *chapter* 15, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque *(U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*) para o reconhecimento e aplicação, no território dos Estados Unidos, das decisões emitidas no âmbito da Recuperação Judicial. O pedido foi reconhecido em 3 de março de 2023 ("*Recognition Order*").

As principais informações acerca do procedimento estão disponíveis no seguinte site "https://ri.americanas.io/recuperação-judicial/chapter-15/". Após a homologação do PRJ pelo Juízo da Recuperação Judicial, a Companhia tomou as medidas necessárias para obter o reconhecimento pela Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque da decisão homologatória do PRJ no Brasil no âmbito *chapter* 15, o que efetivamente ocorreu por meio de decisão proferida no dia 22 de julho de 2024, contra a qual não foram interpostos recursos.

Em 24 de julho de 2024, o Juízo da 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro homologou as deliberações sobre o Plano de Recuperação Judicial do Grupo Americanas. Essas deliberações tiveram a adesão pelos credores titulares da maioria dos créditos quirografários contra a Companhia e suas subsidiárias, em 17 de julho de 2024. Por meio das deliberações foram aprovadas:

(a) a substituição de garantia fidejussória/corporativa outorgada pelas Recuperandas B2W e JSM sediadas em Luxemburgo em relação às Debêntures Americanas por garantia de alienação fiduciária sobre as ações da Uni.Co. A alteração beneficia os titulares dos Créditos Quirografários Opção II, na medida em que lhes oferece uma garantia de maior higidez e reforça o compromisso do Grupo Americanas em honrar as obrigações assumidas no Plano e destinar os ativos integrantes do Acervo Uni.co. ao pagamento das Debêntures Americanas;

(b) a emissão de Debêntures Americanas Privadas para reestruturação e pagamento de parcela do Saldo dos Créditos Quirografários Opção II – Pós Leilão Reverso, as quais foram utilizadas pelos seus titulares para integralização das Debêntures Americanas, posteriormente emitidas. A previsão de emissão de Debêntures Americanas Privadas era necessária em razão de determinadas exigências legais aplicáveis à emissão de debêntures públicas que poderiam impactar o cronograma de emissão das Debêntures Americanas previstas no Plano;

(c) em atendimento a uma preocupação dos Credores Quirografários Opção II, foi aprovado o bloqueio da compra e venda de Novas Ações Capitalização de Créditos, as quais não estão abrangidas pelo Acordo de *Lock-Up* Credores previsto na Cláusula 6.2.6.2 do Plano, pelo prazo de 20 dias contados da Data de Fechamento – Opção de Reestruturação II. Em razão dessa previsão, os Credores Quirografários Opção II ficaram impedidos de negociar, alienar, ceder, transferir, alugar ou de qualquer forma dispor de sua parcela de Novas Ações Capitalização de Créditos não abrangidas pelo Acordo de *Lock-Up* Credores pelo prazo de 20 dias contados da Data de Fechamento – Opção de Reestruturação II;

(d) a extensão de prazo, de 12 para 24 meses, para constituição da SPE HNT, cujas ações serão outorgadas em alienação fiduciária para garantia do pagamento das Debêntures Americanas, caso, no mesmo prazo, não tenha havido a alienação da UPI HNT;

(e) a possibilidade de segregar os ativos integrantes dos Acervos HNT, Uni.co, AME e Digital em mais de uma UPI;

(f) a possibilidade de alienação de ativos no curso normal dos negócios e de pontos comerciais das lojas HNT, inclusive sob a forma de UPI, com a destinação do produto da venda ao *Cash Sweep* para os fins do PRJ;

(g) a extensão do prazo de pagamento dos Créditos *Intercompany* detidos por Partes Relacionadas ao Grupo Americanas para 2059 (em não em 2044, como previsto no PRJ), com a possibilidade de, a exclusivo critério do Grupo Americanas, tais créditos serem pagos mediante a transferência de recursos, com a incidência de deságio de 95% (e não 80%, como previsto no Plano), desde que todos os Créditos Concursais já tenham sido quitados.

(a) Aumento de Capital

Em cumprimento ao disposto nas Cláusulas 4.1.2 e 5.1 do Plano, em 25 de julho de 2024, o Conselho de Administração da Companhia homologou aumento de capital da Companhia, no montante total de R$ 24.461 milhões, mediante a emissão de 18.815.921.100 novas ações ordinárias ("Novas Ações"), ao preço de emissão de R$ 1,30 por ação.

Como vantagem adicional às Novas Ações subscritas, foi emitido um total de 6.271.972.262 bônus de subscrição aos subscritores das Novas Ações (“Bônus de Subscrição”), na proporção de 1 (um) bônus de subscrição para cada grupo de 3 (três) Novas Ações subscritas.

Posteriormente, em 26 de agosto de 2024, foi efetivado o grupamento das ações e bônus de subscrição da Companhia, na proporção de 100 para 1.

(b) Reestruturação das dívidas

Em 24 de julho de 2024, o Juízo da 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro homologou as deliberações sobre o Plano de Recuperação Judicial do Grupo Americanas. Essas deliberações tiveram a adesão pelos credores titulares da maioria dos créditos quirografários contra a Companhia e suas subsidiárias, em 17 de julho de 2024.

Em 26 de julho de 2024, a Companhia, concluiu o pagamento aos credores financeiros que escolheram a Opção de Reestruturação II. Isso incluiu a recompra de créditos quirografários, além da entrega de novas ações ordinárias, bônus de subscrição e debêntures. As novas ações e debêntures já foram creditadas e estão disponíveis para visualização na B3 e na conta de custódia dos credores. A data é considerada como Data de Fechamento da Opção de Reestruturação II, conforme o plano de recuperação judicial aprovado.

Abaixo a síntese dos efeitos da reestruturação da dívida com os credores financeiros:

Reestruturação credores financeiros	**Consolidado**
Debêntures	11.658
Empréstimos e financiamentos	17.658
Risco Sacado	15.908
Saldos em 30 de junho de 2024	**45.224**
Haircut de dívidas financeiras	(12.203)
Estorno contábil de juros	(4.005)
Aumento de capital reestruturação (i)	**(22.716)**
Créditos adquiridos via credores financeiros	(12.007)
Créditos adquiridos via acionistas de referência (atuais controladores)	(10.709)
Pagamento dos créditos do leilão reverso	(2.037)
Recompra de créditos quirografários	(933)
Compensação de ativos bloqueados com credores financeiros	(1.510)
Dívidas convertidas na 22ª emissão de debêntures	(1.841)
22ª emissão de debêntures (ii)	1.867
Dívidas convertidas na opção I e opção geral	(114)
Cash Sweep	(278)
Atualização monetária pelo IPCA	265
Outras movimentações	(69)
Movimentação - Reestruturação das dívidas financeiras	**(43.574)**
Debêntures (nota 20)	(10.023)
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	(17.643)
Risco Sacado (nota 18)	(15.908)

(i) Refere-se à parcela do aporte de capital utilizada para abatimento da dívida, conforme apresentado na nota 23.
(ii) O total da 22ª emissão passou para R$ 1.640 devido aos juros provisionados do período e à parcela de *cash sweep* utilizada nessa dívida, conforme previsto no plano de recuperação judicial. Para mais detalhes sobre as debêntures, veja nota 20.

(c) Alegação de Descumprimento do Plano

Em 25 de setembro de 2024, determinados credores da Companhia, titulares de *bonds* emitidos no mercado internacional, apresentaram petição alegando suposto descumprimento do Plano e requerendo a intimação das Recuperandas para efetuarem pagamento adicional, no valor de US$ 10 milhões. Tais credores alegam que as Recuperandas efetuaram um pagamento a menor pois, em relação aos créditos em dólar, desconsideraram a variação cambial verificada entre 27 de março de 2024 (data da Taxa de Câmbio Conversão, conforme Cláusula 1.1.144 do Plano) e 26 de julho de 2024 (Data de Fechamento – Opção de Reestruturação II).

Em 24 de outubro de 2024, as Recuperandas apresentaram sua resposta contra tal alegação, sustentando, dentre outras matérias que: (i) os credores violaram o Compromisso de Não Litigar previsto no Plano, (ii) a matéria está preclusa; (iii) o Plano não prevê a indexação dos créditos em moeda estrangeira e autoriza a sua conversão para viabilizar a apuração da cascata de pagamentos para todos os eventos de reestruturação, já que os valores a serem distribuídos entre os credores nos termos do Plano foram fixados em reais.

A matéria está pendente de decisão pelo Juízo da Recuperação Judicial.

1.2 Conclusão do Relatório da Investigação Independente e Apurações Internas

Em 11 de janeiro de 2023, os então diretores da Companhia, Srs. Sergio Rial e André Covre, relataram, em reunião conjunta do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria da Companhia, que foram detectadas inconsistências contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme divulgado em Fato Relevante na mesma data. O Conselho de Administração deliberou, nesta mesma data, a criação do Comitê Independente ("Comitê Independente"), responsável por apurar as circunstâncias que ocasionaram as referidas inconsistências contábeis e, ao fim dos trabalhos, apresentar suas conclusões diretamente ao Conselho de Administração. Os membros do Comitê Independente foram os Srs. Otávio Yazbek, Eduardo Flores e Antonio Luiz Pizarro Manso, com o suporte de assessores especializados neste tipo de demanda.
Posteriormente, em 13 e 14 de junho de 2023, foram divulgados novos Fatos Relevantes que indicaram, com base em documentos entregues pelo Comitê Independente e por documentos complementares identificados pela administração e seus assessores jurídicos, que prepararam um relatório com essas informações ("Relatório"), que tais inconsistências eram fraudes contábeis relativas a transações e/ou contabilizações fraudulentas de Verba de Propaganda Cooperada ("VPC") e Risco Sacado da Companhia, com a liderança, envolvimento e participação de ex-executivos. Diante do Relatório apresentado pelos assessores da Companhia, o Conselho de Administração deliberou o desligamento/destituição imediata das pessoas cujos nomes foram mencionados no Relatório e que ainda estavam ligados, em qualquer medida, à Companhia.

O Conselho de Administração também orientou a Companhia e os assessores a apresentar o Relatório a todas as autoridades competentes e avaliar as medidas visando ao ressarcimento dos danos causados pelas fraudes em suas demonstrações financeiras.

Em 12 de julho de 2024, o Comitê Independente realizou uma apresentação ao Conselho de Administração e à diretoria executiva acerca da conclusão de seus trabalhos de investigação, tendo sido entregue o relatório final no dia 16 de julho de 2024.

As evidências apresentadas pelo Comitê Independente confirmaram a existência de fraude contábil, caracterizada, principalmente, por lançamentos indevidos na conta Fornecedores, por meio de contratos fictícios de VPC e por operações financeiras conhecidas como "risco sacado", dentre outras operações fraudulentas incorretamente refletidas no balanço da Companhia. De acordo com tais evidências, o ex-Diretor Presidente, Miguel Gomes Pereira Sarmiento Gutierrez, e os ex-diretores estatutários da Companhia, Anna Christina Ramos Saicali, José Timótheo de Barros e Márcio Cruz Meirelles, bem como outros ex-executivos da Companhia participaram da fraude, em evidente violação aos seus deveres legais e estatuários.

Em paralelo ao trabalho do Comitê Independente, a Companhia mensurou o impacto das inconsistências contábeis e realizou a correção destas inconsistências em suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (incluindo o impacto em exercícios anteriores), apresentadas em 14 de novembro de 2023. A conclusão da investigação do Comitê Independente não identificou achados complementares, com relação àqueles já refletidos nas demonstrações financeiras de 2022.

A Americanas informou, ainda, que os responsáveis por comandar ou orquestrar as fraudes identificadas não mais integram os quadros da Companhia e que, diante das evidências apresentadas pelo Comitê Independente e sem prejuízo das medidas já tomadas com relação a tais fatos, o Conselho de Administração orientou a Diretoria da Companhia, juntamente com seus advogados, a tomar as providências necessárias para a comunicação às autoridades competentes – Ministério Público Federal, Polícia Federal, Comissão de Valores Mobiliários e demais autoridades, e a continuar colaborando integralmente com as investigações em curso.

Adicionalmente o Conselho de Administração orientou que a Diretoria avaliasse as medidas a serem adotadas para a defesa dos interesses sociais e o ressarcimento pelos prejuízos causados à Companhia.

Nesse sentido, em 31 de outubro de 2024, a Companhia convocou uma assembleia geral extraordinária, que foi realizada em 11 de dezembro de 2024, ocasião em que os acionistas da Companhia, por maioria, autorizaram a propositura pela Companhia de ação de responsabilidade civil pelos prejuízos causados, nos termos do Artigo 159 da Lei nº 6.404/76, em face dos Srs. Miguel Gomes Pereira Sarmiento Gutierrez, Anna Christina Ramos Saicali, José Timótheo de Barros e Márcio Cruz Meirelles, ex-diretores da Companhia, em razão de fraude contábil e demais atos ilícitos correlatos durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. A Companhia está adotando as medidas para responsabilização civil de referidos ex-diretores, através do ingresso de procedimento arbitral realizado no dia 11 de março de 2025, conforme aprovado em assembleia.

Além disso, o Conselho de Administração autorizou a Diretoria da Companhia a avaliar e a tomar, quando julgar necessário e conveniente, todas as medidas para a responsabilização civil de todos aqueles que participaram ou concorreram para a prática da fraude contábil e demais atos ilícitos correlatos e não o tenham feito na qualidade de administradores da Companhia ou suas antecessoras durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios sociais anteriores, as quais vêm sendo realizadas nos termos das autorizações.

1.3 Governança e Medidas Tomadas pela Companhia

A B3 iniciou, em março de 2023, um processo de *enforcement* para analisar questões relacionadas ao fato relevante divulgado pela Companhia, em 11 de janeiro de 2023, especificamente com relação à observância aos controles internos previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Em 08 de novembro de 2023, a Diretoria de Regulação de Emissores da B3 proferiu decisão no contexto do processo de *enforcement*, sujeita a recurso com efeito suspensivo, suspendendo a Companhia do segmento especial de listagem do Novo Mercado por infrações ao seu regulamento, até o cumprimento de determinadas exigências listadas na referida decisão. Na mesma decisão, a B3 multou administradores e integrantes de órgãos de assessoramento da Companhia, atuais e antigos. A Companhia respeita, porém, veementemente discorda das conclusões expostas na decisão da B3, dentre vários motivos, pela decisão ter praticamente concluído que o fato de ter havido uma fraude na Companhia seria suficiente para condenar a Companhia e determinados administradores, independentemente de ter ocorrido um caso de *management override of controls* (burla de controles internos) não detectado pelas atividades de fiscalização e auditoria tanto internas quanto externas à época.

A decisão também desconsiderou as provas de que a Companhia atendia estritamente todas as normas do Regulamento do Novo Mercado, inclusive as que demandam diligente análise das informações financeiras e contábeis pelos respectivos órgãos internos de controle. Além disso, a decisão proferida findou por instituir uma obrigação de resultado aos órgãos sociais responsáveis, ao invés de uma obrigação de meio, estabelecendo verdadeira responsabilidade objetiva de tais órgãos e seus integrantes, sem sequer analisar a conduta dos conselheiros e dos demais integrantes de órgãos de assessoramento do Conselho de Administração, individual ou coletiva. A Companhia apresentou recurso nos termos do Regulamento do Novo Mercado, o que acarretou a suspensão dos efeitos da decisão até manifestação da Diretoria da B3 sobre o recurso. Aguarda-se a decisão da Diretoria Executiva da B3 sobre mencionado recurso. A Companhia também trabalha para atender o mais rápido possível às exigências apresentadas.

Com relação aos seus controles, a Companhia adota processos de gestão de riscos e de controles internos que são divididos em três linhas: (i) a primeira, a área de negócios em si, que tem a responsabilidade de monitorar os seus próprios riscos; (ii) a segunda composta por áreas como a de Controladoria, Riscos e Controles Internos, *Compliance*, Controle e Prevenção de Perdas, Jurídico e Segurança da Informação; e (iii) a terceira, a área de Auditoria Interna. Além desses três níveis, a Americanas também tem um Comitê de Auditoria Estatutário composto por membros independentes, que assessora o Conselho de Administração no monitoramento e controle de qualidade nessa pauta, e um Conselho Fiscal, órgão independente da Administração da Companhia, fiscalizador dos atos de gestão administrativa. No curso normal das suas atividades, a Administração da Companhia revisa anualmente o seu sistema de governança corporativa, visando aprimorá-lo.

A Americanas conta com uma estrutura de governança corporativa alinhada com as práticas de governança do Novo Mercado da B3 e com as recomendações dos principais índices de governança do Brasil, da América Latina e do mundo, tais como ISE, Dow Jones, MSCI, Ranking Merco, dentre outros. Convém lembrar que a Companhia figurou por anos no índice ISE da B3, e em outros índices de governança internacionais. Um dos focos do Conselho de Administração sempre foi seguir as regras de governança recomendadas por tais certificadores e monitorar e adaptar o ambiente da Companhia conforme a evolução destas práticas ao longo dos anos.

A Companhia também adota, como parte de seu Programa de Integridade, um Código de Ética e Conduta, um Canal de Denúncias terceirizado, disponível a todos os *stakeholders* e supervisionado pelo Comitê de Auditoria, além de políticas de gerenciamento de riscos, de *compliance*, de combate à corrupção, dentre outras. As denúncias realizadas no Canal são recebidas e classificadas por empresa terceirizada e independente, sendo posteriormente apuradas por área de investigação interna ou externa (sempre que necessário), sob a coordenação da Auditoria Interna. Caso seja identificada alguma vulnerabilidade ou fragilidade que precise de tratativa, durante a apuração é elaborado junto com as áreas de primeira e segunda linha um plano de ação. Até o momento, o resultado das apurações de denúncias não possui impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

A existência de mecanismos de governança corporativa, no entanto, não blinda uma sociedade contra atos fraudulentos. Como fraudes são atos intencionais, os envolvidos geralmente criam mecanismos, mais ou menos complexos, para desviar ou neutralizar os sistemas de controle, interno e externo, da Companhia. No caso da Americanas, as evidências encontradas pelos assessores jurídicos da Companhia e constantes do Relatório confirmam que as áreas internas de governança (tais como Comitês, Conselho Fiscal, entre outros participantes do sistema de controles) também receberam informações manipuladas, ou seja, documentos com visões diferentes das visões e resultados reais, criados pelos envolvidos justamente para desviar ou neutralizar o sistema de controle existente. De fato, segundo indicam as evidências constantes do Relatório, no caso concreto houve um efetivo "*management override of controls*" pelo qual ex-Diretores perpetraram fraudes, através, dentre outros, de registros financeiros fictícios e de registros indevidos, o que levou às inconsistências nas demonstrações financeiras, apesar dos controles internos existentes.

Após a publicação do Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, foram implementadas medidas com o objetivo de garantir a preservação de informações e documentos da Companhia, tudo com o objetivo de contribuir plenamente com as apurações em curso e com as autoridades envolvidas. E ainda, a nova Diretoria da Companhia está empenhada em continuar fortalecendo a estrutura de governança corporativa e a cultura de atuação baseada na observância dos valores e os princípios éticos.

A Companhia esclarece, ainda, que a Operação *Disclosure* conduzida pela Polícia Federal e Ministério Público Federal está embasada nas investigações independentes conduzidas por essas autoridades, e tinha como objeto a busca e apreensão nos endereços de 14 ex-executivos da Companhia com a finalidade de se colher documentos necessários para identificar a responsabilidade e envolvimento na prática dos crimes investigados. As autoridades alegam, também, que os ex-diretores teriam praticado, dentre outros, crimes de manipulação de mercado e *Insider Trading*. Importante destacar que as autoridades seguem com as investigações e devem, em breve, adotar outras medidas. Além disso, a Comissão de Valores Mobiliários também instaurou dois inquéritos a fim de apurar os fatos ocorridos na Companhia.

Além disso, a Companhia vem colaborando integralmente com todas as investigações que vêm sendo realizadas pelos órgãos reguladores e autoridades competentes, inclusive a Comissão de Valores Mobiliários, a B3, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e atenderá de forma diligente às determinações que surjam a partir das investigações conduzidas pelas autoridades competentes, com relação as quais a Companhia a princípio não tem acesso, por serem conduzidas em segredo de justiça, bem como as colaborações com o Ministério Público Federal realizadas por ex-executivos. Com a continuidade das investigações, caso haja a identificação de outras pessoas envolvidas com tais fatos, a Companhia avaliará as medidas cabíveis em relação a outros potenciais responsáveis.

2. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos e passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros derivativos, que são mensurados pelo valor justo ao final de cada período de relatório. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)) - Pagamento Baseado em Ações, operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) - Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Conselho de Administração, em 26 de março de 2025.

(a) Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo Normas Internacionais de Relatórios Financeiros emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IFRS *Accounting Standards*") e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Ame Digital Brasil Instituição de Pagamento "Ame Digital", plataforma financeira da Companhia, opera como Instituição de pagamento, nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora. Em decorrência do seu objeto social, a Ame Digital adota procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, em conformidade com os critérios exigidos pelo Bacen. Para fins de consolidação das demonstrações financeiras da Ame, pela Companhia, estas estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IFRS *Accounting Standards*"). As operações da AME estão sendo classificadas nestas demonstrações financeiras como mantido para a venda e operação descontinuada. Os destaques da classificação estão apresentados na nota 30.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. Essas demonstrações financeiras foram preparadas com o pressuposto de continuidade operacional.

(b) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de empresas reconhecidos por equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferir poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

(i) A dimensão da participação da Companhia nos direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto;
(ii) Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes;
(iii) Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
(iv) Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes quando as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

Transações, saldos, receitas, despesas e fluxos de caixa em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os lucros e os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para adequar suas políticas contábeis às políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial (nota 13).

(b) Ágio

O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um dos seus ativos. As perdas por redução ao valor recuperável do ágio não podem ser revertidas no período subsequente. Na alienação da unidade geradora de caixa, o valor atribuível do ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

(c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda da alienação reconhecido no resultado é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo da contraprestação recebida e do valor justo da participação residual e (ii) o valor contábil anterior dos ativos (incluindo ágio), deduzido dos passivos da controlada e das participações de não-controladores. Todos os valores reconhecidos anteriormente em "Outros resultados abrangentes" relacionados à controlada são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelas IFRSs aplicáveis). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data em que o controle deixa de existir é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente de acordo com a IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, quando aplicável, ou como o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou *joint venture*.

2.3 Apresentação de informações por segmentos

Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal gestor das operações da Companhia (o CEO) que destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos segmentos operacionais. As informações por segmento da Companhia são elaboradas com base nas informações financeiras disponíveis e que são atribuíveis diretamente ao segmento ou que possam ser alocadas em bases razoáveis.

Esses segmentos operacionais são subdivididos nas atividades de varejo, varejo *premium e fresh food*, conforme detalhado na nota 33.

Os segmentos operacionais, tem os seus resultados operacionais acompanhados, monitorados e avaliados de forma apartada e, estão concentrados na comercialização de produtos e prestação de serviços por diversos meios de comercialização, presenciais através de lojas físicas situadas nas principais cidades de todos os estados do País e não presenciais, em especial, na Internet.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhões de reais, que é a moeda funcional do Grupo, exceto quando indicado de outra forma e arredondadas para o número mais próximo.

(b) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas de transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Para fins de apresentação destas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações do Grupo no exterior são convertidos utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio flutuem significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio na data da transação. Esta diferença de moeda estrangeira gerada na conversão das demonstrações financeiras da controlada cuja moeda funcional não seja o real são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

2.5 Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

No balanço patrimonial, os saldos de caixa e bancos compreendem caixa (isto é, caixa disponível e depósitos à vista) e equivalentes de caixa. Equivalentes de caixa correspondem a aplicações financeiras (geralmente com vencimento original de três meses ou menos), de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Equivalentes de caixa são mantidos para atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros fins. Os saldos bancários para os quais o Grupo está sujeito a restrições contratuais de terceiros estão incluídos como títulos e valores mobiliários, a menos que as restrições resultem em um saldo bancário que não atenda mais à definição de caixa. As restrições contratuais que afetam o uso de saldos bancários estão divulgadas nas notas 6 e 7.

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são compostos por caixa e equivalentes de caixa conforme definidos acima.

2.6 Ativos e passivos financeiros

(a) Classificação

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando o Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, exceto pelas contas a receber que não possuem componente de financiamento significativo e que são mensuradas ao preço da transação. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

(b) Reconhecimento e mensuração

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao Valor justo por meio do resultado (VJR) são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.
Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Havendo ativos financeiros avaliados ao Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), estes serão mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por *impairment*, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, serão reconhecidas em VJORA e acumuladas na reserva de valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao VJR são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao VJR são apresentados na demonstração do resultado em “Receitas ou despesas financeiras” no exercício em que ocorrem.

As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações no valor justo de títulos monetários, classificados como VJORA, são reconhecidas no patrimônio líquido.
Quando os títulos classificados como ao VJORA são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como “Receitas ou despesas financeiras”.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

Para fins de avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

(c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

(d) *Impairment* de ativos financeiros

O Grupo optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada até a realização do recebível.
Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações "*forward looking*".

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

(i) pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou probabilidade que o devedor entrará em falência, ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base na diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber.

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

(e) Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou ao valor líquido realizável, dos dois o menor. O custo médio de aquisição está apresentado líquido das bonificações acordadas com fornecedores, quando aplicável. O valor líquido realizável é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, líquido dos custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os estoques são reduzidos pelas respectivas provisões para perdas, obsolescência e baixo giro, a quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto a sua respectiva adequação, conforme divulgado na nota 9.

2.8 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos, conforme demonstrado na nota 15. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são inicialmente registrados pelo seu valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados ao custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.
O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso:

(i) da contraprestação transferida;
(ii) do valor da participação de não controladores na adquirida, quando aplicável; e
(iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio de aquisição de controladas é registrado como “ativo intangível”.

(a) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico, exceto quando adquiridas em uma combinação de negócios. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada.

(b) Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da combinação de negócios. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzidos pela depreciação acumulada e pela perda por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos adquiridos por meio de combinação de negócio, são mensurados inicialmente pelo seu valor justo na data de aquisição. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais bens do imobilizado se inicia quando o ativo está pronto para o seu uso pretendido e é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na nota 14. Os valores residuais e a vida útil estimada dos ativos são revisados ao final de cada exercício e se apropriado, ajustados.

Os custos dos empréstimos, quando aplicável, tomados com o propósito de adquirir e/ou construir ativos fixos qualificáveis não são relevantes em função do pouco tempo empregado na aquisição e, portanto, não são capitalizados ao custo do bem. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda na venda ou baixa de um ativo é determinado pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil líquido do ativo e é reconhecido em “Outras despesas e receitas operacionais líquidas” na demonstração do resultado.

2.10 Arrendamentos

O Grupo possui contratos classificados como de arrendamento para as suas unidades comerciais, de logística e administrativas.

O Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato, baseado na definição de arrendamento. De acordo com o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais o Grupo seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como *tablets* e computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). Para esses arrendamentos, o Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se sua taxa incremental de captação (que depende do prazo do contrato e data de início do arrendamento), exceto para os casos nos quais a taxa implícita do arrendamento for identificável.

As taxas incrementais de captação dependem do prazo e data de início do arrendamento e é determinada com base em uma série de dados que incluem: a taxa livre de riscos com base nas taxas de títulos do governo; no ajuste do risco específico do país; no ajuste do risco de crédito com base nos rendimentos do título; e no ajuste específico da entidade quando o perfil de risco da entidade que participa do arrendamento é diferente do perfil de risco do Grupo.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem (i) os pagamentos fixos de arrendamento (incluindo pagamentos em substância fixos), deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento a receber; (ii) os pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados utilizando-se o índice ou a taxa na data de início; (iii) o valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual; e (iv) pagamentos de multas pelo término do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para término do arrendamento.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

O Grupo remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que o prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício de opções e, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada.

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, conforme nota 16.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que o Grupo espera exercer uma opção de compra de ações, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

Aluguéis variáveis que não dependem de um índice ou uma taxa não fazem parte da mensuração do passivo de arrendamento e ativo de direito de uso. Os pagamentos correspondentes são reconhecidos como despesa no período no qual o evento ou a condição que resultou nesses pagamentos ocorre e são registrados no resultado.

2.11 *Impairment* de ativos não financeiros, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil dos ativos imobilizados e ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que esses ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente e sempre que houver indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada do seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, na medida em que elimina a perda por redução ao valor recuperável que foi reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações contraídas por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios. Essas obrigações podem ser deduzidas de recebíveis quando há acordos comerciais firmados com os fornecedores para divulgação ou realização de promoções de determinados produtos. São classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, essas contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros (nota 17) e, em caso de componente significativo de financiamento, ajustadas a valor presente considerando o requerimento do CPC 12 (R1) – Ajuste a valor presente.

(a) Verbas de Propaganda Cooperada - VPC

A VPC é uma prática comum no mercado varejista, na qual a empresa estabelece acordos comerciais com fornecedores relacionados aos volumes de venda, campanhas promocionais e ações de *marketing*. Esses valores a receber geralmente são classificados como dedução dos custos operacionais das empresas.

O reconhecimento da VPC ocorre quando as obrigações condicionais para o recebimento dos acordos são cumpridas. Esses valores podem ser mensurados conforme os termos do contrato entre a Companhia e o fornecedor ou de acordo com as campanhas específicas negociadas entre as partes. Os valores da VPC são recebidos após a conclusão desses acordos. Os montantes a receber relativos à VPC são reconhecidos como deduções dos saldos de fornecedores.

2.13 Operações de risco sacado "*Forfait*"

As operações de risco sacado "*forfait*", decorrem de contratos firmados pela Companhia com Instituições financeiras para a liquidação de obrigações com fornecedores. Nessa operação a Companhia transfere, à Instituição financeira, a obrigação do pagamento ao fornecedor na data do vencimento do título ou em data preestabelecida, firmada com o fornecedor, passando a Instituição financeira a ser credora da operação.

Em conformidade com a IAS 7 (CPC 03) e IFRS 7 (CPC 40 (R1)), para aumentar a transparência dos acordos de financiamento com fornecedores, a Companhia divulga informações sobre os termos e condições dos acordos de financiamento com fornecedores, o valor contábil dos passivos, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos e informações sobre o risco de liquidez associado a esses acordos. Além disso, a Companhia fornece divulgações adicionais sobre os efeitos desses acordos nos fluxos de caixa e na exposição ao risco de liquidez. A classificação como atividade operacional ou de financiamento é determinada com base nos seguintes critérios:

a) Operacional: Se o acordo de financiamento de fornecedores está diretamente relacionado às operações normais da Companhia, como a compra de mercadorias ou serviços, ele é classificado como atividade operacional. Esses fluxos de caixa são parte das atividades principais da Companhia.

b) Financiamento: Se o acordo é utilizado como uma forma de obter financiamento adicional, similar a um empréstimo, ele é classificado como atividade de financiamento. Isso ocorre quando a Companhia utiliza o acordo para melhorar sua posição de liquidez ou para financiar suas operações de maneira mais ampla.

A Companhia avalia os termos e condições específicos de cada acordo. Em 31 de dezembro de 2024, a companhia possuía apenas um contrato firmado classificado como "financiamento", veja mais detalhes na nota 18.

2.14 Obrigações por transações de pagamento

As obrigações com estabelecimentos conveniados que utilizam a plataforma da Companhia e os valores a pagar a usuários finais, relativos a transações de pagamento, são registradas pelo valor justo líquido da transação, quando aplicável.

As obrigações para concessão de *cashback* aos clientes participantes do programa de fidelidade são reconhecidas, pelo valor justo, quando o cliente adquire produtos ou serviços em um parceiro comercial credenciado que segue determinadas regras e prazos para liberação.

Essas obrigações com os estabelecimentos conveniados, bem como as obrigações para a concessão de *cashback* são registradas no balanço patrimonial, como "Adiantamento recebido de clientes", classificadas no passivo circulante.

2.15 Ajuste a valor presente de créditos e obrigações

De acordo com o CPC 12 (R1) – Ajuste a valor presente, a Companhia deve ajustar os créditos e obrigações a valor presente, quando aplicável, que corresponde ao reconhecimento dos efeitos do valor do dinheiro no tempo. Para as vendas a prazo, também em atendimento ao IFRS 15 (CPC 47) – Receita de Contrato com Cliente, ao determinar o preço da transação, a Companhia deve ajustar do valor prometido da contraprestação se no momento dos pagamentos acordado pelas partes do contrato (explícita ou implicitamente) fornecer ao cliente ou à Companhia um benefício significativo do financiamento da transferência de bens ou serviços para o cliente. Nessas circunstâncias, o contrato contém um componente de financiamento significativo. Um componente de financiamento significativo pode existir independentemente de a promessa de financiamento estar explicitamente declarada no contrato ou implícita nas condições de pagamento acordadas pelas partes do contrato. Os demais elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes das operações de longo prazo, ou de curto prazo quando há efeitos relevantes, também, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

A Companhia reconheceu no exercício efeitos de ajuste a valor presente, em conformidade com o estabelecido no CPC 12 (R1) – Ajuste a valor presente, considerando as taxas de juros praticadas pelo mercado. As operações trazidas a valor presente decorrem de saldos com fornecedores (nota 17) e, saldos entre partes relacionadas (nota 12), classificados conforme definidos no Plano de Recuperação Judicial. Os valores ajustados a valor presente tiveram como contrapartida receitas e despesas financeiras, conforme apresentado na nota 28.

2.16 Empréstimos e financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos e debêntures são reconhecidos ao custo amortizado, líquido dos custos incorridos na transação. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros, conforme apresentado nas notas 19 e 20.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.17 Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

(i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos;

(ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
(iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas, a cada data de reporte, pelo valor presente dos desembolsos de caixa prováveis que devem ser necessários para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.18 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório. Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante do reconhecimento inicial de ágio.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em controladas e coligadas, exceto quando a Companhia for capaz de controlar a reversão das diferenças temporárias e quando for provável que essa reversão não irá ocorrer em um futuro previsível. Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a tais investimentos e participações somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando sua reversão for provável em um futuro previsível.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e reduzido quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete os efeitos das práticas fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os impostos correntes e passivos em uma base líquida.

(c) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos no resultado do exercício

A despesa (ou receita) com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.19 Benefícios a empregados

(a) Remuneração com base em ações

A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não ofereceu nenhum novo plano de remuneração com base em ações aos seus executivos e empregados. Para os contratos existentes, a Companhia reverteu no 1º trimestre de 2024 o saldo da reserva de capital – Plano de Opção de Ações e assumiu um passivo com os beneficiários detentores desses planos a vencer. A reversão da reserva e a constituição do passivo tem como base a homologação do Plano de Recuperação Judicial.

(b) Plano médico pós-aposentadoria

Conforme a legislação atual do Brasil, a Companhia oferece plano de saúde pós-aposentadoria aos seus colaboradores, garantindo aos funcionários que se aposentem ou são dispensados sem justa causa, o direito de continuar no plano com as mesmas condições de cobertura assistencial que tinham durante o período de trabalho.

Para usufruir desse benefício, os ex-funcionários precisam assumir o pagamento total do plano, incluindo a parte que era custeada pela empresa, com exceção daqueles que se aposentam por invalidez.

O custo da concessão deste benefício é determinado pelo Método de Crédito Unitário Projetado e a avaliação atuarial é realizada ao final de cada período anual de relatório. A remensuração, que inclui ganhos e perdas atuariais, o efeito do teto do ativo (se aplicável) e o retorno sobre ativos do plano (excluindo juros), é refletida imediatamente no balanço patrimonial como débito ou crédito reconhecido na demonstração do resultado abrangente no período em que ocorrem. A remensuração reconhecida como outros resultados abrangentes não é reclassificada. O custo de serviços passados é reconhecido no resultado quando ocorre a alteração ou redução do plano, ou quando o Grupo reconhece os correspondentes custos de reestruturação ou benefícios de rescisão, se antes. Os ganhos ou as perdas da liquidação do plano de benefício definido são reconhecidos na data de liquidação. Os juros líquidos são calculados aplicando a taxa de desconto ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido.

Os custos de benefícios definidos são classificados em três categorias: (i) custo de serviços, incluindo custo de serviços correntes, custo de serviços passados e ganhos e perdas sobre reduções e liquidações; (ii) despesa ou receita financeira líquida; e (iii) remensurações.

A Companhia reconhece as despesas dos serviços no resultado como despesas gerais e administrativas. As despesas ou as receitas de juros são reconhecidos como despesas ou receitas financeiras.

A obrigação de benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial consolidado representa o déficit ou superávit nos planos de benefícios definidos da Companhia. Qualquer superávit resultante desse cálculo é limitado ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições dos planos ou reduções em contribuições futuras aos planos, conforme apresentado na nota 32.

(c) Benefícios a empregados de curto prazo

Um passivo de benefícios a empregados é provisionado com relação aos ordenados e salários, férias e afastamentos por doença no período em que os correspondentes serviços são prestados a um montante não descontado dos benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Passivos de benefícios a empregados no curto prazo são mensurados pelo montante não descontado dos benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

(d) Participação nos lucros

Quando aplicável, o Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.20 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido e reconhecidas quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão (nota 23). Estes custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Quando a Companhia recompra ações do seu próprio capital (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou negociadas. Quando essas ações são subsequentemente negociadas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

2.21 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando seu valor puder ser mensurado com segurança, quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

O Grupo baseia suas estimativas levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Vendas de mercadorias e serviços

As receitas de vendas de mercadorias são reconhecidas quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações, ou seja, quando ocorre a transferência do controle. Para casos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada não ocorrerá (nota 25). Os pedidos de venda aprovados pelas administradoras de cartões de crédito, cujos produtos ainda não foram faturados, nem entregues aos clientes, e as vendas de vales-presentes que se encontram em poder dos clientes e que serão utilizados futuramente são registrados como “Adiantamento recebido de clientes” classificadas no passivo circulante.

Adicionalmente, a Companhia oferece serviços de tecnologia, transporte, intermediação na venda de produtos e serviços, dentre outros. As receitas de serviços são reconhecidas quando for provável que os serviços foram prestados e os benefícios transferidos à Companhia.

(b) Receita financeira

A receita financeira é decorrente das aplicações em títulos e outras aplicações financeiras, inclusive as de variações cambiais ativas que são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.
No decorrer do exercício social de 2024, a Companhia reconheceu receitas financeiras geradas por *haircut* de credores financeiros (nota 28), em conformidade com o previsto no Plano de Recuperação Judicial.

2.22 Custo de mercadorias vendidas de serviços prestados

Corresponde ao custo médio ponderado da aquisição das mercadorias, que quando aplicável, inclui tributos não recuperáveis na aquisição, bem como o custo com serviços prestados. São acrescidos a esse custo os gastos com frete, seguro, manuseio, demais gastos para trazer os estoques em condições de comercialização, os ajustes de inventário e a provisão para perdas e obsolescência.

O custo das mercadorias vendidas é ajustado, por valores recuperados junto aos fornecedores, decorrentes de acordos comerciais por volume de compras, recomposição de margem, acordos de *marketing* entre outros. Esses ajustes são reconhecidos a medida em que os estoques que geraram o referido crédito, são comercializados (nota 26).

2.23 Resultado por ação

A Companhia calcula o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações da Companhia. O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o exercício. O objetivo da informação é proporcionar a mensuração da participação de cada ação da Companhia no desempenho da entidade durante o exercício.

A Companhia também calcula as quantias relativas ao resultado diluído por ação para o lucro ou o prejuízo atribuível aos titulares de capital próprio ordinário da Companhia e, se apresentado, o lucro ou o prejuízo resultante das operações continuadas (ou seja, excluído o resultado das operações descontinuadas) atribuível a esses titulares do capital próprio ordinário. Com a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a Companhia ajusta o lucro ou o prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias (capital próprio ordinário) da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras (nota 29).

2.24 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda for considerada altamente provável e o ativo (ou grupo de alienação) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Operação descontinuada é um componente ou uma unidade de negócios que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos operacionalmente do restante da Companhia. A classificação de operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda.

Os ativos e os passivos diretamente associados que atendem aos critérios de reconhecimento como ativos mantidos para venda e operações descontinuadas são apresentados na nota 30.

2.25 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Quando aplicável, a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, do Grupo, intermediárias e ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é registrado no patrimônio líquido até a data da aprovação.
O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado para fins fiscais e no patrimônio líquido para fins societários.

2.26 Adoção de normas novas e revisadas no exercício

Os pronunciamentos, orientações e interpretações que entraram em vigor para o período iniciado em 1° de janeiro de 2024 não tiveram qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto quando informado abaixo:

Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

A Companhia adotou às alterações à IAS 1 (CPC 26 (R1)) pela primeira vez no período corrente. As alterações à IAS 1 (CPC 26 (R1)) afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Passivo Não Circulante com Covenants

A Companhia adotou às alterações à IAS 1 (CPC 26 (R1)) pela primeira vez no período corrente. As alterações indicam que apenas *covenants* que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses *covenants* afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do *covenant* é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um *covenant* com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um *covenant* após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de *covenants* pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entenderem o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os *covenants* (incluindo a natureza dos *covenants* e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os *covenants*.

Alterações a IAS 7 (CPC 03) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 (CPC 40 (R1)) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação

A Companhia adotou as alterações à IAS 1 (CPC 03) pela primeira vez no período corrente. As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 (CPC 03) afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 (CPC 40 (R1)) foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez.

O termo acordos de financiamento de fornecedores não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.

Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores:

(i) Os termos e as condições dos acordos;
(ii) O valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos;
(iii) O valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento;
(iv) As faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores;
(v) Informações sobre o risco de liquidez.

Na nota 18 contém as divulgações necessárias relacionadas a estas alterações, contemplando os novos requerimentos de divulgação.

Alterações à IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"

A Companhia adotou às alterações à IFRS 16 (CPC 06 (R2)) pela primeira vez no período corrente. As alterações ao IFRS 16 (CPC 06) (R2)) acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências do IFRS 15 (CPC 47), para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine 'pagamentos de arrendamento' ou 'pagamentos de arrendamento revisados' de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início.

As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na IFRS 16 (CPC 06) (R2)). Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo na IFRS 16 (CPC 06 (R2)) e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de venda e *leaseback* que se qualifica como venda na aplicação do CPC 47 (IFRS 15) é um passivo de arrendamento.

Alterações no CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado

Como principal impacto das alterações realizadas no pronunciamento, quaisquer perdas e/ou valores referentes a recuperação de ativos, que não sejam mensurados pelo IAS 36 (CPC 01) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos devem ser classificados na rubrica de "outras receitas" no Grupo 1 de contas da DVA; e não como "perda e recuperação de valores ativos" no Grupo 2 de contas da DVA, como anteriormente requerido pela norma.

As demais alterações, em sua grande maioria, referem-se a (i) adequações pontuais de texto para melhor esclarecimento dos requisitos para a elaboração e divulgação da DVA e consistências com demais pronunciamentos emitidos nos últimos anos; (ii) inclusão de seções explicativas da origem e razões conceituais para elaboração e divulgação da DVA e seu histórico; e (iii) atualização de nomenclaturas do plano de contas dos modelos anexados ao CPC 09.

2.27 Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia ainda não adotou as normas novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis. Os diretores da Companhia não esperam que a adoção das normas listadas abaixo tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros, exceto se indicado a seguir:

Alteração à IAS 21 – Falta de conversibilidade

Esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As alterações à IFRS 7 estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.
As alterações à IFRS 9 estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ESG).

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras da adoção destas alterações.

Melhorias anuais nas normas IFRS de 2024

Efetua alterações nas normas:
- IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de *hedge*;
- IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação;
- IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação;
- IFRS 10, abordando a determinação do "de facto agent"; e
- IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras quando da adoção destas alterações.

IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras

Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. As principais alterações da norma são: (i) Novas categorias e subtotais na demonstração de resultados: operacional, investimento e financiamento; (ii) Divulgação em notas explicativas sobre medições não-contábeis utilizadas pela Companhia (como EBITDA, dívida líquida, entre outras); e (iii) Apresentação das despesas operacionais especificadas por natureza.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2027, quando substituirá a IAS 1 (CPC 26).

A Companhia espera impactos relevantes na apresentação da demonstração de resultado e da demonstração dos fluxos de caixa, originados pela aplicação da IFRS 18, que ainda necessitam de avaliação adicional pela Companhia da sua magnitude.

IFRS 19 – Controladas sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Esta norma, quando adotada, permitirá que as controladas elegíveis apliquem as normas IFRS com divulgações reduzidas em suas demonstrações financeiras individuais. Esta norma não trará impactos nas demonstrações financeiras da Companhia, por se tratar de controladora do Grupo.

Normas IFRS S1 e S2/ CBPS - Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade *01 e 02: Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima*

A IFRS S1 estabelece requisitos gerais para que as entidades divulguem riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que possam impactar seus fluxos de caixa, acesso a financiamento ou custo de capital a curto, médio e longo prazo. Por sua vez, focado especificamente nas divulgações climáticas, a IFRS S2 exige que as entidades revelem riscos físicos e de transição climática, além de oportunidades climáticas. As entidades devem fornecer informações detalhadas sobre processos de governança, estratégias de gestão e desempenho em relação a esses riscos e oportunidades e metas climáticas, respectivamente.

A Administração ainda não avaliou o impacto dessas normas, que serão adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2026, quando da sua entrada em vigor.

3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na nota 2, a Administração deve fazer julgamentos (exceto aqueles que envolvem estimativas) que tenham um impacto significativo sobre os valores reportados e elaborar estimativas e premissas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas se baseiam na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou no período da revisão e em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas a seguir:

(a) Redução ao valor recuperável *(impairment*) de ativos não financeiros

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio e outros ativos não financeiros de acordo com as políticas contábeis apresentadas na nota 2.

Para as Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) de varejo físico, varejo digital, varejo premium e *fresh-foods,* os ágios e outros ativos não financeiros foram avaliados para *impairment* utilizando a base em projeções de resultados futuros de cada UGCs, conforme apresentado na nota 14 e 15(a).

Adicionalmente, os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) das controladas foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

(b) Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que poderá ser reconhecido e considerando o prazo provável de realização com base em projeções de lucros tributáveis futuros.

As premissas para as projeções dos lucros tributáveis futuros estão alinhadas ao plano de negócio da Companhia aprovado pela administração, conforme nota 11 (c).

(c) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário

O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo, conforme nota 16 (c).

(d) Valor justo de instrumentos financeiros sem cotação em mercados ativos

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante a uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

O Grupo utilizou a análise de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ativos estes não negociados em mercados ativos (nota 5).

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis do Grupo

(a) Avaliação do modelo de negócios de ativos financeiros

A classificação e mensuração de ativos financeiros depende dos resultados do teste de “apenas pagamentos de principal e juros” e do teste do modelo de negócios.

O Grupo determina o modelo de negócios em um nível que reflete como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir um objetivo de negócios específico. Essa avaliação inclui julgamento que reflete todas as evidências relevantes incluindo a forma como o desempenho dos ativos é avaliado e como seu desempenho é mensurado, os riscos que afetam o desempenho dos ativos e como esses ativos são geridos e como os gestores dos ativos são remunerados.

(b) Provisão de perda de crédito estimada

Ao mensurar a provisão para perdas de crédito estimada, o Grupo usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A perda por inadimplência é uma estimativa da perda resultante da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais. A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da provisão e é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras, conforme nota 8.

(c) Perdas estimadas nos estoques

A provisão para perdas nos estoques é calculada com base nas perdas estimadas, baseada no histórico da Companhia, para perdas entre a data do último inventário físico até o final do exercício, bem como na venda esperada de itens abaixo do preço de aquisição e estoques sem venda.

A provisão para itens com venda esperada abaixo do preço de aquisição é estimada com base no valor realizável líquido das mercadorias. Caso a mercadoria esteja registrada por um valor maior que o respectivo preço de venda, é realizada a provisão na proporção da margem negativa de cada produto. O saldo dos estoques é apresentado líquido desta provisão, conforme nota 9.

(d) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível, baseado em laudo elaborado por especialista independente, considera a melhor estimativa sobra a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Periodicamente a Administração avalia as mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor que podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil (notas 14 e 15).

(e) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os testes de *impairment* são realizados considerando as projeções de resultado futuro, calculado com base em premissas internas e de mercado, descontadas a valor presente. Essas projeções são calculadas considerando as melhores estimativas da Administração, que são revistas quando ocorrem mudança no cenário econômico ou no mercado consumidor.

(f) Ativos e passivos contingentes

O Grupo registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e imobiliários que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia está sujeita a reivindicações legais, trabalhistas, cíveis e imobiliárias cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios (nota 22).

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Ativos contingentes são eventos que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a Companhia. Quando praticamente certos, com base em pareceres jurídicos que sustentem a sua realização, são reconhecidos no resultado do exercício.

(g) Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o Lucro – IFRIC 23 (ICPC 22)

No que se refere a tratamentos fiscais incertos, previstos no IFRIC 23 (ICPC22) – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, quanto ao imposto de renda e contribuição social e, também para os demais tributos, a administração avalia a probabilidade de aceite e decisões de tribunais superiores de última instância. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pelo Grupo nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

4. Gestão de riscos financeiros

4.1 Fatores de riscos financeiros

No curso normal de seus negócios, o Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de inflação e variações cambiais, bem como risco de crédito em suas vendas a prazo e risco de liquidez. O Grupo detinha operações de swaps, as quais foram descontinuadas no exercício de 2023, para minimizar sua exposição a esses riscos. Tais riscos são constantemente monitorados pela diretoria. Quando considerado que a contratação de instrumentos derivativos para a proteção desses riscos é aplicável, e as condições de mercado permitirem, o tema é discutido e supervisionado pelo Conselho de Administração, quando então é feita a avaliação das estratégias.

(a) Riscos de Mercado

(i) Risco cambial

No exercício de 2024 a Companhia emitiu debêntures para atender a necessidade de caixa dos eventos de liquidação previstos no Plano de Recuperação Judicial. As debêntures foram emitidas em três séries e em reais, no entanto, a terceira emissão possui atualização vinculada a cotação de fechamento da taxa do dólar de venda dos Estados Unidos. Sendo assim, a Companhia possui dívidas com atualização expostas à variação cambial.

O Grupo se utilizava de *swaps* tradicionais com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas da moeda Real (R$) perante as captações de recursos em moedas estrangeiras. Com a cautelar emitida em 12 de janeiro de 2023, todas as operações de *swaps* em vigor naquele momento foram descontinuadas, algumas delas com as respectivas liquidações financeiras efetivadas e outras gerando saldos líquidos passivos para a Companhia junto às instituições financeiras contrapartes das operações, que foram liquidados no exercício de 2024, de acordo com os termos do Plano de Recuperação Judicial.

Análise de sensibilidade

A Administração, efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, considerando deterioração da taxa efetiva anual de US$ em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

						Consolidado
		31/12/2024		Efeito no resultado		
		Moeda estrangeira	Reais	Cenário I Provável 2025 (i)	Cenário II (+25%)[1]	Cenário III (+50%)[1]
USD	Debêntures	(30)	(181)	3	(42)	(86)
	Impacto no resultado			**3**	**(42)**	**(86)**

	Premissas adotadas:	31/12/2024	Provável (i)	+25%	+50%
	USD	6,05	5,96	7,45	8,94

(i) Taxa anual estimada do dólar em 2025, com base no Relatório Focus do Banco Central.

(ii) Risco da taxa de juros

O Grupo se utiliza de recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações, bem como para garantir seus investimentos e crescimento. Para complementar a necessidade de caixa para liquidação dos eventos previstos no Plano de Recuperação Judicial, o Grupo emitiu debêntures no mercado em três séries, sendo a primeira e segunda séries indexadas à variação do CDI. A Companhia descontinuou todas as operações de *swap*, e liquidou demais obrigações financeiras relacionadas a empréstimos e risco sacado, passando a ficar com as suas dívidas atreladas ao CDI.

Análise de sensibilidade

A Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, considerando deterioração da taxa efetiva anual do CDI em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

					Consolidado
		31/12/2024	Cenário I Provável 2025[1]	Cenário II (+25%) (i)	Cenário III (+50%)[1]
CDI	Equivalentes de caixa	874	13	42	71
	Títulos e valores mobiliários	21	-	1	2
	Empréstimos e financiamentos	(66)	(1)	(3)	(5)
	Debêntures	(1.535)	(23)	(74)	(124)
	Impacto no resultado		**(11)**	**(34)**	**(56)**

Premissas adotadas:	31/12/2024	Provável (i)	+25%	+50%
CDI	11,65	13,15	16,44	19,73

(i) Taxa anual estimada de juros em 2025, com base no Relatório Focus do Banco Central.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, descontinuados no exercício de 2023, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e outras instituições financeiras, os limites de riscos individuais são determinados com base em uma modelagem interna que considera variáveis como classificação de *rating* e tamanho do Patrimônio Líquido das contrapartes. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas em cartão do Grupo serem realizadas substancialmente por meio de cartões de crédito administrados pelas principais operadoras de cartão de crédito do mercado, que possuem excelentes níveis de classificação de risco.

O Grupo mantém provisão de perda de créditos estimada em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir possíveis perdas em seus recebíveis.

(c) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões de fluxo de caixa e de liquidez do Grupo, para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. Essas previsões levam em consideração as expectativas de geração operacional de caixa, os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas contratuais e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A Companhia investe o excesso de caixa em aplicações financeiras com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos e níveis de riscos apropriados para fornecer liquidez suficiente à Companhia, conforme determinada pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa, em valores nominais, os passivos financeiros do Grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data final do contrato:

	Consolidado				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	2.190	33	233	75	2.531
Risco Sacado	49	-	-	-	49
Empréstimos e financiamentos	49	17	-	-	66
Debêntures	-	-	1.716	-	1.716
Arrendamentos a pagar	451	429	1.043	2.263	4.186
Opção I e *default* (i)	-	-	-	13	13

(i) O saldo das dívidas decorrentes do Plano de Recuperação Judicial não foi considerado na análise de sensibilidade, uma vez que as taxas já foram definidas no plano.

4.2 Gestão de Capital

O objetivo do Grupo ao administrar seu capital é o de manter uma estrutura de capital eficiente para minimizar os custos a ela associados e assegurar a continuidade de suas operações, para oferecer retorno adequado aos acionistas e benefícios aos demais *stakeholders*. O monitoramento da dívida do Grupo é realizado através do índice de Dívida líquida/EBITDA, além do acompanhamento da geração de caixa operacional.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

		Controladora		Consolidado	
	Hierarquia	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros					
Mensurados pelo custo amortizado					
Contas a receber de clientes	Nível 2	1.674	2.371	1.796	2.380
Contas a receber - partes relacionadas	Nível 2	320	277	-	-
Mensurados a valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa	Nível 2	795	1.454	874	1.454
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	21	1.608	21	2.245
Passivos financeiros					
Mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores	Nível 2	2.451	5.756	2.531	5.866
Risco sacado	Nível 2	49	15.908	49	15.908
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	1.716	23.821	1.782	23.523
Contas a pagar - partes relacionadas	Nível 2	276	1.153	-	-
Arrendamentos a pagar	Nível 2	4.168	4.915	4.186	4.966
Mensurados a valor justo por meio do resultado					
Combinação de negócios - contas a pagar	Nível 2	-	30	-	40
Combinação de negócios - opção de compra	Nível 3	-	107	-	107

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	226	227	255	304
Certificados de Depósito Bancário – CDBs (i)	795	1.169	874	1.169
Letras Financeiras (ii)	-	285	-	285
	1.021	**1.681**	**1.129**	**1.758**

(i) Os Certificados de Depósito Bancário são remunerados a uma taxa média de 101% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (100% do CDI em 31 de dezembro de 2023). Os CDBs classificados como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata sem risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

(ii) Letras Financeiras do Tesouro são remuneradas a aproximadamente 100% do CDI em 31 de dezembro de 2023. Letras Financeiras classificadas como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata sem risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

7. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs (i)	20	55	20	351
Letras Financeiras (ii)	-	1.516	-	1.821
Cotas FIDC e Fundos de renda fixa	1	37	1	73
	21	**1.608**	**21**	**2.245**

(i) Os Certificados de Depósitos Bancários, integralmente de instituições financeiras, são remunerados a uma taxa média de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (100% do CDI em 31 de dezembro de 2023), na controladora e consolidado. Não há intenção de alienação desses títulos para um prazo superior a 1 ano, motivo pela qual estão classificados no ativo circulante.

(ii) Em 31 de dezembro de 2023, os saldos apresentados referem-se, na controladora, a bloqueios realizados pelos bancos BTG e Votorantim, conforme Plano de Recuperação Judicial, aprovado pelos credores em 19 de dezembro de 2023, no consolidado, os saldos referem-se a Letras Financeiras do Tesouro, contratadas por subsidiarias, remuneradas a 116% do CDI.

8. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cartões de crédito (i)	1.586	1.731	1.594	1.972
Carteira digital	1	455	-	-
Fundo de Investimento – FIDC	-	-	-	68
Débitos eletrônicos e outros meios de pagamento	38	119	38	169
Demais contas a receber	59	92	186	214
	1.684	**2.397**	**1.818**	**2.423**
Provisão de perda de crédito estimada	(10)	(26)	(22)	(43)
	1.674	**2.371**	**1.796**	**2.380**

(i) As operações com cartões de crédito podem ser parceladas, geralmente, em até doze meses. O risco de crédito do Grupo é minimizado à medida que a carteira de recebíveis é monitorada pelas empresas administradoras de cartão de crédito.

O *aging list* do contas a receber de clientes, está composto conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	1.676	2.353	1.795	2.356
Vencidos:				
até a 60 dias	5	7	8	13
61 a 120 dias	-	5	-	5
121 a 180 dias	-	6	-	6
mais de 180 dias	3	26	15	43
	1.684	**2.397**	**1.818**	**2.423**

O valor da provisão de perda de crédito estimada é baseado na análise da Administração sobre perdas esperadas nos créditos a vencer e vencidos. A movimentação da provisão para perdas de crédito estimada está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial em 1° de janeiro	**(26)**	**(19)**	**(43)**	**(22)**
Adições	(1)	(26)	(4)	(46)
Reversões	17	19	19	25
Reclassificação para mantido para venda	-	-	6	-
Saldo final em 31 de dezembro	**(10)**	**(26)**	**(22)**	**(43)**

9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Mercadorias para revenda	2.214	2.577	2.253	2.636
Suprimentos e embalagens	38	60	38	60
Mercadoria de terceiros	12	26	12	26
Provisão para perdas na realização dos estoques (i)	(404)	(694)	(404)	(694)
	1.860	**1.969**	**1.899**	**2.028**

(i) As provisões para perdas nos estoques são compostas por: (a) provisão para realização dos estoques que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda; (b) provisão para obsolescência; e (c) provisão para perdas em inventários físicos de lojas e centros de distribuição.

A movimentação das provisões para perdas no exercício está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial em 1° de janeiro	**(694)**	**(1.057)**	**(694)**	**(1.057)**
Adições	(299)	(391)	(299)	(391)
Reversões	589	754	589	754
Saldo final em 31 de dezembro	**(404)**	**(694)**	**(404)**	**(694)**

10. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	2.133	1.591	2.148	1.605
PIS e COFINS	1.928	2.259	2.018	2.441
Outros	14	98	15	151
	4.075	**3.948**	**4.181**	**4.197**
Parcela do circulante	1.019	900	1.125	1.149
Parcela do não circulante	3.056	3.048	3.056	3.048

O montante de impostos a recuperar, registrados nos ativos circulantes e não circulantes, apresenta a seguinte expectativa de realização:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A realizar:				
2024	-	900	-	1.149
2025	1.019	999	1.125	999
2026	945	471	945	471
2027 em diante	2.111	1.578	2.111	1.578
	4.075	**3.948**	**4.181**	**4.197**

A Administração avalia continuamente a capacidade de utilização desses tributos, e não espera nenhuma perda por recuperabilidade.

11. Imposto de renda e contribuição social

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

(a) Imposto de renda e contribuição social – correntes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo				
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	374	627	399	646
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	19	16	23	29
	393	**643**	**422**	**675**
Parcela do circulante	95	435	124	467
Parcela do não circulante	298	208	298	208
Passivo				
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	-	-	11	11
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	-	-	4	5
	-	-	**15**	**16**

(b) Conciliação entre alíquotas nominais e efetivas

A conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social à alíquota nominal e os montantes efetivos em resultados é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e contribuição social (a)	12.930	(7.058)	12.969	(7.006)
Alíquota nominal dos tributos	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL pela alíquota nominal	**(4.396)**	**2.400**	**(4.409)**	**2.382**
Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL				
Equivalência patrimonial	(374)	253	1	(1)
Prejuízo fiscal e base negativa	28	2.220	(380)	2.220
Despesas indedutíveis	64	(58)	71	(58)
Outras	-	-	-	220
Despesa com Imposto de renda e contribuição social (b)	**(4.678)**	**4.815**	**(4.717)**	**4.763**
Corrente	-	-	(38)	(31)
Diferido	(4.678)	4.815	(4.679)	4.794
Alíquota efetiva (b/a)	**36%**	**68%**	**36%**	**68%**

(c) Composição e movimentação dos tributos diferidos

	Controladora						
		Aumento / (Redução)					
	01/01/2023	No patrimônio	No resultado	31/12/2023	No patrimônio	No resultado	31/12/2024
Prejuízos fiscais e bases negativas	**2.440**	**(6)**	**7.228**	**9.662**	**-**	**(4.536)**	**5.126**
Reversão de créditos fiscais constituídos	**(2.440)**	**-**	**(2.413)**	**(4.853)**	**-**	**(142)**	**(4.995)**
Diferenças temporárias:							
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	197	-	317	514	-	(51)	463
Provisão para perda de estoques e contas a receber	444	-	269	713	-	(465)	248
Ajustes a valor presente	29	-	(26)	3	-	(3)	-
Arrendamentos CPC 06 (R2) /IFRS16	81	-	128	209	-	9	218
Capitalização de juros	38	-	(38)	-	-	-	-
Crédito fiscal de controladas no exterior	64	-	-	64	-	11	75
Outras adições	236	-	281	517	-	(53)	464
Reversão de créditos fiscais de diferenças temporárias	(639)	-	(906)	(1.545)	-	738	(807)
Total ativo fiscal diferido	**450**	**(6)**	**4.840**	**5.284**	**-**	**(4.492)**	**792**
Ajustes a valor presente	-	-	-	-	-	(268)	(268)
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	(292)	-	61	(231)	-	49	(182)
Variação cambial de empréstimos	(88)	-	(18)	(106)	-	106	-
Outras exclusões	(70)	-	(68)	(138)	-	(73)	(211)
Total (passivo) fiscal diferido	**(450)**	**-**	**(25)**	**(475)**	**-**	**(186)**	**(661)**
Saldo líquido do ativo fiscal diferido	**-**	**(6)**	**4.815**	**4.809**	**-**	**(4.678)**	**131**

	Consolidado						
		Aumento / (Redução)					
	01/01/2023	No patrimônio	No resultado	31/12/2023	No patrimônio	No resultado	31/12/2024
Prejuízos fiscais e bases negativas	**2.564**	**12**	**7.774**	**10.350**	**-**	**(5.077)**	**5.273**
Reversão de créditos fiscais constituídos	**(2.564)**	**-**	**(2.966)**	**(5.530)**	**-**	**395**	**(5.135)**
Diferenças temporárias:							
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	214	-	313	527	-	(50)	477
Provisão para perda de estoques e contas a receber	447	-	475	922	-	(666)	256
Ajustes a valor presente	29	-	(26)	3	-	(3)	-
Arrendamentos CPC 06 (R2) /IFRS16	82	-	127	209	-	9	218
Capitalização de juros	38	-	(38)	-	-	-	-
Hedge de Fluxo de Caixa	-	-	-	-	-	-	-
Crédito fiscal de controladas no exterior	64	-	-	64	-	11	75
Outras adições	273	-	246	519	-	(52)	467
Reversão de créditos fiscais de diferenças temporárias	(632)	-	(1.128)	(1.760)	-	895	(865)
Total ativo fiscal diferido	**515**	**12**	**4.777**	**5.304**	**-**	**(4.538)**	**766**
Créditos extemporâneos	-	-	(10)	(10)	-	10	-
Ajuste a valor justo de ativos	(69)	(37)	54	(52)	-	(239)	(291)
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	(292)	-	63	(229)	-	47	(182)
Variação cambial de empréstimos	(85)	-	(20)	(105)	-	105	-
Outras exclusões	(69)	-	(70)	(139)	-	(72)	(211)
Total (passivo) fiscal diferido	**(515)**	**(37)**	**17**	**(535)**	**-**	**(149)**	**(684)**
Saldo líquido do ativo fiscal diferido	**-**	**(25)**	**4.794**	**4.769**	**-**	**(4.687)**	**82**

(d) Previsão de realização dos tributos diferidos ativos em 31 de dezembro de 2024

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência das negociações em andamento com órgãos fiscalizadores, considerando o estabelecido nos requisitos e condições das leis vigentes, que visa resolver litígios relacionados à cobrança de débitos de natureza tributária, os quais poderão ser utilizados como forma de pagamento de parte da dívida a ser negociada durante o ano de 2025.

Ano	Controladora	Consolidado
2025	131	82
	131	**82**

12. Transações com partes relacionadas

	Controladora										
	31/12/2024										
	Ativo circulante	Ativo não circulante			Passivo circulante	Passivo não circulante			Resultado		
Operações com controladas diretas e indiretas: (i)	Contas a receber	Contas a receber (QGC)	AVP	Total	Contas a pagar	Contas a pagar (QGC)	AVP	Total	Receita	Custo/ Despesa	Resultado (AVP)
Serviços de tecnologia, fintech e intermediação											
Ame Digital (ii)	8	-	-	-	76	752	(746)	6	7	(2)	746
BIT Services (iii)	23	-	-	-	4	-	-	-	-	(109)	-
Supernow	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-
Serviços de Transporte											
Click Rodo (iv)	220	-	-	-	44	91	(91)	-	-	(304)	91
Transação Mercantil											
ST Importações (v)	-	84	(84)	-	76	80	(80)	-	-	(474)	(4)
Outras transações											
Demais Contas a receber	16	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-
Debêntures											
B2W LUX	-	3.389	(3.363)	26	-	3.220	(3.195)	25	-	-	(168)
JSM Global	-	3.601	(3.574)	27	-	3.458	(3.433)	25	-	-	(141)
Debêntures – DIP (vi)	-	-	-	-	-	178	(177)	1	-	-	177
TOTAL	**267**	**7.074**	**(7.021)**	**53**	**219**	**7.779**	**(7.722)**	**57**	**7**	**(889)**	**701**

	Controladora				
	31/12/2023				
	Ativo circulante	Passivo circulante			Resultado
Operações com controladas diretas e indiretas: (i)	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a pagar (QGC)	Total	Custo/Despesa
Serviços de tecnologia, fintech e intermediação					
Ame Digital (ii)	-	138	752	890	(89)
BIT Services (iii)	24	4	-	4	(195)
Supernow	-	10	-	10	-
Serviços de Transporte					
Click Rodo (iv)	211	70	91	161	(233)
Transação Mercantil					
ST Importações (v)	-	-	80	80	(155)
Outras transações					
Americanas Local S.A.	36	5	-	5	-
Demais Contas a receber	6	3	-	3	-
TOTAL	**277**	**230**	**923**	**1.153**	**(672)**

(i) O Grupo Americanas atua predominantemente no segmento de varejo, podendo realizar transações com partes relacionadas, controladas direta ou indiretas, com empresas dos seus acionistas e com membros-chave da Administração. Essas transações abrangem, principalmente, a aquisição de mercadorias importadas e para revenda, bem como o aluguel de imóveis destinados às plataformas de varejo físico e digital. Tais transações são conduzidas em conformidade com as diretrizes internas do Grupo, em condições normais de mercado, sem distinção em relação às negociações com outros fornecedores.
(ii) Os valores de contas a receber/(pagar) com a Ame Digital, referem-se às comissões pelas vendas efetuadas via plataforma de *Marketplace* da Controladora e reembolso de despesas compartilhadas.
(iii) Transações de reembolso de despesas da BIT com a controlada.
(iv) As transações com a Click referem-se a despesas com frete, repasse de recebíveis e reembolso de despesas compartilhadas.
(v) Os saldos referem-se a compra de mercadorias pela controladora com a controlada ST Importações Ltda.
(vi) O saldo refere-se as diferenças entre a taxa de juros original dos financiamentos (DIP) recebidos dos Acionistas de Referência (ARs) e a inflação acumulada IPCA, desde a data dos respectivos financiamentos até o final do período de correção do aumento de capital. Essas diferenças são tratadas como créditos entre partes relacionadas e serão quitados em apenas uma parcela em 2059, conforme estipulado pelo plano de recuperação judicial.

13. Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

	Saldos em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Aporte de capital	Ajuste de conversão	Outros resultados abrangentes	Transferência para provisão de perdas	Transferido para mantidos para venda	Incorporação	*Impairment*	Outros	Saldos em 31/12/2024
Ame Holding (iii)	1.291	1	-	-	-	-	(581)	-	-	(711)	-
JSM Global	280	(587)	-	-	306	1	-	-	-	-	-
B2W Lux	189	(459)	-	-	268	2	-	-	-	-	-
Uni.co S.A.	198	33	-	1	-	-	-	-	(51)	-	181
ST Importações (i)	108	33	-	-	-	-	-	35	-	-	176
Submarino Finance	91	5	-	-	-	-	-	-	-	-	96
Louise Holdings	72	(16)	-	20	-	-	-	-	-	-	76
QSM Distribuidora e Logística (i)	38	(3)	-	-	-	-	-	(35)	-	-	-
Americanas Local S.A.	29	(10)	-	-	-	-	-	-	-	2	21
BWU Comércio e Entretenimento	22	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	21
Digital Finance (ii)	14	-	-	-	-	-	-	4	-	-	18
Extrafruti	9	2	-	-	-	-	-	-	-	(2)	9
B2W Rental	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Freijó Administração e Participações (ii)	4	-	-	-	-	-	-	(4)	-	-	-
Americanas Lux	-	(1)	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Outros	22	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	21
Total de investimentos	**2.371**	**(1.004)**	**-**	**21**	**574**	**4**	**(581)**	**-**	**(51)**	**(711)**	**623**
Mesa- express	(169)	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	(172)
Click - Rodo Entregas Ltda	(140)	(83)	-	-	-	-	-	-	-	-	(223)
SuperNow	(62)	6	-	-	-	-	-	-	-	-	(56)
Klanil Services	(37)	(10)	-	(10)	-	-	-	-	-	-	(57)
Bit Services	(24)	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	(29)
Skoob	(3)	(2)	5	-	-	-	-	-	-	-	-
Americanas Lux	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-	(1)
B2W Lux	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	(2)
JSM Global	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-	(1)
Total de provisão para perdas em investimentos	**(435)**	**(97)**	**5**	**(10)**	**-**	**(4)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(541)**

(i) Conforme 25ª Alteração do Contrato Social da ST Importações Ltda. – Em Recuperação Judicial ("ST Importações"), realizada em 02 de dezembro de 2024, os cotistas aprovaram a incorporação do acervo líquido, no montante de R$ 35, vertido da QSM Distribuidora e Logística Ltda. A incorporação está suportada por laudo de avaliação elaborado por empresa avaliadora independente, na data base de 30 de setembro de 2024 e, Protocolo e Justificação de Incorporação. A Incorporação resultou em aumento de capital de R$ 35 na ST Importações além de gerar sinergia entre as partes e, também, permitir a redução do número de entidades empresariais que compreendem o Grupo econômico. A ST Importações sucederá a incorporada em todos os seus direitos e obrigações.

(ii) Conforme 5ª Alteração do Contrato Social da Digital Finance Promotora Ltda. ("Digital Finance"), realizada em 02 de dezembro de 2024, os cotistas aprovaram a incorporação do acervo líquido total, no montante de R$ 4, vertidos da Freijó Administração e Participações Ltda. e da IF Ventures Ltda. As incorporações estão suportadas por laudos de avaliação elaborados por empresa avaliadora independente, na data base de 30 de setembro de 2024 e, Protocolos e Justificação de Incorporação. As Incorporações resultaram em aumento de capital de R$ 4 na Digital Finance além de gerar sinergia entre as partes e, também, permitir a redução do número de entidades empresariais que compreendem o Grupo econômico. A Digital Finance sucederá as incorporadas em todos os seus direitos e obrigações.

(iii) O valor apresentado em "Outros" refere-se à reclassificação dos impactos da RJ entre a AME e a Americanas S.A.

	Saldos em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Aporte de capital	Ajuste de conversão	Transferência para provisão de perdas	Acervo líquido adquirido/cindido	Outros	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldos em 31/12/2023
Ame Holding	837	(18)	513	-	-	-	(41)	-	1.291
JSM Global	-	-	-	-	280	-	-	-	280
B2W Lux	-	-	-	-	189	-	-	-	189
Uni.co S.A.	159	39	-	-	-	-	-	-	198
ST Importações	102	6	-	-	-	-	-	-	108
Submarino Finance	85	6	-	-	-	-	-	-	91
Louise Holdings	78	-	-	(6)	-	-	-	-	72
QSM Distribuidora e Logística	-	-	-	-	38	-	-	-	38
Americanas Local S.A.	583	(170)	-	-	-	(384)	-	-	29
BWU Comércio e Entretenimento	45	(23)	-	-	-	-	-	-	22
Digital Finance	12	2	-	-	-	-	-	-	14
Extrafruti	9	2	-	-	-	-	(2)	-	9
B2W Rental	4	-	-	-	-	-	-	-	4
Freijó Administração e Participações	3	1	-	-	-	-	-	-	4
Skoob	1	(4)	-	-	3	-	-	-	-
Bit Services	3	(27)	-	-	24	-	-	-	-
Outros	22	-	-	-	-	-	-	-	22
Total de investimentos	**1.943**	**(186)**	**513**	**(6)**	**534**	**(384)**	**(43)**	**-**	**2.371**
Mesa – Express	(171)	2				-	-		(169)
Click – Rodo Entregas Ltda	(40)	(96)	-	-	-	-	(4)	-	(140)
Super Now	(1)	(60)	1	-	-	-	(2)	-	(62)
Klanil Services	(40)	-	-	3	-	-	-	-	(37)
Bit Services	-	-	-	-	(24)	-	-	-	(24)
Skoob	-	-		-	(3)	-	-	-	(3)
B2W Lux	(272)	457	-	-	(189)	-	-	4	-
JSM Global	(307)	585	-	-	(280)	-	-	2	-
QSM Distribuidora e Logística	(3)	41	-	-	(38)	-	-	-	-
Total de provisão para perdas em investimentos	**(834)**	**929**	**1**	**3**	**(534)**	**-**	**(6)**	**6**	**(435)**

(b) Controladas

Abaixo apresentamos as informações sobre as principais empresas em operação do Grupo em 31 de dezembro de 2024:

(i) Ame Digital (controlada indireta)

A Ame Digital Brasil Instituição de Pagamento Ltda. "Ame Digital", constituída em 31 de julho de 2019, obteve em 2022 autorização do BACEN para operar como instituição de pagamento, emitindo moeda eletrônica pré-paga. Expandiu suas operações como Credenciadora, gerando receita através de taxas pagas por estabelecimentos comerciais. Também, ofereceu cartões pré-pagos e de crédito em parceria com emissores locais. Adicionalmente, atuou como *hub* de empréstimos, principalmente em parceria com instituições financeiras e plataformas de crédito, gerando receita através de comissionamento.

Em agosto de 2024, o Grupo iniciou o processo de venda da Ame Digital Brasil Instituição de Pagamento Ltda, conforme detalhado na nota 30.

(ii) B2W Digital Lux S.À.R.L. – Em Recuperação Judicial (controlada direta)

Controlada com sede em Luxemburgo, tem como objeto social viabilizar a estruturação de eventuais operações financeiras no mercado internacional, conforme venham a ser estudadas e aprovadas pela Companhia. Os títulos emitidos, pela controlada, de dívida no exterior (*Bonds*) foram liquidados, no exercício de 2024, nos termos estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial.

(iii) JSM Global S.À.R.L. – Em Recuperação Judicial (controlada direta)

Controlada com sede em Luxemburgo, tem como objeto social viabilizar a estruturação de eventuais operações financeiras no mercado internacional, conforme venham a ser estudadas e aprovadas pela Companhia. Os títulos emitidos, pela controlada, de dívida no exterior (*Bonds*) foram liquidados, no exercício de 2024, nos termos estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial.

(iv) Uni.co S.A. (controlada direta)

O Grupo Uni.co S.A., do qual 70% do capital social foi adquirido em julho de 2021, atua em varejo especializado de franquias no Brasil e dono das marcas Puket, Imaginarium, MinD e LoveBrands. Em 20 de março de 2024, a Companhia concluiu a aquisição dos 30% restantes do capital social da Uni.Co S.A., por meio do pagamento de R$ 107 para a Squadra I Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia, pelo exercício pela Companhia da opção de compra existente no contrato de compra e venda assinado em 2021.

(v) Americanas Local S.A. – anteriormente denominada Vem Conveniência (controlada direta)

A Americanas Local, anteriormente denominada como Vem Conveniência, foi formada em 31 de janeiro de 2022 para a exploração do negócio de lojas de pequeno varejo através das redes de lojas Local. No contexto da Recuperação Judicial, a Americanas e a Vibra Energia S.A. encerraram sua parceria em 30 de novembro de 2023, conforme estipulado no Termo de Encerramento de Parceria assinado em 23 de agosto de 2023. Como resultado do encerramento, a Vibra realizou o pagamento à Americanas no valor de R$192, e a Companhia alterou a sua razão social de Vem Conveniência S.A., para Americanas Local S.A.

(c) Informações sobre investimentos

	31 de dezembro de 2024					
	% Participação	Ativo total	Passivo total	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (Prejuízo)
Controladas diretas						
Americanas Local S.A	100	22	2	203	21	(10)
Submarino Finance	100	95	(1)	12	96	5
ST Importações	100	234	58	39	176	33
BIT Services	100	21	50	210	(29)	(5)
Digital Finance	100	19	1	4	18	-
B2W Rental	99,96	4	-	39	4	-
Mesa - Express	99,99	2	174	140	(172)	(3)
Supernow	100	15	71	38	(56)	6
B2W Digital Lux	100	24	26	-	(2)	(459)
Ame Pay Cayman	100	50	-	97	50	-
BWU Comércio e Entretenimento	100	23	2	30	21	(1)
JSMS	100	-	-	-	-	(2)
JSM Global	100	26	27	-	(1)	(587)
Louise Holdings	100	76	-	684	76	(16)
Klanil Services	100	9	66	90	(57)	(10)
Uni.co S.A	100	362	233	118	130	33
Skoob	100	-	-	-	-	(2)
Ame Holding	100	519	17	1.890	502	33
Americanas Lux	100	-	1	-	(1)	(1)
Click - Rodo Entregas Ltda.	100	73	296	57	(223)	(83)
Controladas indiretas						
Ame Digital	100	562	22	2.561	540	29
Ame Pay Delaware Holding LLC	100	50	-	97	50	5
Ecolivery Courieros	100	-	1	-	(1)	-
Courrieros Transportes	100	1	-	-	1	-
Eco Logística	100	-	-	-	-	-
BIT Capital	100	1	6	74	(5)	-
Cheyney Financial	100	-	67	51	(67)	(10)
Auchal Investments	100	-	-	1	-	-
Nexoos do Brasil Tecnologia e Serviços	100	3	7	36	(4)	(4)
Nexoos do Brasil Gestão de Ativo	100	-	3	-	(3)	-
ST Global Sourcing H	100	3	-	1	3	1
ST (Shenzhen)	100	-	-	1	-	-
Shipp do Brasil Tecnologia	100	1	34	21	(33)	(14)
Uni.co Comércio	100	155	99	172	56	21
Imaginarium Franchising	100	6	6	1	-	(1)
IMB Têxti	100	160	93	30	67	37
Mone gestão de franquias e participações	100	45	15	11	30	30
Parati	100	89	74	10	15	2
Uni.co Hong Kong	100	-	-	20	-	(5)
Coligada						
Extrafruti S.A. Comércio de Hortifrutigranjeiros	10	115	71	14	44	21

	31 de dezembro de 2023					
	% Participação	Ativo total	Passivo total	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (Prejuízo)
Controladas diretas						
Americanas Local S.A	100	96	67	203	29	(170)
Submarino Finance	100	95	4	12	91	6
ST Importações	100	245	137	4	108	6
QSM Distribuidora e Logística	100	38	-	5	38	41
BIT Services	100	40	64	210	(24)	(27)
Digital Finance	100	15	1	1	14	2
B2W Rental	99,96	4	-	39	4	-
Mesa - Express	99,99	5	174	140	(169)	2
Supernow	100	20	82	38	(62)	(60)
B2W Digital Lux	100	3.581	3.392	-	189	457
Ame Pay Cayman	100	50	-	97	50	5
BWU Comércio e Entretenimento	100	24	2	30	22	(23)
Freijó Administração e Participações	100	4	-	-	4	1
JSMS	100	2	-	-	2	-
JSM Global	100	3.863	3.583	-	280	586
Louise Holdings	100	72	-	535	72	-
Klanil Services	100	14	51	70	(37)	-
Uni.co S.A	70	371	276	118	95	39
Skoob	100	-	3	-	(3)	(4)
Ame Holding	100	1.942	701	1.890	1.241	(52)
Americanas Lux	100	-	-	-	-	-
Click - Rodo Entregas Ltda.	100	189	329	57	(140)	(96)
Controladas indiretas						
Ame Digital	100	1.939	700	2.561	1.239	(20)
Ame Pay Delaware Holding LLC	100	50	-	97	50	5
Ecolivery Courieros	100	-	1	-	(1)	-
Courrieros Transportes	100	1	-	-	1	-
Eco Logística	100	-	-	-	-	-
BIT Capital	100	3	13	74	(10)	(5)
Cheyney Financial	100	8	53	40	(45)	-
Auchal Investments	100	-	-	1	-	-
Nexoos do Brasil Tecnologia e Serviços	100	4	20	36	(16)	7
Nexoos do Brasil Gestão de Ativo	100	1	3	-	(2)	(1)
ST Global Sourcing H	100	3	1	1	2	(1)
ST (Shenzhen)	100	-	-	1	-	-
Shipp do Brasil Tecnologia	100	6	34	21	(28)	(31)
Uni.co Comércio	100	156	122	172	34	1
Imaginarium Franchising	100	12	11	1	1	-
IMB Têxti	100	149	89	30	60	27
Mone gestão de franquias e participações	100	40	18	11	22	24
Parati	100	65	53	9	12	1
Uni.co Hong Kong	100	4	7	14	(3)	(2)
Coligada						
Extrafruti S.A. Comércio de Hortifrutigranjeiros	10	119	101	14	18	20

14. Imobilizado

Custo histórico e depreciação acumulada:

		Controladora			
					31/12/2024
	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	*Impairment*	Total
Terrenos e edificações	4%	218	(72)	(6)	140
Instalações e móveis e utensílios	10%	956	(701)	(15)	240
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	2.152	(1.489)	(306)	357
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 7%	2.991	(1.723)	(45)	1.223
Obras em andamento	-	18	-	-	18
Veículos	10% a 20%	7	(6)	-	1
Outros	10%	31	6	-	37
Total		**6.373**	**(3.985)**	**(372)**	**2.016**

		Controladora			
					31/12/2023
	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	*Impairment*	Total
Terrenos e edificações	4%	218	(64)	(6)	148
Instalações e móveis e utensílios	7% a 10%	949	(651)	(28)	270
Máquinas e equipamentos de informática	4% a 20%	2.109	(1.412)	(310)	387
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	3.118	(1.603)	(47)	1.468
Obras em andamento	-	12	-	-	12
Veículos	10% a 20%	11	(10)	-	1
Outros	10%	57	(29)	-	28
Total		**6.474**	**(3.769)**	**(391)**	**2.314**

		Consolidado			
					31/12/2024
	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	*Impairment*	Total
Terrenos e edificações	4%	218	(72)	(6)	140
Instalações e móveis e utensílios	10%	973	(710)	(15)	248
Máquinas e equipamentos de informática	5% a 20%	2.211	(1.521)	(306)	384
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 7%	2.981	(1.717)	(45)	1.219
Obras em andamento	-	18	-	-	18
Veículos	10% a 20%	32	(31)	-	1
Outros	10%	60	(25)	-	35
Total		**6.493**	**(4.076)**	**(372)**	**2.045**

		Consolidado			
					31/12/2023
	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	*Impairment*	Total
Terrenos e edificações	4%	218	(64)	(6)	148
Instalações e móveis e utensílios	7% a 10%	969	(660)	(28)	281
Máquinas e equipamentos de informática	4% a 20%	2.205	(1.474)	(310)	421
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	3.142	(1.613)	(47)	1.482
Obras em andamento	-	12	-	-	12
Veículos	10% a 20%	12	(11)	-	1
Outros	10%	92	(56)	-	36
Total		**6.650**	**(3.878)**	**(391)**	**2.381**

A Companhia realiza anualmente teste de recuperabilidade dos ativos imobilizados, por unidade geradora de caixa, para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao valor recuperável. A menor unidade geradora de caixa determinada pelo Grupo para avaliar a recuperação dos ativos tangíveis correspondem ao varejo físico; ao varejo digital; varejo *premium* e *fresh foods*. Para a UGC do varejo digital identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, e evidências de que uma parcela de seus ativos imobilizados utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional em 31 de dezembro de 2024 registrando a provisão para perda (*impairment)*. Em contrapartida para UGC do varejo físico a Administração identificou fluxo de caixa futuro para reversão dos ativos imobilizados que continham provisão para redução ao valor recuperável em anos anteriores.

A Companhia possui bens dados em garantia em algumas ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações. O montante desses bens dados em garantia, na controladora e no consolidado, é de R$ 123 (R$ 3 em 31 de dezembro de 2023). Os ativos dados em garantia nessas ações judiciais não comprometem o desenvolvimento de suas atividades operacionais.

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

						Controladora
	Saldo em 01/01/2024	Aquisições	Baixas	Depreciação (i)	(Provisão) / Reversão de *impairment*	Saldo em 31/12/2024
Terrenos e edificações	148	-	-	(8)	-	140
Instalações e móveis e utensílios	270	7	-	(50)	13	240
Máquinas e equipamentos de informática	387	43	-	(77)	4	357
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.468	24	(152)	(119)	2	1.223
Obras em andamento	12	6	-	-	-	18
Veículos	1	-	-	-	-	1
Outros	28	-	(9)	18	-	37
Total	**2.314**	**80**	**(161)**	**(236)**	**19**	**2.016**

							Controladora
	Saldo em 01/01/2023	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	(Provisão) / Reversão de *impairment*	Saldo em 31/12/2023
	Reapresentado						
Terrenos e edificações	156	-	-	-	(8)	-	148
Instalações e móveis e utensílios	456	15	(3)	6	(226)	22	270
Máquinas e equipamentos de informática	606	144	(3)	9	(344)	(25)	387
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.688	42	(244)	48	(60)	(6)	1.468
Obras em andamento	11	66	(12)	(61)	-	8	12
Veículos	1	1	-	(1)	-	-	1
Outros	3	46	(1)	(1)	(19)	-	28
Total	**2.921**	**314**	**(263)**	**-**	**(657)**	**(1)**	**2.314**

							Consolidado
	Saldo em 01/01/2024	Aquisições	Baixas	Depreciação (i)	Mantidos para venda	(Provisão) /Reversão de *impairment*	Saldo em 31/12/2024
Terrenos e edificações	148	-	-	(8)	-	-	140
Instalações e móveis e utensílios	281	7	-	(53)	-	13	248
Máquinas e equipamentos de informática	421	44	-	(82)	(3)	4	384
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.482	24	(166)	(123)	-	2	1.219
Obras em andamento	12	6	-	-	-	-	18
Veículos	1	-	-	-	-	-	1
Outros	36	1	(14)	12	-	-	35
Total	**2.381**	**82**	**(180)**	**(254)**	**(3)**	**19**	**2.045**

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo de depreciação acumulada em benfeitorias em imóveis de terceiros inclui uma baixa de depreciação no montante de R$ 138. Este valor está relacionado à baixa do custo das lojas encerradas durante o ano de 2024.

								Consolidado
	Saldo em 01/01/2023	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	Acervos Incorporados	(Provisão) / Reversão de *impairment*	Saldo em 31/12/2023
	Reapresentado							
Terrenos e edificações	156	-	-	-	(8)	-	-	148
Instalações e móveis e utensílios	461	17	(3)	7	(226)	3	22	281
Máquinas e equipamentos de informática	651	152	(10)	8	(363)	8	(25)	421
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.689	45	(244)	48	(60)	10	(6)	1.482
Obras em andamento	11	66	(12)	(61)	-	-	8	12
Veículos	2	1	-	(1)	(1)	-	-	1
Outros	6	48	(4)	(1)	(20)	7	-	36
Total	**2.976**	**329**	**(273)**	**-**	**(678)**	**28**	**(1)**	**2.381**

No consolidado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as depreciações contabilizadas no custo das mercadorias vendidas e serviços prestados totalizam o montante de R$ 8 (R$ 8 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

15. Intangível

Custo histórico e amortização acumulada:

					Controladora
					31/12/2024
	Taxa anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	*Impairment*	Total
Ágio	Indefinida	2.146	(54)	(2.092)	-
Direito de uso de *software*	20%	6.505	(4.026)	(2.423)	56
Marcas e patentes	Indefinida	646	-	(171)	475
Outros	8% a 20%	72	(66)	(6)	-
Total		**9.369**	**(4.146)**	**(4.692)**	**531**

					Controladora
					31/12/2023
	Taxa anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	*Impairment*	Total
Ágio	Indefinida	2.146	(54)	(1.933)	159
Direito de uso de *software*	20%	6.471	(3.963)	(2.423)	85
Marcas e patentes	Indefinida	646	-	(1)	645
Outros	8% a 20%	72	(65)	(6)	1
Total		**9.335**	**(4.082)**	**(4.363)**	**890**

					Consolidado
					31/12/2024
	Taxa anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	*Impairment*	Total
Ágio	Indefinida	3.204	(63)	(3.090)	51
Direito de uso de *software*	20%	6.578	(4.082)	(2.440)	56
Marcas e patentes	Indefinida	857	(5)	(246)	606
Outros	8% a 20%	121	(85)	(6)	30
Total		**10.760**	**(4.235)**	**(5.782)**	**743**

					Consolidado
					31/12/2023
	Taxa anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	*Impairment*	Total
Ágio	Indefinida	3.234	(63)	(2.895)	276
Direito de uso de *software*	20%	6.627	(4.095)	(2.445)	87
Marcas e patentes	Indefinida	857	(5)	(76)	776
Outros	Diversas	126	(80)	(6)	40
Total		**10.844**	**(4.243)**	**(5.422)**	**1.179**

A seguir demonstramos a movimentação do intangível:

						Controladora
	Saldo em 01/01/2024	Aquisições	Baixas	Amortização	(Provisão) / Reversão de *impairment*	Saldo em 31/12/2024
Ágio	159	-	-	-	(159)	-
Direito de uso de *software*	85	34	-	(63)	-	56
Marcas e patentes	645	-	-	-	(170)	475
Outros	1	-	-	(1)	-	-
Total	**890**	**34**	**-**	**(64)**	**(329)**	**531**

	Controladora					
	Saldo em 01/01/2023	Aquisições	Baixas	Amortização	(Provisão) / Reversão de *impairment*	Saldo em 31/12/2023
Ágio	159	-	-	-	-	159
Direito de uso de *software*	278	10	(781)	(52)	630	85
Marcas e patentes	645	-	-	-	-	645
Outros	132	-	(129)	(2)	-	1
Total	**1.214**	**10**	**(910)**	**(54)**	**630**	**890**

	Consolidado						
	Saldo em 01/01/2024	Aquisições	Baixas	Amortização	(Provisão)/ Reversão de *impairment*	Ativo mantido para Venda	Saldo em 31/12/2024
Ágio	276	-	-	-	(210)	(15)	51
Direito de uso de *software*	87	36	(5)	(67)	5	-	56
Marcas e patentes	776	-	-	-	(170)	-	606
Outros	40	-	(5)	(5)	-	-	30
Total	**1.179**	**36**	**(10)**	**(72)**	**(375)**	**(15)**	**743**

	Consolidado						
	Saldo em 01/01/2023	Aquisições	Baixas	Amortização	Acervos Incorporados	(Provisão)/ Reversão de *impairment*	Saldo em 31/12/2023
Ágio	262	29	-	-	-	(15)	276
Direito de uso de *software*	343	21	(796)	(90)	-	609	87
Marcas e patentes	777	4	-	(5)	75	(75)	776
Outros	145	31	(128)	(8)	-	-	40
Total	**1.527**	**85**	**(924)**	**(103)**	**75**	**519**	**1.179**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia iniciou o processo de venda da Ame Digital e firmou o contrato de venda da Parati conforme apresentado no contexto operacional (nota 1).

O montante líquido do ativo mantido para venda de R$ 15 apresentado no quadro acima está composto como segue:

	Ágio	*Software*	Total
Custo do mantido para venda	(30)	(80)	(110)
Amortização do mantido para venda	-	80	80
Impairment do mantido para venda	15	-	15
	(15)	**-**	**(15)**

(a) Ágios em aquisições de investimentos

A Companhia avalia a recuperabilidade do ágio anualmente para verificar se há necessidade de provisão para perda do valor recuperável dos ativos intangíveis. Estes ágios são apurados em aquisições de investimentos, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura. Para 2024, tal estudo foi realizado com base em projeções de resultados futuros para um período de 10 anos, utilizando uma taxa de desconto pre-tax de 12,92% para a UGC da HNT de *fresh foods* e de 14,67% para a UGC da Uni.Co de varejo *premium* para descontar os fluxos de caixa futuros estimados. A avaliação foi concluída refletindo a necessidade de provisão adicional de *impairment* para as UGCs mencionadas.

A composição do ágio por unidade geradora de caixa é a seguinte:

		Consolidado			
		31/12/2024			
UGC	Empresa adquirida	Custo	Amortização acumulada	*Impairment*	Líquido
Varejo *Premium*	Uni.co S.A.	258	-	(207)	51
Fresh foods	Hortigil Hortifruti S.A.	1.614	-	(1.614)	-
		1.872	**-**	**(1.821)**	**51**

					Consolidado
					31/12/2023
UGC	**Empresa adquirida**	**Custo**	**Amortização acumulada**	***Impairment***	**Líquido**
Fintech	Parati	29		(15)	14
Varejo *Premium*	Uni.co S.A.	258	-	(155)	103
Fresh foods	Hortigil Hortifruti S.A.	1.614	-	(1.455)	159
		1.901	**-**	**(1.625)**	**276**

16. Ativos e Passivos de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possui 1.770 contratos de locação (1.939 contratos de locação em 31 de dezembro de 2023) para as suas unidades comerciais, de logística e administrativas. Esses contratos de locação, em sua maioria, preveem pagamentos de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou valor mínimo. A obrigação mensal do Grupo é o de pagar o maior valor entre ambos, na periodicidade estipulada em cada contrato de arrendamento (usualmente mensal). Foram enquadrados como passivo de arrendamento, conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 as parcelas dos contratos definidas como aluguel mínimo.

As parcelas definidas como aluguéis variáveis continuam sendo reconhecidas, por competência, como despesa de vendas, juntamente com os demais contratos de aluguel de curto prazo. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação.

Abaixo apresentamos os ativos ao direito de uso dos imóveis e as correspondentes obrigações:

(a) Direito de uso de imóveis

			Controladora	
			31/12/2024	31/12/2023
	Custo	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Direito de uso de imóveis	6.660	(3.367)	3.293	4.037
	6.660	**(3.367)**	**3.293**	**4.037**

			Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023
	Custo	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Direito de uso de imóveis	6.708	(3.399)	3.309	4.085
	6.708	**(3.399)**	**3.309**	**4.085**

Movimentação do direito de uso de imóveis no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Saldo inicial em 1° de janeiro	**4.037**	**5.301**	**4.085**	**5.359**
Adições	98	128	102	128
Baixas	(166)	(315)	(200)	(330)
Remensurações	(132)	(497)	(132)	(510)
Depreciação	(544)	(580)	(546)	(593)
Acervo cindido – 31/12/2023	-	-	-	31
Saldo final em 31 de dezembro	**3.293**	**4.037**	**3.309**	**4.085**

(b) Arrendamentos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Arrendamentos a pagar	7.397	8.980	7.417	9.039
Juros a apropriar	(3.229)	(4.065)	(3.231)	(4.073)
	4.168	**4.915**	**4.186**	**4.966**
Parcela do circulante	446	445	451	452
Parcela do não circulante	3.722	4.470	3.735	4.514

Movimentação do passivo de arrendamento no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial em 1° de janeiro	**4.915**	6.068	**4.966**	6.128
Adições	98	128	102	141
Baixas	(203)	(352)	(237)	(374)
Pagamentos	(982)	(1.062)	(988)	(1.078)
Remensurações	(214)	(497)	(212)	(518)
Juros apropriados	554	630	555	634
Acervo cindido – AGE 31/12/2023	-	-	-	33
Saldo final em 31 de dezembro	**4.168**	**4.915**	**4.186**	**4.966**

A seguir é apresentado o montante do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Controladora			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor nominal	Saldo ajustado a valor presente	Valor nominal	Saldo ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	7.397	4.168	8.980	4.915
PIS/COFINS potencial (9,25%)	684	386	831	455

	Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor nominal	Saldo ajustado a valor presente	Valor nominal	Saldo ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	7.417	4.186	9.039	4.966
PIS/COFINS potencial (9,25%)	686	387	836	459

(c) Informações adicionais

Para cálculo dos valores do ativo de direito de uso de imóveis e do passivo de arredamento, o Grupo utilizou a taxa de juros incremental nominal para descontar a valor presente o fluxo real de pagamentos.

Conforme requerido pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019, o Grupo efetuou o recálculo, utilizando as mesmas bases, descontando o fluxo real de pagamentos a valor presente utilizando a taxa de juros incremental real.

Apresentamos abaixo os efeitos apurados considerando-se as metodologias de cálculo praticadas pelo Grupo e a exigida pelo Ofício-Circular:

	Controladora		Consolidado	
Passivo de arrendamento	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Taxa nominal	4.168	4.915	4.186	4.966
Taxa real	4.883	4.769	4.901	4.777
	715	**(146)**	**715**	**(189)**
Ativo de direito de uso				
Taxa nominal	3.293	4.037	3.309	4.085
Taxa real	4.121	3.890	4.137	3.898
	828	**(147)**	**828**	**(187)**
Despesa financeira				
Taxa nominal	(554)	(630)	(555)	(634)
Taxa real	(403)	(606)	(405)	(607)
	151	**24**	**150**	**27**
Despesa de depreciação				
Taxa nominal	(544)	(580)	(546)	(593)
Taxa real	(636)	(558)	(640)	(570)
	(92)	**22**	**(94)**	**23**

(d) Comparação entre a taxa real e a taxa nominal

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Taxa nominal (i)	16,23%	12,80%
Taxa real (i)	11,37%	6,18%
Diferença	**4,85%**	**6,62%**

(i) Média das taxas de desconto utilizadas em cada exercício.

(e) Informações sobre aluguéis variáveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as despesas variáreis de aluguéis, condomínios e outras relacionadas aos contratos totalizaram R$ 173 no consolidado (R$ 219 em 31 de dezembro de 2023). Os compromissos futuros variáveis, tomando-se por base os contratos existentes em 31 de dezembro de 2023, com reajuste na proporção de 4,96% (IPCA projetado para de 2025) oriundos destes contratos de locação, sem efeito das renegociações de contratos são assim distribuídos:

	2025	2026	2027	2028	2029 em diante
Consolidado	181	189	196	203	211
IPCA	4,96%	4,01%	3,83%	3,83%	3,83%

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de mercadorias, suprimentos e outros (iii)	2.062	845	2.136	859
Acordos comerciais (i)	(101)	(543)	(101)	(543)
Fornecedores da recuperação judicial (ii)	690	5.454	698	5.550
Ajuste a valor presente – recuperação judicial (ii)	(200)	-	(202)	-
	2.451	**5.756**	**2.531**	**5.866**
Parcela do circulante	2.113	5.756	2.190	5.866
Parcela do não circulante	338	-	341	-

(i) Nas operações financeiras, quando previstas em acordo comercial, as liquidações se realizam por ocasião do pagamento das faturas, aos fornecedores, pelo montante líquido;
(ii) Abaixo apresentamos os débitos e prazo de pagamento por categoria dos fornecedores classificados conforme definido no Plano de Recuperação Judicial;
(iii) Incluem, além de fornecedores de bens e serviços, valores a pagar referentes a aluguéis variáveis. Esses aluguéis são mensurados com base na receita de cada loja e possuem periodicidade de pagamento variável, podendo ser mensal, trimestral, semestral ou anual, conforme os termos de cada contrato.

	Consolidado
Categoria dos fornecedores	**31/12/2024**
Opção de restruturação I	10
Credores fornecedores colaboradores	509
Créditos fornecedores de tecnologia	91
Opção *default*	88
	698
Ajuste a valor presente	(202)
	496
Parcela do circulante	155
Parcela do não circulante	341

A Administração apurou que o valor contábil das contas a pagar não difere do seu valor justo.

18. Risco sacado

Em decorrência da continuidade do Plano de Recuperação Judicial, em julho de 2024, a Companhia liquidou convênios com instituições financeiras no valor de R$ 15.908. Esses convênios permitiam aos fornecedores de produtos, bens de capital e serviços, antecipar o recebimento de títulos relacionados a operações mercantis entre as partes.

Em 18 de novembro de 2024, para facilitar o acesso ao crédito junto aos fornecedores, e a liquidação antecipada, a Companhia firmou um acordo de financiamento de fornecedores, permitindo que eles recebam pagamentos dos bancos de valores faturados até 90 dias antes do vencimento das faturas, com um desconto de até 4,7%.

Estes acordos não possuem cláusulas restritivas (*covenants*), financeiros ou não financeiros.

(a) Termos e condições do acordo de financiamento de fornecedores

Prazo: Indeterminado (até a quitação das obrigações).
Limite: R$ 50.
Percentual de contas a pagar relacionadas a este acordo em 31 de dezembro de 2024: 2%.
Penalidades: Multa de 2% sobre o saldo devedor e juros de mora de 1,5% ao mês em caso de inadimplemento.

Além dos termos e condições definidas acima, o contrato prevê a existência de determinadas garantias (recebíveis de cartão de crédito) e, adicionalmente, a Companhia declara a inexistência de ônus sobre os créditos e que não poderá pagar os créditos por outros meios que não a liquidação formalizada pela instituição financeira. O contrato pode ser rescindido em caso de inadimplemento, alteração no controle acionário ou outras condições previstas no acordo.

(b) Valor contábil dos passivos financeiros que fazem parte dos acordos de financiamento de fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Operação de risco sacado	49	-	49	-
Operação de risco sacado PRJ	-	15.908	-	15.908
	49	**15.908**	**49**	**15.908**

Intervalo do prazo médio de pagamento das operações de acordos de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis

	Vencimento em dias	
	Controladora	Consolidado
Banco Sofisa	60-103	60-103
Contas a pagar que não fazem parte dos acordos de financiamento de fornecedores	30-151	30-151

A Companhia não está exposta a risco significativo de liquidez, uma vez que os acordos de financiamento com fornecedores envolvem um número restrito de passivos e não existem alterações nos prazos e valores originais de pagamentos, não impactando a gestão de capital de giro da Companhia.

19. Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Em moeda nacional	-	8.579	66	8.748
Em moeda estrangeira	-	237	-	7.141
Total	**-**	**8.816**	**66**	**15.889**
Parcela do circulante	-	8.816	49	15.889
Parcela do não circulante	-	-	17	-

(b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial em 1° de janeiro	**8.816**	**9.366**	**15.889**	**17.386**
Captação	-	-	-	300
Amortização de principal	-	(1.614)	(28)	(2.605)
Pagamento de juros	-	(118)	(8)	(130)
Mensuração do valor justo	-	-	-	(317)
Encargos financeiros	546	1.144	618	1.481
Variação cambial	44	-	1.148	(275)
Custo com captações	18	38	90	49
Reestruturação da dívida (i)	(9.424)	-	(17.643)	-
Saldo final em 31 de dezembro (ii)	**-**	**8.816**	**66**	**15.889**

(i) Dando continuidade à execução do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia liquidou suas dívidas financeiras no 3º trimestre de 2024. O detalhe das movimentações dos credores financeiros está apresentado na nota 1.1.
(ii) O saldo restante no consolidado refere-se ao empréstimo da Uni.co, que não fez parte do Plano de Recuperação Judicial.

(c) Garantias de contratos de empréstimos

	Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**
Cartas de fiança	-	1.217
	-	**1.217**

20. Debêntures

(a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
14ª Emissão – Lame A4	-	593	-	593
15ª Emissão – Lame A5	-	589	-	589
16ª Emissão – Lame A6	-	4.254	-	392
5ª Emissão pública	-	4.126	-	545
17ª Emissão – Lame A7	-	2.501	-	2.501
18ª Emissão – Lame A8	-	1.170	-	1.170
19ª Emissão – DIP (1ª tranche)	-	1.150	-	1.150
19ª Emissão – DIP (2ª tranche)	-	517	-	517
22ª Emissão – Amer (i)	1.716	-	1.716	-
2ª Emissão – Hortifruti	-	225	-	225
Custo com captações (IOF e outras)		(120)	-	(48)
Total	**1.716**	**15.005**	**1.716**	**7.634**
Parcela do circulante	-	15.005	-	7.634
Parcela do não circulante	1.716	-	1.716	-

(i) Em setembro de 2024, a Companhia realizou a 22ª emissão de debêntures simples, pública, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimentos entre 2028 e 2029. O valor total da emissão foi de R$ 1.638, realizadas em três séries, sendo a primeira e segunda séries com juros de 128% do CDI e a terceira série com variação cambial, acrescida de 8,35% de juros ao ano. A escritura da 22ª emissão de debêntures possui cláusulas restritivas usuais para este tipo de emissão, que podem acarretar o vencimento antecipado da dívida, conforme detalhado na escritura pública destas debêntures; entretanto, não existem cláusulas de atingimento ou manutenção de índices financeiros nestas debêntures.

(b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Saldo inicial em 1° de janeiro	**15.005**	**11.658**	**7.634**	**5.363**
Captação	3.502	1.503	3.502	1.503
Amortização de principal	(24)	(209)	(24)	(209)
Pagamento de juros	(2)	(16)	(2)	(16)
Mensuração do valor justo	-	(472)	-	(472)
Encargos financeiros	1.093	2.518	619	1.452
Custo com captações	10	23	10	13
Reestruturação da dívida (i)	(17.868)	-	(10.023)	-
Saldo final em 31 de dezembro	**1.716**	**15.005**	**1.716**	**7.634**

(i) Dando continuidade na execução do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia procedeu a reestruturação da sua dívida financeira no 3º trimestre de 2024. O detalhe das movimentações dos credores financeiros está apresentado na nota 1.1.

21. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	595	686	602	694
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	163	613	164	614
Imposto sobre Serviços (ISS)	11	13	13	21
PIS e COFINS	-	8	2	14
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	3	5	5	7
Outros	14	6	24	8
	786	**1.331**	**810**	**1.358**
Parcela do circulante	631	1.328	647	1.355
Parcela do não circulante	155	3	163	3

22. Provisão para processos judiciais, contingências e depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas, cíveis, consumeristas, de natureza imobiliária e locatícia, entre outros assuntos, conduzidos pelo departamento jurídico e advogados externos.

A Administração, através de dados fornecidos por seus assessores jurídicos, produzidos a partir da análise das demandas em andamento, do Direito envolvido e do histórico de demandas anteriores, constituiu provisão, em montante julgado suficiente, para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Determinadas ações judiciais estão garantidas através de cartas de fiança bancária, apólices de seguro ou depósitos judiciais, conforme o caso.

Considerando o cenário da aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia vem realizando o acompanhamento e atualização dos critérios de estimativas da provisão, de acordo com o novo modelo e histórico de encerramento dos processos judiciais. Em função da Recuperação Judicial, entendemos que não teremos expectativa de pagamento na ótica de curto prazo, portanto o saldo será refletido todo no longo prazo.

(a) Depósitos judiciais

Quando requeridos legalmente, são efetuados depósitos judiciais, os quais totalizam:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fiscais	577	576	580	583
Trabalhistas	69	15	74	15
Cíveis	82	29	83	29
Imobiliário	26	3	25	3
	754	**623**	**762**	**630**

Movimentação dos depósitos judiciais:

					Controladora
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**576**	**15**	**29**	**3**	**623**
Adições	16	53	58	26	153
Atualizações/Reversões	(15)	4	(5)	(3)	(19)
Pagamentos	-	(3)	-	-	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**577**	**69**	**82**	**26**	**754**

	Controladora				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	**471**	**25**	**29**	**-**	**525**
Adições	57	1	16	2	76
Atualizações/Reversões	(82)	(11)	(28)	1	(120)
Pagamentos	130	-	12	-	142
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**576**	**15**	**29**	**3**	**623**

	Consolidado				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**583**	**15**	**29**	**3**	**630**
Adições	16	58	58	25	157
Atualizações/Reversões	(19)	4	(4)	(3)	(22)
Pagamentos	-	(3)	-	-	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**580**	**74**	**83**	**25**	**762**

	Consolidado				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	**477**	**26**	**47**	**-**	**550**
Adições	64	1	16	2	83
Atualizações/Reversões	(88)	(12)	(46)	-	(146)
Pagamentos	130	-	12	1	143
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**583**	**15**	**29**	**3**	**630**

(b) Provisões constituídas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fiscais	754	1.072	789	1.133
Cíveis	47	23	48	23
Trabalhistas	214	232	244	266
Imobiliário	218	249	218	249
	1.233	**1.576**	**1.299**	**1.671**
Parcela do circulante	-	57	-	57
Parcela do não circulante	1.233	1.519	1.299	1.614

A movimentação das provisões no exercício é como segue:

	Controladora				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**1.072**	**232**	**23**	**249**	**1.576**
Adições	157	211	66	135	569
Atualizações/Reversões	(435)	(71)	(8)	(141)	(655)
Pagamentos	(40)	(158)	(34)	(25)	(257)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**754**	**214**	**47**	**218**	**1.233**

	Controladora				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	**1.084**	**217**	**48**	**433**	**1.782**
Adições	33	97	16	130	276
Atualizações/Reversões	11	(55)	(15)	(310)	(369)
Pagamentos	(56)	(27)	(26)	(4)	(113)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.072**	**232**	**23**	**249**	**1.576**

	Consolidado				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**1.133**	**266**	**23**	**249**	**1.671**
Adições	158	219	69	136	582
Atualizações/Reversões	(462)	(77)	(8)	(141)	(688)
Pagamentos	(40)	(164)	(36)	(26)	(266)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**789**	**244**	**48**	**218**	**1.299**

	Consolidado				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	**1.225**	**266**	**48**	**435**	**1.974**
Adições	67	188	32	131	418
Atualizações/Reversões	(104)	(157)	(30)	(312)	(603)
Pagamentos	(55)	(31)	(27)	(5)	(118)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.133**	**266**	**23**	**249**	**1.671**

Fiscais

Os principais processos fiscais do Grupo estão representados por processos decorrentes:

(i) de crédito tributário de ICMS constituído sobre operações realizadas com fornecedores declarados inidôneos pela Secretaria Estadual de Fazenda, em data posterior à operação comercial;
(ii) da exigência de imposto sobre a renda de Pessoa Jurídica, decorrente da inobservância do limite de compensação de 30% da base de cálculo do IRPJ;
(iii) do recolhimento a menor de ICMS-ST em desacordo com o previsto no Regime Especial estabelecido entre a Companhia e o Estado de MG;
(iv) não homologação de compensação de créditos de PIS e COFINS dos anos de 2000 e 2001, em razão de inconsistências nas DCTF dos períodos.

Trabalhistas

A Companhia também é parte em ações judiciais individuais e coletivas de natureza trabalhista, sendo que as discussões envolvem principalmente jornada, diferenças salariais, entre outros.

Cíveis

A Companhia, juntamente com suas controladas, é parte em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e das operações de suas controladas, principalmente relacionadas a consumidores e fornecedores.

Imobiliário

A Companhia também é parte em ações judiciais de natureza imobiliária. As discussões envolvem principalmente demandas renovatórias e revisionais de contratos de locação, bem como ações que discutem cobranças de valores relacionados ao custo de ocupação dos imóveis.

(c) Passivos contingentes não provisionados

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possuía demandas administrativas e judiciais de natureza possível no montante de R$ 9.421 (R$ 11.418 em 31 de dezembro de 2023) na controladora e R$ 9.803 no consolidado (R$ 11.903 em 31 de dezembro de 2023).

Abaixo apresentamos as principais demandas administrativas / judiciais, classificadas pelos assessores jurídicos da Companhia como “perdas possíveis”, sobre as quais não foi constituída nenhuma provisão. As demais demandas que compõem o saldo acima, de volume significativo e reduzido valor individual, não estão sendo apresentadas.

Data base 31 de dezembro de 2024	Valor estimado
Glosa ou contestação de crédito tributário	
Relativa ao ICMS ST objeto de ressarcimento, devido ao descumprimento da normal legal específica.	434
Exigência de ICMS	
Relativa à diferença, apurada erroneamente pelo Fisco, entre o quantitativo de estoque informado no arquivo magnético e o estoque físico dos estabelecimentos, escriturado no livro de registro de inventário.	103
Decorrente do recolhimento a menor nas transferências dos Centros de distribuição para lojas em outros estados. Divergência do valor tomado como base de cálculo ou alíquota incidente.	65
Substituição tributária em virtude de falta de recolhimento ou recolhimento a menor do imposto na entrada da mercadoria no território Estadual.	71
Decreto Lei nº 1.455, de 07 de abril de 1976	
Autos de Infração lavrados para aplicação de multa substitutiva da pena de perdimento, sob fundamento de que o real importador da mercadoria foi ocultado na Declaração de Importação.	2.580
Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	
Exigência de Imposto referente ao ano-calendário de 2009 e 2010, em decorrência de glosa de despesas consideradas como não comprovadas, pela suposta falta de adição do ágio amortizado na base de cálculo da CSLL, pela ausência de adição do custo ou despesa indedutível na base de cálculo da CSLL, bem como pela falta de adição das provisões não dedutíveis na base de cálculo da CSLL.	48
Exigência de imposto decorrente da falta de homologação das Declarações de Compensação, sob o fundamento de que o crédito pleiteado não seria líquido e certo.	193
Exigência de Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica decorrente da inobservância do limite de compensação de 30% da base de cálculo do IRPJ.	99
PIS e COFINS	
Glosa de créditos tributários e cobrança de receitas supostamente não tributadas, decorrentes da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS.	1.415

(d) Requerimento de Instauração de Arbitragem

Em janeiro de 2023, foi instaurada arbitragem por uma associação em conjunto com supostos acionistas da Americanas com valor da causa de R$ 500. Ainda, em abril de 2024, a Companhia tomou conhecimento de nova arbitragem iniciada pela associação com o valor da causa de R$ 32.000, sendo que os requerentes imputam à Companhia e aos acionistas de referência (e atuais acionistas controladores) indenização no valor de R$ 12.000. Em paralelo, os requerentes também pedem, na qualidade de substitutos processuais da Americanas, indenização em favor da própria Companhia no valor de R$ 20.000. Em síntese, a arbitragem busca (i) condenar a Companhia e Acionistas de Referência a indenizar os investidores pelas inconsistências contábeis identificadas em suas demonstrações financeiras, e (ii) condenar os acionistas de referência a indenizarem a Companhia pelo prejuízo ocasionado ao patrimônio social em virtude das inconsistências contábeis. O Tribunal Arbitral está constituído no primeiro caso e no segundo encontra-se aguardando a constituição. Os valores envolvidos nos referidos procedimentos arbitrais não são passíveis de liquidação na fase atual dos procedimentos, porém a chance de perda atual é considerada, no mérito, como possível.

(e) Ações Civis Públicas

Duas ações civis públicas foram ajuizadas contra a Companhia, em janeiro de 2023, pelos Instituto Brasileiro de Cidadania – IBRACI e o Instituto de Proteção e Gestão do Empreendedorismo – IPGE, onde incluíram no polo passivo das ações diversos outros réus relacionados à antiga gestão da Companhia.

As ações buscam indenizar credores, fornecedores e consumidores, por danos morais e materiais advindos das inconsistências contábeis identificadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Ambas as ações se encontram em fase postulatória e ainda não é possível estimar com confiabilidade o montante de eventual perda para a Companhia. A prognóstico de perda para ambas é possível.

23. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, era de R$ 39.918 (R$ 15.457 em 31 de dezembro de 2023), representado por 200.244.252 ações ordinárias (902.529.503 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2023, antes do grupamento de ações ocorrido em julho de 2024), nominativas e escriturais, sem valor nominal. A Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, o grupamento de ações de 100 ações para 1 ação, a partir do dia 26 de agosto de 2024. Adicionalmente, foi aprovado o aumento do limite do capital autorizado, que passou a ser de 435.084.497 ações ordinárias.

Além disto, a conta do capital social no balanço patrimonial é apresentada líquida dos gastos com emissões de ações no valor de R$ 27 (R$ 27 em 31 de dezembro de 2023).

Abaixo, apresentamos a composição do capital social da Companhia:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade	**%**	**Quantidade**	**%**
Acionistas controladores (i)	100.122.512	50,00%	272.167.492	30,16%
Outros acionistas (“*free floating*”)	100.121.666	50,00%	630.354.595	69,84%
Total de ações em circulação	**200.244.178**	**100%**	**902.522.087**	**100%**
Ações em tesouraria	74		7.416	
Total de ações ordinárias	**200.244.252**		**902.529.503**	

(i) Composto pelas participações de Sawdog Holdings LLC, Samer Investments LLC, Cedar Trade LLC, BRC SARL, S-VELAME SARL, Carlos Alberto da Veiga Sicupira e Cathos Holding.

A movimentação do capital social no exercício é conforme segue:

	Ações ordinárias	**Saldo contábil**
Em 1º de janeiro de 2024 (i)	**902.529.503**	**15.430**
Aumento de capital de 25 de julho de 2024 (ii)	18.815.921.100	24.461
Subtotal antes do grupamento de ações	**19.718.450.603**	**39.891**
Grupamento de ações em 26 de agosto de 2024 (iii)	(19.521.266.097)	-
Exercício de bônus de subscrição de ações (iv)	3.059.746	-
Em 31 de dezembro de 2024 [(i)]	**200.244.252**	**39.891**

(i) Saldo líquido dos custos de emissão de ações de R$ 27.
(ii) Aumento de capital aprovado no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da Companhia ao preço de R$ 1,30 por ação.
(iii) Grupamento de 100 ações para 1 do capital social.
(iv) Refere-se ao exercício de bônus de subscrição desde 27 de agosto até 31 de dezembro de 2024, ao preço de R$ 0,01 por ação.

Abaixo, apresentamos a composição do aumento de capital que ocorreu em 25 de julho de 2024:

Descrição	**Valor**
Dinheiro acionistas de referência (atuais controladores) (i)	1.469
Dívidas com acionistas de referência (atuais controladores) (ii)	10.800
Dívidas com credores (iii)	12.180
Dinheiro outros acionistas (iv)	12
Total	**24.461**

(i) Refere-se ao depósito realizado pelos acionistas de referência ao caixa da Companhia.
(ii) Refere-se a parte do capital aportado pelos acionistas de referência que foram convertidos em ações. Desses, R$ 10.709 está relacionado ao processo de reestruturação da dívida, no qual R$ 5.605 foram repassados diretamente aos credores e R$ 5.104 são referentes ao financiamento DIP, conforme apresentado na nota 1.1. Os R$ 91 são oriundos das dívidas de cartão de crédito e outras avenças, que também foram repassados diretamente aos credores pelos acionistas de referência.
(iii) Refere-se a parte do capital aportado pelos credores financeiros que foram convertidos em ações, sendo R$ 12.007 oriundos do processo de reestruturação da dívida conforme apresentado na nota 1.1, e R$ 173 oriundos das dívidas de cartão de crédito e outras avenças.
(iv) Refere-se ao depósito realizado pelos demais acionistas ao caixa da companhia

(b) Bônus de subscrição

Em reunião do Conselho de Administração em 25 de julho de 2024, foi aprovada a concessão de bônus de subscrição, atribuídos como vantagem adicional aos subscritores das novas ações do capital social da Companhia, na proporção de 1 bônus para cada 3 novas ações integralizadas no aumento de capital ocorrido nessa mesma data. Os Bônus de subscrição poderão ser exercidos a qualquer momento entre a data da conclusão do aumento de capital e 19 de março de 2027, pelo valor de R$ 0,01 por ação. Abaixo apresentamos os bônus de subscrição concedidos por categoria de subscritores do capital social (já considerando também o grupamento realizado em agosto de 2024):

	Quantidade
Acionistas controladores	31.458.345
Antigos credores financeiros	31.229.991
Outros acionistas	31.386
Quantidade de bônus de subscrição concedidos em 25 de julho de 2024	**62.719.722**
Quantidade de bônus de subscrição exercidos até 31 de dezembro de 2024	(3.059.746)
Quantidade de bônus de subscrição exercíveis	**59.659.976**

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente, em caso de lucro no exercício, como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital social.

(d) Compensação de prejuízos acumulados

A Companhia, conforme previsto no art. 200 e no art. 189 da Lei 6.404/76 e no art. 27 do seu Estatuto social, compensou em 2024, parte do saldo de prejuízos acumulados no montante de R$ 8.282. A compensação teve como base o saldo da reserva de capital - resultado na alienação de ações em tesouraria, no montante de R$ 1 e o resultado do exercício social no montante de R$ 8.281, totalizando a compensação no exercício o montante de R$ 8.282. O saldo de prejuízos acumulados a serem compensados em exercícios subsequentes importa em R$ 34.854.

24. Pagamento baseado em ações

A Companhia, a partir do exercício de 2023, em função da decretação da Recuperação Judicial, não ofertou nenhum novo Plano de Ações aos seus executivos e empregados.

No exercício de 2023, a Companhia reverteu, no resultado do exercício a importância de R$ 32, na controladora e no consolidado, correspondentes aos custos de remuneração dos executivos provenientes dos planos de outorga de ações, em contrapartida à reserva de capital. A reversão teve como base o não atendimento, em alguns contratos de executivos beneficiários dos planos, de cláusulas contratuais previstas nos referidos contratos.

Para os contratos existentes, a Companhia reverteu no primeiro trimestre de 2024 o saldo de R$ 114 da reserva de capital – Plano de Opção de Ações e assumiu um passivo com os beneficiários detentores desses planos a vencer. A reversão da reserva e a constituição do passivo tem como base a homologação do Plano de Recuperação Judicial ocorrida em 27 de fevereiro de 2024.

As ações que seriam criadas e outorgadas aos beneficiários dos Planos, quando do vencimento dos respectivos contratos se atendidas todas as cláusulas previstas, para a concessão do benefício, não mais serão criadas. O valor das ações que os beneficiários têm direito serão pagas a estes nas datas dos vencimentos dos Planos, da seguinte forma:

- Para os Planos em aberto emitidos a partir de exercício de 2018 a 2022, pela cotação de mercado das ações do dia em que ocorrer o pagamento;
- Para o Plano de 2022 cujas ações foram subscritas e não foram emitidas, pelo valor disponibilizado pelo beneficiário na época, deduzido de *haircut* de 93%, com atualização da Taxa Referencial de Juros (TR) até a data do pagamento.

25. Receita de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de vendas e serviços	17.793	18.131	18.396	18.894
(-) Devoluções/descontos incondicionais	(1.562)	(1.782)	(1.572)	(1.821)
(-) Impostos sobre vendas e serviços	(2.292)	(2.189)	(2.475)	(2.314)
Receita líquida	**13.939**	**14.160**	**14.349**	**14.759**

26. Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Mercadorias revendidas	(9.490)	(10.137)	(9.447)	(10.138)
Custo dos serviços prestados	(4)	(17)	(275)	(432)
	(9.494)	**(10.154)**	**(9.722)**	**(10.570)**

27. Despesa por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com pessoal	(2.148)	(2.300)	(2.219)	(2.433)
Despesas e serviços com operações comerciais	(1.519)	(2.096)	(1.539)	(2.114)
Outras	(883)	(969)	(954)	(1.096)
	(4.550)	**(5.365)**	**(4.712)**	**(5.643)**
Depreciação e amortização	(982)	(1.291)	(1.002)	(1.347)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	**(5.532)**	**(6.656)**	**(5.714)**	**(6.990)**
Classificados por função como:				
Despesas com vendas	(3.502)	(3.849)	(3.577)	(3.995)
Despesas gerais e administrativas	(2.030)	(2.807)	(2.137)	(2.995)
	(5.532)	**(6.656)**	**(5.714)**	**(6.990)**
Outras receitas e (despesas) operacionais (i)	1.632	(1.197)	1.735	(1.287)

(i) Em 2024, foram reconhecidos: R$ 938 referentes ao *haircut* de fornecedores nos termos do Plano de Recuperação Judicial; R$ 286 referentes ao Programa de Autoregularização da Receita Federal; e R$ 502 referentes à reversão da provisão de créditos fiscais de ICMS do estado do Rio de Janeiro.

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Juros sobre títulos e valores mobiliários	4.469	400	3.724	1.178
Descontos financeiros obtidos e atualização monetária	230	23	230	23
Ajuste a valor presente (i)	7.289	-	486	-
Haircut de credores financeiros (i)	12.208	-	12.208	-
Outras receitas financeiras	33	81	49	97
Total das receitas financeiras	**24.229**	**504**	**16.697**	**1.298**
Juros dos empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.330)	(3.612)	(2.927)	(3.341)
Encargos de arrendamento	(554)	(630)	(587)	(634)
Ajuste a valor presente (i)	(7.028)	-	-	-
Outras despesas financeiras	(831)	(216)	(864)	(239)
Total das despesas financeiras	**(10.743)**	**(4.458)**	**(4.378)**	**(4.214)**
Resultado financeiro	**13.486**	**(3.954)**	**12.319**	**(2.916)**

(i) Os impactos da recuperação judicial no resultado do exercício consolidado, na data da novação das dívidas de longo prazo, considerando o *haircut* e o ajuste a valor presente foi de R$ 12.689.

29. Resultado por ação

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Numerador – básico e diluído		
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício - operações continuadas	8.252	(2.243)
Prejuízo do exercício - operações descontinuadas	29	(29)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	**8.281**	**(2.272)**
Denominado – básico		
Média ponderada de ações em circulação	91.988.903	9.025.221
Lucro líquido (Prejuízo) básico por ação – em R$		
Operações continuadas	89,71	(248,57)
Operações descontinuadas	0,32	(3,19)
Lucro líquido (Prejuízo) básico por ação do exercício	**90,03**	**(251,76)**
Denominador – diluído		
Média ponderada do número de ações em circulação	91.988.903	9.025.221
Efeito das ações potenciais dilutivas (bônus de subscrição)	26.391.348	-
Denominador diluído	**118.380.251**	**9.025.221**
Lucro líquido (Prejuízo) diluído por ação – em R$		
Operações continuadas	69,71	(248,57)
Operações descontinuadas	0,24	(3,19)
Lucro líquido (Prejuízo) diluído por ação do exercício	**69,95**	**(251,76)**

O denominador do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi ajustado para refletir o grupamento de ações da Companhia, realizado em agosto de 2024. O resultado por ação diluído considera o potencial efeito do exercício dos bônus de subscrição emitidos em 25 de julho de 2024 pelos detentores desses bônus.

30. Ativos e passivos mantidos para a venda e operações descontinuadas

No exercício de 2024, a Companhia decidiu iniciar o processo de venda da Ame Digital e Parati conforme previsto no plano de recuperação judicial, a estratégia foi realizada para gerar fluxo de caixa para a expansão dos outros negócios do Grupo. Como esta empresa representava a totalidade das operações do segmento de serviços financeiros, as transações deste segmento passaram a ser apresentadas nestas demonstrações financeiras anuais como operações descontinuadas. Desta forma, as informações do resultado do exercício comparativo estão sendo reapresentadas de acordo com o CPC 31/IFRS 5, para apresentar estas transações do segmento de serviços financeiros separadamente das operações continuadas.

(a) Ativos e passivos classificados como mantidos para venda

	Consolidado
	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	62
Títulos e valores mobiliários	196
Contas a receber	89
Impostos a recuperar	74
Impostos de renda e contribuição social	56
Imobilizado	3
Intangível	15
Outros ativos	7
Total de ativos classificados como mantidos para venda	**502**
Contas a pagar a fornecedores	13
Salários, provisões e contribuições sociais	6
Adiantamento recebido de clientes	66
Provisões de contingências	1
Passivo fiscal	11
Outros passivos	39
Total de passivos associados a ativos mantidos para venda	**136**

(b) Resultado das operações descontinuadas incluídos no resultado do exercício

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receitas	162	183
Custos	(3)	(16)
Despesas	(194)	(255)
Prejuízo antes do resultado financeiro	**(35)**	**(88)**
Resultado financeiro líquido	66	60
Lucro (Prejuízo) antes do dos impostos	**31**	**(28)**
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(2)	(1)
Lucro (Prejuízo) das operações descontinuadas	**29**	**(29)**

(c) Impactos das operações descontinuadas para os fluxos de caixa consolidados

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(292)	272
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	317	(260)
Caixa líquido gerado	**25**	**12**

(d) Impactos das operações descontinuadas nas demonstrações dos valores adicionados

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas	125	222
Insumos adquiridos de terceiros	(109)	(118)
Valor adicionado bruto	**16**	**104**
Depreciação e amortização	(3)	(20)
Valor adicionado líquido produzido	**13**	**84**
Valor adicionado recebido em transferência	72	86
Valor adicionado total a distribuir	**85**	**170**
Distribuição do valor adicionado	54	108
Impostos, taxas e contribuições	25	33
Remuneração de capitais de terceiros	6	29
Valor total adicionado distribuído	**85**	**170**

31. Cobertura de seguros

O Grupo mantém apólices de seguros contratadas junto a algumas das principais seguradoras do País, cujas condições foram definidas levando em consideração a natureza e o valor em risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Grupo possuía cobertura de seguros na modalidade de responsabilidade civil geral, seguro patrimonial, transporte nacional e internacional, D&O, Aeronáutico e Auto Frota com cobertura de casco ou RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
Risco cobertos	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Responsabilidade Civil Geral	40	40	50	50
D&O	50	50	115	100
Danos Materiais (Estoque, Imobilizado e Seguro predial) (i)	5.328	6.480	5.532	6.616
Perdas e Danos (i)	371	433	372	433
Responsabilidade Civil em Transporte Nacional (ii)	5	7	15	17
Transporte Internacional - US$ milhões (iii)	-	37	3	40

(i) Para Danos Materiais e Perdas e Danos é utilizado o conceito de Valor em Risco. Para os demais seguros o Grupo utiliza o conceito de LMG - Limite Máximo de Garantia.

(ii) Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo (RETA) e Responsabilidade Civil em Transporte Nacional (a cada viagem ou por acumulação de bens e/ou mercadorias em locais previstos pelo seguro);

(iii) Seguro Aeronáutico para casco, Responsabilidade Civil Facultativa para Aeronaves e Transporte Internacional (por viagem ou por acumulação de bens e/ou mercadorias);

32. Remuneração dos administradores e benefício pós emprego

(a) Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Benefício de curto prazo à administradores	46	42	55	71
	46	**42**	**55**	**71**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a remuneração total aos administradores da Companhia, referem-se a salários e bônus distribuídos aos conselheiros, diretores e principais executivos da Companhia, não tendo sido desembolsado qualquer montante referente a benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. As remunerações estão dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral Ordinária.

(b) Benefício pós emprego

Plano Médico e Odontológico

A Companhia oferece diferentes tipos de plano de saúde e odontológico aos seus atuais empregados e aposentados.

Estes planos estão expostos principalmente ao risco de aumento de custos médicos devido à inflação, novas tecnologias e a um nível elevado de utilização dos benefícios médicos.

Há duas modalidades de contribuição para os planos oferecidos: (i) empregados e aposentados realizam contribuições fixas mensais; e (ii) empregados e aposentados realizam contribuições no regime de coparticipação, além de contribuições mensais calculadas de acordo com faixa salarial. Esses benefícios são contabilizados de acordo com o CPC 33/IAS 19 – Benefícios a Empregados.

Movimentação do valor presente das obrigações (VPO)

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	**120**	**110**
Custo do serviço corrente	3	3
Juros sobre a obrigação atuarial	11	11
Benefícios pagos no ano	(11)	(2)
Perdas (Ganhos) atuariais (i)	120	(2)
Saldo final em 31 de dezembro	**243**	**120**

(i) Perdas (Ganhos) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas, financeiras e ajustes pela experiência.

Este passivo possui uma *duration* de 11,08 anos e o seguinte perfil de vencimento em 31 de dezembro de 2024:

Ano	2025	2026	2027	2028	2029 e após	Total
Valor	22	20	16	17	725	800

A Companhia espera pagar o montante de R$ 22 referentes aos benefícios de planos de saúde e odontológico no exercício a findar em 31 de dezembro de 2025.

Premissas e hipóteses financeiras e biométricas

	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de desconto Real	7,44%	5,49%
Taxa de inflação	4,50%	3,50%
Inflação médica	3,00%	3,00%
Evolução do custo médico	3,00%	3,00%

	31/12/2024	31/12/2023
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (Segregada por Sexo)	AT-2000 (Segregada por Sexo)
Tábua de mortalidade de Inválidos	RP-2000 (Segregada por Sexo)	RP-2000 (Segregada por Sexo)
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Permanência no Plano ("*Take Up*")	100%	100%
Fator de envelhecimento ("*Aging Factor*")	2,50%	2,50%

Adicionalmente, um decréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto em 31 de dezembro de 2024 aumentaria o custo dos juros em R$ 2 e o valor presente das obrigações em R$ 13. Da mesma forma, um aumento de 1% na inflação médica aumentaria o custo dos serviços em R$ 0,2, o custo dos juros em R$ 4 e o valor presente das obrigações em R$ 35.

33. Informações por segmento

Para fins de análise e gerenciamento das operações, o Grupo é dividido em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com três segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações:

Varejo: A receita do segmento varejo tem como origem a aquisição, pelos clientes, nas lojas físicas, de produtos de sua preferência pagos nos caixas ("PDVs") das lojas e através das plataformas digitais.

***Fresh Foods*:** especializada em produtos frescos com foco em frutas, legumes e verduras do Brasil, oferecendo diversos serviços para compras realizadas nas lojas, *sites*, *apps* e *WhatsApp*, incluindo entregas no mesmo dia e retirada na loja em 100% da sua rede.

Varejo *Premium*: Pelo Grupo Uni.co S.A., especializado em franquias, comercializando e distribuindo produtos em todo o território nacional, atua por meio de uma estratégia *omnichanne*l com uma rede de franquias, clientes multimarcas e canais digitais.

A atividade de serviços financeiros foi descontinuada no exercício atual. As informações por segmento apresentadas a seguir não incluem nenhum valor relacionado a essas operações descontinuadas, que estão descritas mais detalhadamente na nota 30.
A Administração, na figura do CEO (*Chief Executive Officer*) como o principal gestor das operações, monitora os segmentos do Grupo conforme abaixo:

				31/12/2024
	Varejo	*Fresh Foods*	Varejo *Premium*	Consolidado
Receita operacional líquida	12.317	1.796	236	14.349
Custo das mercadorias e serviços (i)	(8.453)	(1.159)	(102)	(9.714)
Lucro bruto	**3.864**	**637**	**134**	**4.635**
Vendas	(3.472)	(62)	(43)	(3.577)
Gerais e administrativas (ii)	(507)	(576)	(50)	(1.133)
Outras despesas operacionais líquidas	1.800	(89)	24	1.735
EBITDA das operações continuadas	**1.685**	**(90)**	**65**	**1.660**
Depreciação e amortização (i) (ii)				(1.010)
Resultado financeiro				12.319
Imposto de renda e contribuição social				(4.717)
Lucro do exercício das operações continuadas				**8.252**
Lucro do exercício das operações descontinuadas				**29**
Lucro do exercício				**8.281**

(i) O valor de R$ 8 referente a depreciação das empresas de transportes (*Click*, Courrieros Transportes, Eco Logística, *Ecolivery* Courieros) que estão classificados em custo das mercadorias e serviços vendidos, foram realocados para a linha de depreciação; e
(ii) A depreciação e amortização estão sendo apresentadas segregadas do grupo de Despesas gerais e administrativas.

	31/12/2023			
	Varejo	***Fresh Foods***	**Varejo *Premium***	**Consolidado**
Receita operacional líquida	12.671	1.849	239	14.759
Custo das mercadorias e serviços (i)	(9.322)	(1.133)	(107)	(10.562)
Lucro bruto	**3.349**	**716**	**132**	**4.197**
Vendas	(3.326)	(621)	(48)	(3.995)
Gerais e administrativas (ii)	(1.495)	(101)	(54)	(1.650)
Outras despesas operacionais líquidas	(1.400)	46	67	(1.287)
EBITDA das operações continuadas	**(2.872)**	**40**	**97**	**(2.735)**
Depreciação e amortização (i) (ii)				(1.355)
Resultado financeiro				(2.916)
Imposto de renda e contribuição social				4.763
Prejuízo do exercício das operações continuadas				**(2.243)**
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas				**(29)**
Prejuízo do exercício				**(2.272)**

(i) O valor de R$ 8 referente a depreciação das empresas de transportes (*Click*, Courrieros Transportes, Eco Logística, *Ecolivery* Courieros) que estão classificados em custo das mercadorias e serviços vendidos, foram realocados para a linha de depreciação; e

(ii) A depreciação e amortização estão sendo apresentadas segregadas do grupo de Despesas gerais e administrativas.

* * *

Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF n° 00.776.574/0006-60
NIRE 3330029074-5

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial ("Americanas" ou "Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, II e VII da Lei nº 6.404/76, analisaram o Relatório Anual da Administração, e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada nesta data, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, a BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada, emitido nesta data sem ressalvas, bem como do relatório do Comitê de Auditoria. Como parte integrante dos trabalhos, conforme detalhados em Ata, o Conselho Fiscal realizou reuniões com a Diretoria e o Conselho de Administração, assim como com o Comitê de Auditoria, a Auditoria Interna e demais colaboradores da Americanas responsáveis pela elaboração do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras.

Assim, com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração e pelos Auditores Independentes, e à luz do parecer sem ressalvas emitido por esses e dos procedimentos adotados para tanto, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em 29 de abril de 2025, às 11:00 horas.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2025.

Elias de Matos Brito Raphael Manhães Martins Ricardo Scalzo

Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF nº 00.776.574/0006-60
NIRE 3330029074-5

Relatório Resumido dos Trabalhos do Comitê de Auditoria Estatutário 2024

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial (respectivamente "Comitê" e "Companhia"), disponível em https://ri.americanas.io/governanca- corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/, compete ao Comitê:

i. opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;
ii. avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
iii. acompanhar atividades de auditoria interna e controles internos da Companhia;
iv. avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
v. avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia;
vi. possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia; e
vii. assessorar o Conselho de Administração no monitoramento e controle de qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e de compliance.

As funções do Comitê sao desempenhadas com base nas informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna, das áreas de Governança, *Compliance*, Gestão de Riscos e Controles Internos e dos responsáveis pela elaboração das Demonstrações Financeiras.

Representantes das Diretorias de Governança, Compliance, Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Controles Internos da Companhia são convidados permanentes das reuniões do Comitê ("Reuniões"), a fim de contribuírem com o exame e discussão das matérias de sua competência e o exercício das suas funções, participando o CEO e CFO de pautas específicas.

O Comitê é composto pelos seguintes membros:

Nome	Cargo	Início do Mandato	Término do Mandato	1º. Mandato
Vanessa Claro Lopes	Coordenadora do Comitê de Auditoria e Membro Independente do Conselho de Administração	12/09/2024	05/09/2026	10/06/2021
Carla Alessandra Trematore	Membro Independente do Comitê de Auditoria	12/09/2024	05/09/2026	12/09/2024
Rodrigo Carneiro da Cunha Torres	Membro Independente e Especialista em Finanças do Comitê de Auditoria	12/09/2024	05/09/2026	12/09/2024

2. ATIVIDADES DO COMITÊ

Os trabalhos do Comitê de Auditoria para o exercício de 2024 compreenderam o período de 01 de janeiro de 2024 a 24 de março de 2025. Durante este período o Comitê realizou 10 reuniões ordinárias ("RO"), quando foram avaliados e analisados os temas de competência do Comitê, dentre os quais destacam-se os relacionados a seguir.

Adicionalmente às Reuniões, ao longo do período em referência, foram realizadas solicitações pelos membros do Comitê às áreas da Companhia, encaminhamento de questões, esclarecimentos, aprimoramento de recomendações e discussões técnicas, inclusive, com assessores externos, de aspectos específicos pertinentes às matérias de competência do Comitê.

2.1 Sistema de Controles Internos e de Gestão de Riscos

Durante as reuniões ordinárias realizadas no período de referência, e também em reuniões extraordinárias apenas com a Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos, o Comitê avaliou aspectos relativos a revisão e atualização da metodologia para mapeamento e monitoramento dos riscos da Companhia, assim como a aplicação desta nova metodologia para atualização do Mapa Anual de Riscos da Americanas.

Em 2024 foi providenciada a renovação dos responsáveis pela área de Gestão de Riscos e Controles da Companhia, propiciando a maturação do processo de gestão de riscos e do mapa de riscos de Americanas, principalmente na automatização e padronização da etapa de coleta de dados junto aos entrevistados, revisão das políticas internas da Companhia, maior detalhamento nas premissas quantitativas e qualitativas de avaliação e mensuração do risco e harmonização das réguas de relevância x impacto junto as demais áreas do

ambiente de governança, em especial Auditoria Interna e Compliance.

A Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos também envolveu os auditores independentes e assessores externos em diversas etapas do trabalho, a fim de coletar opiniões e sugestões para todo o processo de atualização de políticas e revisão da metodologia de gestão de riscos e controles internos, além de assegurar uma melhor equalização dos pontos de atenção constantes na Carta de Controles Internos ("CCI") emitida pelos Auditores Independentes e os planos de ação desenhados pela Diretoria para mitigação dos riscos apurados.

As equipes responsáveis pelos trabalhos de revisão e monitoramento dos controles internos da Companhia são convidados permanentes das reuniões do Comitê de Auditoria, atualizando recorrentemente os membros do Comitê sobre o andamento dos seus trabalhos.

O Comitê, com base nas informações trazidas ao seu conhecimento, registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da Companhia.

2.2 Auditoria Interna e Canal de Denúncias

Em 2024 foi providenciada a renovação do responsável pela área de Auditoria Interna da Companhia, o qual se reporta funcionalmente ao Comitê de Auditoria da Companhia. O Comitê acompanhou o processo de auditoria desenvolvido pela área ao longo de 2024, que teve o foco de (i) auxiliar no mapeamento das principais fragilidades de controle da Companhia; (ii) apoiar a Diretoria no âmbito das investigações decorrentes do Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023; (iii) auxiliar nas interações com o Comitê Independente, Auditores Externos, Escritórios de Advocacia, Reguladores e Autoridades para disponibilização de bases de dados e esclarecimentos sobre o ambiente de controles internos; (iv) análise dos processos para fechamento das Demonstrações Financeiras de 2023 e 2024, em especial, sob a ótica de processos por ventura relacionados as investigações em curso, bem como provendo informações estruturadas e fundamentadas aos auditores independentes sobre as análises realizadas (shadow investigation).

Além disso, o Comitê de Auditoria avaliou o Plano de Trabalho proposto pela área para 2024 e 2025, tendo também revisado a nova metodologia para mapeamento dos trabalhos prioritários e ciclos de auditoria propostos pela área.

Durante o ano foram realizadas sessões executivas entre os membros do Comitê de Auditoria e a Diretoria de Auditoria Interna para revisão e acompanhamento das novas práticas de auditoria, apreciação dos relatórios emitidos pela área, assim como para revisão da régua de riscos utilizada para mensuração do impacto dos seus relatórios, tendo sido providenciada a harmonização das réguas junto a área de Gestão de Riscos e

Controles Internos.

Não chegou ao conhecimento do Comitê situações que pudessem afetar a independência ou autonomia dos auditores internos, tendo sido confirmado pela área o pleno atendimento das Diretorias aos trabalhos conduzidos ao longo do ano.

O Regimento da Auditoria Interna foi revisado e atualizado em 2024 para se adequar as novas normas do *Institute of Internal Auditors*. Além disso, outros processos foram atualizados de forma a refletir as melhores práticas de mercado: (i) planejamento anual; (ii) rotação de ênfase e cobertura da Auditoria Interna; (iii) fluxo de apuração e encaminhamento de denúncias; (iv) modelo de relatório e (v) Comissão de Ética.

O Canal de Denúncias da Companhia está sob responsabilidade da Diretoria de Auditoria, com apoio de assessor independente para recebimento e classificação das denúncias. As investigações são conduzidas pela própria área e, quando necessário, diretamente pelos assessores independentes, os quais estão orientados a comunicar os órgãos de governança sempre que surgirem denúncias classificadas com alto risco para a Companhia.

O *backlog* de denúncias e a tempestividade para as apurações apresentam nível adequado de gestão na opinião do Comitê de Auditoria, sendo os auditores independentes e autoridades envolvidos, sempre que necessário, para ciência e acompanhamento das investigações decorrentes de denúncias que possam representar risco material para a Companhia ou estarem relacionadas ao Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023.

O Canal visa assegurar o anonimato dos denunciantes que optarem por este modelo e seguem as melhores práticas de mercado de não retaliação, temas abordados pelo Pacto Global e também pelo Pró-Ética. Além disso, são utilizadas modernas técnicas de apuração de fraudes e a condução de entrevistas que prioriza o respeito e a empatia pelos associados.

O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria lnterna, inclusive para gestão do Canal de Denúncias, com o recebimento tempestivo dos relatórios da Auditoria e investigações. Os resultados desses trabalhos, apresentados ao longo do exercício, não trouxe ao conhecimento do Comitê a existência de riscos que possam afetar de forma relevante a Companhia, tendo sido providenciado pela área, junto a Diretoria, os respectivos planos de ação para mitigação dos riscos classificados com maior impacto, cuja implementação vem sendo acompanhada pelo Comitê de Auditoria.

2.3 *Compliance*

Em 2024 a área de *Compliance* teve sua gestão renovada, com foco na simplificação dos processos da área, revisão e atualização das melhores práticas de mercado para revisão

das políticas da Companhia, reforço dos treinamentos internos e também de terceiros e apoio das Diretorias para revisão do escopo dos trabalhos de *due dilligence.*

A área de Compliance é convidada permanente das reuniões do Comitê de Auditoria e vem reforçando seus indicadores de performance para monitoramento do Comitê, em especial aqueles que envolvem o treinamento tempestivo e abrangente dos colaboradores, as ferramentas para as comunicações internas e o alcance dos comunicados, as ferramentas para validação da ciência e entendimento dos colaboradores, as cláusulas contratuais junto a terceiros, as políticas da Companhia e os processos de *due dilligence*.

2.4 Auditoria Independente

Ao longo do período de referência foram realizadas 7 (sete) reuniões ordinárias do Comitê de Auditoria com a participação da Auditoria Externa, retratando a regular comunicação do Comitê com os Auditores Independentes e permitindo a avaliação dos seus trabalhos e atualização tempestiva do Comitê sobre preocupações materiais dos auditores ou temas que representem eventual dificuldade para condução e realização de seus trabalhos.

A pauta anual do Comitê de Auditoria assegura a presença fixa da Auditoria Externa nas reuniões trimestrais de recomedação de ITRs e DFs; além de participação em pautas específicas para temas técnicos ou considerados de maior relevância/risco/complexidade, permitindo ampla discussão sobre seu plano de trabalho e dos resultados de seus exames, de aspectos contábeis e de controles internos relevantes. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos atuais auditores independentes.

O Comitê acompanha junto a área de Gestão de Riscos e Controles Internos a carta de controles internos emitida pelos auditores independentes e os respectivos planos de mitigação acordados junto a Diretoria. Da mesma forma, todas as denúncias materiais que possam afetar as demonstrações financeiras, de forma quantitativa ou qualitativa, são compartilhadas tempestivamente pela Auditoria Interna com os Auditores Independentes para avaliação dos procedimentos de investigação, acompanhamento e complemento, se necessário.

O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente para revisão das Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, não tendo tomado ciência de qualquer evento que pudesse afetar a independência da firma ou equipes da Auditoria Externa que atendem a Companhia, assim como não tendo sido comunicado pelos auditores sobre eventuais dificuldades para condução dos seus trabalhos ou divergências de entendimento junto as Diretorias e Alta Administração.

3. RECOMENDAÇÕES

As análises e recomendações do Comitê são realizadas com base nos materiais e apresentações compartilhados pelas Diretorias, Auditores Independentes, áreas de governança, canal de denúncias e especialistas contratados, e são registradas no portal de governança da Companhia para acompanhamento dos membros do Conselho de Administração. Temas materiais são levados tempestivamente ao conhecimento do Conselho de Administração, ou através dos *reports* periódicos feitos ao órgão.

Ao longo do período em referência, o Comitê reportou o andamento de seus trabalhos ao Conselho de Administração, expondo opiniões e fazendo recomendações sobre diversos assuntos de sua competência. O Comitê monitora periodicamente a implantação dessas melhorias e das adequações sugeridas.

4. CONCLUSÕES

O Comitê não teve ciência da ocorrência de denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade operacional da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Sendo assim, o Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades previstas em seu Regimento Interno, avaliou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base nas reuniões realizadas, nos trabalhos e avaliações conduzidos, nas informações apresentadas pelos auditores independentes BDO e nas discussões e esclarecimentos fornecidos pela Administração da Companhia, o Comitê recomenda a aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2025.

Vanessa Claro Lopes
Presidente

Carla Alessandra Trematore

Rodrigo Carneiro da Cunha Torres

Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF n° 00.776.574/0006-60
NIRE 3330029074-5

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 31 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, com alterações subsequentes, que:

(i) reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e afirmam que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Diretoria em sua gestão; e

(ii) reviram, discutiram e concordaram com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, incluindo parecer sem ressalvas, com relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2025.

Leonardo Coelho Pereira

Camille Loyo Faria

Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF n° 00.776.574/0006-60
NIRE 3330029074-5

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os Diretores da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 31 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, com alterações subsequentes, que:

(i) reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e afirmam que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas; e

(ii) reviram, discutiram e concordaram, com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia incluindo parecer sem ressalvas, com relação às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2025.

Leonardo Coelho Pereira

Camille Loyo Faria